



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



LAÍS NÓBREGA GABETTO DE SÁ

**“SNI 2ª FASE”: O SERVIÇO
NACIONAL DE INFORMAÇÕES NO
PROCESSO CONSTITUINTE
BRASILEIRO (1985-1988)**

LAÍS NÓBREGA GABETTO DE SÁ

**“SNI 2ª FASE”: O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES NO PROCESSO
CONSTITUINTE BRASILEIRO (1985-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucia Grinberg.

Rio de Janeiro,
2024

LAÍS NÓBREGA GABETTO DE SÁ

**“SNI 2ª FASE”: O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES NO PROCESSO
CONSTITUINTE BRASILEIRO (1985-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 27 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucia Grinberg – Unirio
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Iceleia Thiesen - Unirio
Avaliadora

Prof.^a Dr.^a Samantha Viz Quadrat - UFF
Avaliadora externa

Rio de Janeiro,
2024

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

S111 Sá, Laís Nóbrega Gabetto de
"SNI 2ª Fase": o Serviço Nacional de Informações no
Processo Constituinte brasileiro (1985-1988) / Laís Nóbrega
Gabetto de Sá. -- Rio de Janeiro, 2024.
129

Orientadora: Lucia Grinberg.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2024.

1. SNI. 2. Processo Constituinte. 3. Militares . I.
Grinberg, Lucia, orient. II. Título.

EPÍGRAFE

“O futuro é ancestral e a humanidade precisa aprender com ele a pisar suavemente na terra.”
(Ailton Krenak)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram comigo nesses dois anos de mestrado. Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais. Minha mãe não realizou os estudos no ensino superior, porém, ela me ajudou financeiramente e com palavras de incentivo, colocando sempre a importância do estudo para o crescimento pessoal e profissional. Queria agradecer ao meu pai (*in memoriam*), apesar de não estar presente fisicamente, ele faz parte da minha história. Agradeço à minha irmã, a primeira pessoa que me fez ter reflexões profundas sobre as questões políticas e sociais, afinal, foi ela quem me deu o livro de Karl Marx, o Manifesto Comunista. Meus amigos e amigas, aqueles que estão presentes na minha vida desde a infância, Ana Clara, Carol, Ju, Cartaxo, Gabriel e aqueles que encontrei na vida adulta, os uffianos. Todas as trocas que tivemos foram de extrema importância para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Agradeço ao Matheus, meu namorado, pela ajuda nas crises e nas leituras. Gostaria de agradecer a minha família, tios, avós e primos. Gostaria de agradecer também os membros do Jics, o grupo de estudos que participo e desde a pandemia virou família. Gostaria de agradecer às minhas professoras de yoga que me ajudaram com as técnicas de respiração para controlar a ansiedade. Agradeço também a Angélica com os debates sobre o nosso tempo presente.

Por fim, agradeço à minha orientadora pela colaboração com o trabalho e com as trocas sobre a história política brasileira. Minha visão mudou a partir dessas conversas.

Agradeço também à CAPES pela bolsa de mestrado.

Sem vocês, tudo isso poderia ter sido diferente, mas cheguei até aqui, então, muito obrigada!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para os que acreditam em outros futuros possíveis.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar a presença e atuação dos militares no Processo Constituinte através da análise da documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). O SNI foi idealizado e construído pelos militares logo após o golpe de 1964 e os trabalhos realizados pelos agentes consistiram na produção de informações para a segurança nacional, conceito pensado à luz da Escola Superior de Guerra e formalizado com a Doutrina de Segurança Nacional. Por conta disso, o combate ao “inimigo interno” foi o mote para justificar intervenções autoritárias e o órgão ficou conhecido como estrutura de repressão política. Na redemocratização, o SNI continuou existindo sendo chefiado por um general e com seus agentes ativos. A permanência dos militares no aparelho repressivo encontrou, então, resistências de atores do novo contexto político e as exigências próprias de um ambiente democrático. Dessa forma, os agentes se empenharam para que o órgão continuasse em atuação e vigiaram as questões políticas internas. Para isso, articularam com os parlamentares constituintes e interferiram na elaboração do texto constitucional a fim de garantir que suas permanências autoritárias atravessassem a Nova República.

Palavras-chave: SNI; Militares; Processo Constituinte; Vigilância.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the presence and activity of the military in the constituent process, by analyzing documents produced by the National Information Service (SNI). The SNI was idealized and built by the military shortly after the 1964 coup and the work carried out by the agents consisted of producing information for national security, a term developed by the War College and formalized with the National Security Doctrine. Because of this, the problem of the "internal enemy" was the reason to justify authoritarian interventions and the agency became known as a structure of political repression. During the period of democratization in the 1980's the SNI continued to exist with a general in charge and active agents. The permanence of the military in the repressive structure was resisted by actors in the new political context and the demands of a democracy. The agents worked to ensure that the agency continued to operate, monitoring internal political issues. They negotiated with the parliamentarians and interfered in the writing of the constitution in order to guarantee that they could keep their authoritarian status throughout the New Republic.

Key words: SNI; Military; Constitutional Process; Vigilance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa de ACE de documentos do SNI

99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pareceres das emendas segundo os agentes do SNI	57
Tabela 2 - Parlamentares citados no documento	58
Tabela 3 - Quantidade de emendas elaboradas por parlamentar	67
Tabela 4 - Composição da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	84

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

AC - Agência Central

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

ASI - Assessorias de Segurança e Informação

Arena - Aliança Renovadora Nacional

BINFO - Boletim Informativo

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça

CIA- *Central Intelligence Agency*

CIE - Centro de Informações do Exército

CIn - Centro de Informática

Cepesc - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CSSN - Conselho Superior de Segurança Nacional

CTE - Centro de Telecomunicações e Eletrônica

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DOI - Destacamento de Operações de Informação

DOPS - Departamentos de Ordem Política e Social

DSI - Divisão de Segurança e Informações

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

Ecemar - Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

ECEME - Escola do Comando e do Estado-Maior do Exército

ESG - Escola Superior de Guerra

Esni - Escola Nacional de Informações

Fesni - Fundo Especial do Serviço Nacional de Informações

FBI - *Federal Bureau of Investigation*

FGV - Fundação Getulio Vargas

IBM - *International Business Machines*

JK - Juscelino Kubitschek

LSN - Lei de Segurança Nacional

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
OC - Organização Comunista
OLP - Organização para a Libertação da Palestina
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDC - Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PSD - Partido Social Democrático
PL - Partido Liberal
PLANECON - Firma de Planejamentos Técnicos e Econômicos do Rio de Janeiro
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PNI - Plano Nacional de Informações
PP - Partido Progressistas
PPB - Partido do Povo Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SAD - Secretaria de Estado Administrativo
SCI - Secretaria de Controle Interno
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
Sfci - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI - Serviço Nacional de Informações
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - “SNI 2ª FASE”: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES EM 1985	20
1.1 A atividade de informações no Brasil	22
1.2 O último chefe do SNI: General Ivan de Sousa Mendes	30
1.2.1 Circulação de informações como estratégia	33
1.3 A conjuntura política e o destino do SNI	37
1.3.1 Atuação, reformulação e regulamento	41
1.3.2 Imagem do órgão na imprensa	44
CAPÍTULO 2 - “AOS INTERESSES DESTE ÓRGÃO”: A ATUAÇÃO DO SNI NOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	49
2.1 A articulação dos agentes com os parlamentares	54
2.2 Os assuntos constitucionais de interesse do SNI	67
2.2.1 Tortura: crime imprescritível e sem anistia	68
2.2.2 Direito à privacidade	70
2.2.3 Direito à informação	75
CAPÍTULO 3 - CONSTITUINTE VIGIADA: OS TRABALHOS PARLAMENTARES E O RADAR DA VIGILÂNCIA	81
3.1 O SNI no Congresso: propostas e debates pela extinção	83
3.2 O Congresso no SNI: a Constituinte na mira da vigilância	97
3.2.1 “Acompanhamento das organizações comunistas”	98
3.2.2 Vigilância aos parlamentares	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, durante os últimos meses da minha graduação em história na Universidade Federal Fluminense, escrevi o trabalho de conclusão de curso enquanto estava como bolsista de iniciação científica no projeto “Como eles observavam: vigilância e produção de informação na França e no Brasil durante a ditadura militar”. A pesquisa tinha como objetivo levantar a documentação produzida pelos órgãos de informações em relação à vigilância aos congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) no período de 1964 até 1999. Desta maneira, foi estabelecido contato com a documentação produzida pelos agentes da vigilância durante o início da Nova República. No trabalho de conclusão de curso explorei a participação da juventude no processo da constituinte a partir da demanda do voto aos 16 anos, o que proporcionou direcionar o olhar para esse contexto político. Além disso, estávamos passando pela pandemia do Covid-19, com a ascensão global da extrema direita e com atores conservadores ocupando cargos no governo brasileiro. Esses acontecimentos somados a minha trajetória acadêmica levaram ao tema da pesquisa apresentada.

A década de 1980 ficou conhecida como “perdida”. Contudo, assim como a historiadora Samantha Quadrat (2014) cita o verso da banda Legião Urbana, não foi um “tempo perdido”. Foi tempo de transformações importantes na sociedade brasileira em aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. As ditas instabilidades sociais e políticas provocadas pelo cenário hiperinflacionário, a redemocratização e o retorno da participação política formaram um momento de intensas mudanças. O historiador Carlos Fico (2012) menciona a dimensão da frustração, principalmente, em relação às derrotas sofridas por aqueles que se mobilizaram contra a ditadura militar. Naquele contexto, a morte do primeiro presidente civil gerou um sentimento de desconfiança em relação à concretização de tais mudanças. Em seu lugar assumiu José Sarney, uma figura política com histórico de apoio à ditadura militar e filiação ao partido de situação na ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Por um lado, a volta da democracia inspirou brasileiros e brasileiras a se organizarem nas ruas e em outros espaços. Desde a década de 1970, os opositores ao regime pediam pela anistia. Na década de 1980, essa mobilização popular clamou por eleições diretas com o movimento pelas Diretas Já! Era um momento, como nomeia o historiador Fernando Perlatto, de “projetos, sonhos e utopia.”¹ Em contrapartida, o processo de transição política é entendido

¹PERLATTO, Fernando. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. *LER HISTÓRIA*, v. 1, 2019. p.89

como sendo, até certo ponto, controlado e as constantes autoritárias que permaneceram aparecem como as marcas deixadas pela ditadura na história política do Brasil.

A tutela militar na República, conceito explorado pelo historiador José Murilo de Carvalho (2006), aparentou estar presente mais uma vez. O general-presidente Geisel, ao final do regime, propôs uma transição “lenta, gradual e segura” para que parte da corporação militar, que apoiou o golpe de 1964, não sofresse as consequências em torno dos atos cometidos durante a ditadura. Os autoritarismos que atravessaram a Nova República tentaram ser preservados por esses atores com apoio de grupos conservadores da sociedade civil. É a partir disso que reflito algumas questões, buscando entender como esses atores estiveram presentes no processo de transição política e quais foram as ações desempenhadas por eles para garantir que certos autoritarismos permanecessem em nossa democracia.

Quando a redemocratização começou a ser desenhada, o presidente José Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). A ANC estabeleceu-se de forma congressual, nesse sentido, os deputados, deputadas e senadores seriam os responsáveis por discutir os temas de interesse da população para promulgar a nova constituição. De acordo com o cientista político Adriano Pilatti, ela “foi palco de grandes conflitos de interesse e opinião que haviam permanecido latentes, irresolutos ou agravados durante os anos de repressão”.²

Diversos setores da sociedade se organizaram em torno da Constituinte para pleitear direitos. No campo progressista, os movimentos sociais receberam destaque. Além deles, a sociedade civil como um todo pôde participar do processo individualmente tendo sua participação vista como inédita na história do país, como ressalta a historiadora Maria Helena Versiani (2013). Externamente a sociedade civil, constituindo o campo conservador, os militares estiveram marcando presença: na presidência, com uma transição “vinda de cima” e nos órgãos da administração pública, onde desejavam assegurar os seus lugares de poder.

O trabalho do cientista político Arthur Costa (1998) analisou a organização dos militares em torno da Constituinte por meio do *lobby*. Os militares, portanto, inseriram-se nesse processo a fim de manter o autoritarismo por eles defendido. É justamente sobre essa presença, a dos militares, em torno das discussões do texto constitucional, que a pesquisa explora possibilidades de reflexões sobre as permanências autoritárias na Nova República. Uma dupla presença, marcada pela atuação dos militares, principalmente, daqueles da

²PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p.1

comunidade de informações, nos temas e comissões da ANC e pela vigilância promovida pelos seus órgãos de informações acerca do processo constituinte.

Nesse sentido, o Serviço Nacional de Informações (SNI) é objeto das análises. O SNI, formado em junho de 1964, é conhecido por ter atuado na repressão política durante a ditadura militar. Na sua criação estiveram envolvidos militares do Exército, como o general Golbery do Couto e Silva. Foram os militares do Exército que idealizaram e formularam o órgão. Ao longo dos anos de existência, a chefia do SNI foi ocupada somente por generais do Exército, sendo que dois deles se tornaram generais-presidentes, Médici e Figueiredo. Na redemocratização, a permanência de um general como chefe do SNI demonstrou que as continuidades de atuação estariam marcando presença nos anos iniciais da Nova República.

As relações civis-militares com o campo político foram dadas em diferentes momentos da história republicana do país. A categoria dos militares, principalmente do Exército, é conhecida por proferir opiniões sobre política e interferir diretamente nela. Por isso mesmo, o presente trabalho buscará analisar as relações dos militares no campo político, sendo o período democrático dado com aspectos singulares por ser o momento de início da Nova República com a Constituinte em andamento. As relações entre os militares e a política nacional na República brasileira são temas clássicos de estudo dentro da área das ciências humanas e sociais. Além dos trabalhos já citados temos outros, como do cientista político João Roberto Martins Filho, do antropólogo Celso Castro e da cientista social Maria Celina D'Araújo.

O discurso promovido pelo parlamentar Ulysses Guimarães (PMDB-SP) no dia da promulgação da Constituição de 1988 culminou na fala que ficou popularmente conhecida: “Traidor da Constituição é traidor da pátria. [...] Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”.³ No entanto, o aparato repressivo da ditadura militar continuou existindo até o ano de 1990, quando foi extinto pelo presidente Fernando Collor de Mello. Pensando nesses acontecimentos questiono essa presença dos militares no SNI com as seguintes perguntas: como um aparelho do estado continuou nas mãos dos militares mesmo com o fim da ditadura? O SNI passou “despercebido” nos debates parlamentares da Constituinte? Onde estavam os militares depois da ditadura? Como o processo constituinte foi marcado por essa disputa entre militares e políticos?

³IDOETA, Paula Adamo. “Temos ódio e nojo à ditadura”: o discurso histórico que promulgou a Constituição do Brasil. *BBC News Brasil*, 5 out 2018. Disponível em: [Temos ódio e nojo à ditadura: o discurso histórico que promulgou a Constituição do Brasil - BBC News Brasil](#)

O trabalho faz parte do campo da História do Tempo Presente (HTP), entendida como uma proposta metodológica. Para compreender melhor essa afirmação recorreremos ao historiador francês Henry Rousso (2016). De acordo com o historiador, a história do tempo presente tem seu enraizamento a partir de uma última catástrofe. O evento chamado de catástrofe altera as relações da sociedade com o tempo - passado, presente e futuro - e, para os historiadores, com a própria escrita da história. No caso brasileiro, as historiadoras Angélica Müller e Francine Iegelski (2022) analisam esse evento como sendo o golpe institucional contra a presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. As historiadoras indagam:

Diante dos desafios historiográficos e epistemológicos da investigação, uma nova história do tempo presente brasileiro se impõe neste momento de crise como uma maneira de estabelecer um sentido histórico - o que nos fez chegar até aqui? - para o contexto contemporâneo.⁴

Compartilhando a mesma pergunta, sigo da interpretação que consiste em entender a Comissão Nacional da Verdade (CNV) como um dos fatores primordiais para a destituição da presidente. É a partir da CNV que os militares voltam à cena pública, como afirmam as historiadoras.

Durante a instalação da CNV e posteriormente a ela, os militares fizeram pronunciamentos políticos e negaram os acontecimentos da ditadura, recebendo certo destaque no cenário público. Somado a isso, um ator político em ascensão, o capitão Jair Messias Bolsonaro, um “ex-militar” que apesar de ter uma longa trajetória como deputado pelo estado do Rio de Janeiro, ficou popularmente e nacionalmente conhecido apenas em meados da década de 2010. Bolsonaro (PSL-SP) havia sido reformado por indisciplina e entrou na política como deputado federal no ano de 1991. Em 2018, foi candidato à presidência da República em uma disputa eleitoral no contexto pós-golpe e de retirada de um potencial candidato do cenário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), que havia sido preso. Bolsonaro foi eleito com “57,7 milhões de votos [...] contra o candidato Fernando Haddad (PT-SP), que recebeu 47 milhões de votos”.⁵

Além do próprio presidente ser um militar, o governo de Jair Messias Bolsonaro contou com numerosos militares em cargos políticos. Segundo os veículos de comunicação, *Exame* e *CNN Brasil*, os militares ocuparam 2.300 cargos do governo Bolsonaro de forma irregular. De acordo com a revista *Veja*, a presença dos militares subiu em 70% na

⁴MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org). *História do Tempo Presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p.236.

⁵MÜLLER; IEGELSKI, 2022. p. 258.

administração pública.⁶ Os militares voltando à cena pública, ocupando cargos na administração federal e interferindo novamente na política institucional, levantaram novas e antigas questões sobre as relações civis-militares com a República brasileira.

Acentuam Müller e Iegelski (2022): “periodizar o tempo presente, conferir-lhe uma duração, presentificando-o faz com que ele se torne mais real, no sentido de que, assim, esse presente ganha espessura [...]”.⁷ Para Rousso (2016) o historiador ou historiadora do tempo presente conseguem dar densidade ao presente. Por isso, os acontecimentos políticos do contexto em que a pesquisa foi produzida, com a volta dos militares na política institucional, estão no tempo presente que é momento precursor das análises e das reflexões propostas. Segundo o historiador François Dosse (2012), o tempo presente “é o lugar de enunciação do próprio historiador”.⁸

O momento fundador da Nova República possibilita o aprofundamento das questões que envolvem esse tempo presente, entendido enquanto um passado-presente. Isso se dá a partir das relações militares com a história republicana e a democracia brasileiras, quanto das indagações daquilo que nos é contemporâneo, como a atuação desses atores na política nacional. “Assim, pensar a história do tempo presente brasileiro significa enfrentar o desafio de escrever uma história que se sabe inacabada e incerta, aberta a ajustes, revisões e, evidentemente, mais sujeita a críticas.”⁹

Os documentos trabalhados na pesquisa foram levantados na plataforma Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) no fundo “BR DFANBSB V8 - Serviço Nacional de Informações” com o filtro de período em 1985 até 1988. As palavras-chaves para o levantamento documental consistiram em: “Assembleia Nacional Constituinte; militares constituinte; forças armadas constituinte; sessões ANC; diários da assembleia nacional constituinte; serviço nacional de informações constituinte; parlamentares constituinte; projeto de constituição”. A partir da pesquisa inicial foram levantados aproximadamente cem documentos da vigilância que ajudaram a promover reflexões sobre a comunidade de informações e a constituinte. Para o trabalho, foram usados dezenove documentos como

⁶FERRAZ, Ricardo. Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo. *Revista Veja*, 31 mai, 2022. Disponível em: Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo | VEJA (abril.com.br) | AGÊNCIA O GLOBO. Mais de 2,3 mil militares ocupam cargos no governo de forma irregular, aponta CGU. *Exame*, 12 jul 2022. Disponível em: Mais de 2,3 mil militares ocupam cargos no governo de forma irregular, aponta CGU | AGOSTINI, Renata. CGU identifica militares ocupando cargos civis no governo de maneira irregular. *CCN Brasil*, 11 jul 2022. Disponível em: Exame CGU identifica 2.300 militares ocupando cargos civis no governo de maneira irregular | CNN Brasil.

⁷MÜLLER; IEGELSKI, 2022 p.237.

⁸DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.4.n 1 jan/jun, 2021.p.11

⁹MÜLLER; IEGELSKI, 2022. p.238.

fontes primárias. Além desses documentos, os diários da Assembleia Nacional Constituinte compõem as fontes e foram levantados com as entradas de busca “Serviço Nacional de Informações” e “SNI”. Por fim, utilizo também o Anteprojeto da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, analiso a produção de informações feita pelos agentes em relação à própria estrutura do SNI no início da Nova República. Para isso, foi traçado um histórico das atividades de informações no Brasil com uma revisão bibliográfica até a criação do SNI. A documentação produzida pelos agentes é concentrada no ano de 1985. Tento compreender quais eram as prioridades dos agentes em relação à permanência do órgão nesse momento de transição entre regimes políticos.

No capítulo dois, examino a atuação dos agentes da comunidade de informações nos trabalhos parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte, a partir da documentação produzida por eles nos anos de 1987 e 1988. A partir disso, verifico que houve uma articulação dos agentes com os parlamentares conservadores. Nesse sentido, busco identificar quais parlamentares foram articuladores e quais assuntos da Carta Constitucional eram de interesse do órgão, para com isso refletir sobre as relações civis-militares com o campo político.

O terceiro capítulo tem como objetivo identificar os atores envolvidos nos debates parlamentares em torno do tema do SNI, com as propostas pela extinção do órgão e pelas modificações no aparato de vigilância estatal. Penso na abordagem feita pelo campo progressista em relação às questões militares envolvendo a comunidade de informações, utilizando os Diários da Assembleia e o projeto da subcomissão. Ademais, demonstro a vigilância promovida a esses atores, verificando as mudanças e as continuidades no modo de produção das informações, refletindo sobre a maneira de atuar dos agentes no contexto democrático.

CAPÍTULO 1 -“SNI 2ª FASE”: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES EM 1985

Ainda são obviamente desconhecidas as orientações que o futuro Presidente da República irá transmitir com respeito ao SNI.¹⁰

O contexto político democrático fez os agentes do Serviço Nacional de Informações elaborarem documentos pensando o destino do órgão. Neste capítulo, busca-se analisar a produção de informações dos agentes sobre a estrutura e conduta do órgão no ano de 1985. Como eles estavam elaborando a permanência do órgão frente às mudanças ocorridas? Como eles pensavam sobre a sua própria estrutura? Haveria mudanças ou não em relação a sua atuação? Quais eram os limites dessas mudanças?

Quando em 1964 o golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart foi deflagrado, uma das primeiras questões a serem tratadas pelos militares foi a construção de um órgão de informações e vigilância. Dessa forma, em junho do mesmo ano, foi decretada a criação do SNI. O órgão, então, se tornaria conhecido por ser um braço do governo militar atuando em consonância com os atos de repressão e violência. Sua estrutura foi sofisticada ao longo do regime e o órgão se expandiu pelo Brasil, possuindo recursos de origem não identificada e sem prestar contas de sua atuação, como afirma a historiadora Priscila Antunes (2002).

Chegado o fim da ditadura militar e com o primeiro governo civil eleito indiretamente, foi convocada uma assembleia constituinte para que o Brasil voltasse ao regime democrático. Como é sabido, a transição foi um campo de disputas, travadas por múltiplos atores com diferentes perspectivas sobre democracia. O jurista Fábio Konder Comparato (1986), na época, escreveu o livro “Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático”, onde afirma que a formulação de uma nova constituição consiste em pensar em um país para o futuro. Dessa forma, uma das preocupações da oposição à ditadura era remover qualquer resquício autoritário do regime anterior. Sabemos que isso não foi concretizado, apesar de mudanças importantes terem sido conquistadas.

Os militares também pensaram esse processo com diferentes visões sobre o retorno à democracia. Importante destacar que os militares não são um bloco monolítico e estanque, existem diferentes visões dentro da corporação, como versou o sociólogo Edmundo Campos Coelho (1985). No que tange o assunto de interferência na política, alguns grupos de militares

¹⁰ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79. *Considerações sobre a organização do Gabinete do chefe do SNI*. Documento produzido pelos agentes do SNI, em 1985.

queriam permanecer atuando nos bastidores e concordavam com a volta do governo de civis. Outros eram contra a redemocratização e ainda, outros eram contra a interferência na política, existindo inclusive, uma rivalidade entre as três forças, Marinha, Aeronáutica e Exército, todos compondo um grupo heterogêneo, trataram disso o antropólogo Celso Castro e a cientista política Maria Celina D'Araújo (2001). As três forças são componentes importantes para entender o grupo no período, mas o SNI foi um órgão pensado e desenvolvido pelos militares do Exército.

Em contrapartida, apesar de os militares apresentarem diferentes visões dentro da corporação, a questão da unidade militar apareceu como componente da instituição ao decorrer da ditadura. Isso se deve ao fato, como explica o cientista político João Roberto Martins Filho (2020), da construção de uma “ideologia militar fortemente calcada na repulsa à política civil, que passou a ser [...] associada à instabilidade social e aos riscos de ruptura da ordem”.¹¹ Nesse sentido, essa oposição tornou-se uníssona dentro da caserna, “crucial união constituída na oposição ao mundo político convive, assim, com a constante discórdia”.¹² Essa unidade entre as Forças Armadas pareceu adentrar a Nova República quando os assuntos debatidos pelos políticos se referiam aos interesses militares.

A historiadora Priscila Antunes (2002) em “SNI & ABIN: Uma leitura acerca da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do século XX”, buscou entender a formação dessa atividade no Brasil pela categoria do estigma. A autora analisou a formação da atividade de informações abordando conceitos desenvolvidos, principalmente, por autores estadunidenses, já que os Estados Unidos desempenham papel importante nas concepções para formulação dessa atividade. No caso brasileiro, a historiadora discorre sobre a construção e atuação do SNI a partir de diversas entrevistas concedidas pelos militares, da legislação da época e de livros escritos no calor do momento dos acontecimentos da ditadura e do final dela, em relação ao próprio SNI até a criação da ABIN. Como em “SNI: como nasceu, como funciona”, da jornalista Ana Lagôa, de 1983 e “Nos porões do SNI: o retrato do Monstro de Cabeça oca”, de 1989, do também jornalista Ayrton Baffa.

O livro da jornalista Ana Lagôa foi o primeiro a ser publicado com o tema do SNI. Como foi escrito ainda no final da ditadura, a jornalista contou com o problema de acesso a fontes. Entretanto, seu trabalho trouxe uma denúncia às ações cometidas pelo órgão de informação e por isso foi tão importante. A autora utilizou de reportagens escritas por ela

¹¹MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2020. p. 62.

¹²Ibid.

mesma no jornal *Folha de S. Paulo* e de entrevistas que militares concediam à imprensa, além de documentos do próprio SNI que foram vazados. Assim, ela pôde organizar um pouco da estrutura do órgão, em uma obra inédita, até hoje é citada nos trabalhos que estudam a temática da vigilância no período.

O historiador Carlos Fico, em 2012, publicou seu livro “Como eles agiam”. O pronome “eles” que aparece no título de sua obra, surge a partir de um documento analisado pelo autor que foi produzido pelos agentes de órgãos de informações. O termo “eles” era a nomenclatura utilizada pelos agentes para nomear os “subversivos”. Fico inverteu o sentido do termo ao nomear “eles” os agentes que trabalhavam nos serviços de informações e produziram a documentação de vigilância. Nesse sentido, utilizo da mesma nomenclatura quando me refiro a documentação escrita por eles.

O título que nomeia este capítulo, bem como a dissertação, foi retirado de um documento da vigilância com o título “SNI 2ª Fase 1985 (caderno 424)”.¹³ O arquivo consiste em um compilado de documentos produzidos ao longo do ano de 1985 relativos às atividades desenvolvidas pelos agentes do SNI. Nele se encontra a produção de informações do ano em uma espécie de linha cronológica focado em pensar questões, como reformulação da imagem, atuação e papel do órgão frente à conjuntura política nacional. Além de demonstrar a preocupação dos agentes sobre a manutenção dos trabalhos de vigilância e da estrutura no contexto democrático. Utilizo esse caderno para desenvolver as análises apresentadas no capítulo.

1.1 A atividade de informações no Brasil

A atividade de informações no Brasil é datada pela criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927, com o presidente Washington Luís, afirma Antunes (2002). Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas, ocorreram algumas mudanças, como a criação de novas instâncias e alterações de nomenclaturas de secretarias, mas que, para a autora, não foram significativas. As mudanças que começaram a partir do acirramento da Guerra Fria caminharam mais para esse sentido.

De acordo com Antunes (2002), o presidente Juscelino Kubitschek foi responsável por ativar o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (Sfici) que havia sido criado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946. Ainda nesse período democrático, em 1949, houve a criação do decreto que regulamentava a salvaguarda de assuntos inerentes à

¹³ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

segurança nacional, citado pela autora como “[...] o primeiro instrumento legal para proteger e classificar informações”.¹⁴ A historiadora afirma que a ativação do Sfici se deu por pressão dos Estados Unidos que, por conta da Guerra Fria, interferiram em diversos países latino-americanos para que os governos construíssem serviços de informações a fim de controlarem a “ameaça comunista”.

No âmbito interno, a influência para construção de um serviço de informações foi feita pela Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014):

Entre as competências do SFICI, estavam: pesquisa e monitoramento de ocorrências subversivas; acompanhamento de ações dos partidos políticos; e elaboração de estudo sobre a conjuntura política e a situação das entidades de classe.¹⁵

A autora menciona que o general Rubens Denys relatou em depoimento que o governo brasileiro tinha “um compromisso com o governo norte-americano em criar um serviço de informações aos moldes da CIA”.¹⁶ Para isso, os Estados Unidos ajudaram o Brasil na capacitação de agentes onde “quatro pessoas foram enviadas [...] com a intenção de compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de informações norte-americanos [...] e participaram de reuniões no Departamento de Estado americano, CIA e FBI”.¹⁷

O general Golbery do Couto e Silva foi quem entregou a proposta de criação do novo serviço de informações para o presidente marechal Castelo Branco. O SNI

tinha como atribuição articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de Estado.¹⁸

O Projeto de Lei que criou o SNI foi feito em 11 de maio de 1964 e esse foi aprovado um mês depois, em 13 de junho de 1964.¹⁹ Segundo consta no relatório da CNV, o SNI utilizou “todo o acervo do antigo SFICI, além de funcionários civis e militares que ali exerciam funções e [...] foi o grande repositório das informações obtidas pelos demais instrumentos de repressão.”²⁰

¹⁴ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.48.

¹⁵BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 115p.

¹⁶ANTUNES, 2002. p.48.

¹⁷Ibid.

¹⁸BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. p. 117.

¹⁹BRASIL, *Lei nº4.341 de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, DF, 1964. Disponível em: L4341 (planalto.gov.br).

²⁰BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. p. 117.

O SNI era diretamente subordinado à Presidência da República, ou seja, ao Poder Executivo, naquele momento governado pelos generais do Exército, e “operaria em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional”.²¹ Além disso, o órgão era “isento de quaisquer prescrições que determinassem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos.”²² Discorre Antunes (2002) que o SNI era composto por uma Agência Central, no Rio de Janeiro, e por outras duas em Brasília e São Paulo. Porém, ele teria “[...] agências regionais, tantas quantas necessárias, com sedes em capitais dos estados ou cidades importantes”²³, o que de fato ocorreu, onde ao longo de sua existência foram criadas agências espalhadas por todo o país, em pelo menos treze estados. Conforme a autora explicou, o general Ênio Pinheiro recebeu a atribuição de ajudar na formulação das agências de Brasília e São Paulo. Ele tinha “servido na segunda subseção do Estado-Maior do Exército, órgão responsável pela área de informações das Forças Armadas”.²⁴ Na Agência do Rio de Janeiro, o chefe responsável, na época, era o coronel João Baptista Figueiredo.

Na Agência Central, a organização “compreendia uma chefia, uma seção de informações estratégicas, uma seção de segurança interna e uma seção de operações especiais.”²⁵ Ainda, ela deveria “estabelecer ligação com outras agências, com órgãos cooperadores [...] planejar e implementar os planos de informação e contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal [...]”.²⁶ De acordo com Antunes (2002) e a historiadora Carla Longhi (2015), a responsabilidade de coletar dados era dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) coordenados por coronéis com certo conhecimento do tema das atividades de informações. Posteriormente, com a criação do SNI, o órgão recebeu essa função para centralizar as informações, uma vez que ele se tornou uma mega estrutura operante na vigilância. As agências regionais eram similares à Agência Central, entretanto, possuíam menos pessoal, já que respondiam a AC. Nas agências existiam civis e militares trabalhando e, expõe Antunes (2002), que os civis eram alocados em cargos de escrivães, enquanto os militares do Exército formavam maioria do corpo operante.

Em 1967, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs). Essas estruturas eram semelhantes às seções de segurança nacional dos ministérios civis feitas durante o Estado Novo a fim de vigiar funcionários públicos. Conforme explicita Antunes (2002), as DSIs ficaram instaladas nos

²¹ ANTUNES, 2002. p.55.

²² Ibid.

²³ ANTUNES, 2002. p.56.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

²⁶ BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. p.118.

ministérios civis e as ASIs nos órgãos públicos e autarquias federais. Ainda em 1967, após a posse do presidente-general Costa e Silva, foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE) e o coronel Adyr Fiúza de Castro foi indicado como chefe. O historiador Daniel Samways (2013) afirma que o CIE atuou na repressão junto com o DOI e o CODI, ambos sendo subordinados ao Ministério do Exército. “Uma das grandes capacidades do CIE, além da repressão, foi a infiltração de seus homens no movimento estudantil, sendo muitas vezes presos por engano por outros órgãos.”²⁷

Para a jornalista Ana Lagôa (1983), a comunidade de informações era composta por:

[...] 16 órgãos especializados. O próprio SNI, as DSIs, as ASIs, a FA-2 (segunda seção do EMFA), os E-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada OM), o CIE (Centro de Informações do Exército), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica, ex-CISA [...]), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), além dos declarados extintos CODIs-DOIs (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de Operações Internas).²⁸

Salienta-nos a historiadora Mariana Joffily (2008) que, para além da estrutura organizacional, existia um grupo de militares que se autodenominava como a “comunidade de informações”.

A partir do final de 1968, os serviços de informações voltaram-se para o combate à luta armada. Um episódio conhecido do ano foi a “Operação Ibiúna”, onde o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi violentamente interrompido. O dossiê da operação estava dividido em três partes: plano de ação, prisão dos estudantes e levantamento de informações dos detidos, como analisou o historiador Pedro Ernesto Fagundes (2005). Essa ação foi coordenada pelo DEOPS de São Paulo e marcou o desmantelamento da UNE. Também é o ano de criação do AI-5.

Em 1969, Médici, que havia sido chefe do SNI, assumiu a presidência do regime militar. O entrelaçamento das chefias do órgão com a Presidência da República reflete sobre a grande estrutura de operação das atividades de informações na ditadura, já que suas ações eram apoiadas e incentivadas pelo próprio Poder Executivo. Antunes (2002) indica que a preocupação do general-presidente naquele momento era pensar na elaboração de um Plano Nacional de Informações (PNI). Desta maneira, o general Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI no período, ficou com a responsabilidade de estruturar esse plano. Uma questão comentada pela autora era a necessidade existente de possuir pessoal especializado para

²⁷SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, n. 5, jun 2013, p.94.

²⁸LAGÔA, Ana. *SNI como nasceu, como funciona*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p.34.

redigir o plano, com uma das metas de formular uma doutrina nacional de informações. Essa doutrina iria orientar a produção de informações, com prioridade para o combate da guerrilha. O fim dessa história foi a derrubada do movimento guerrilheiro no final da década.

Segundo a historiadora, o general Alberto Fontoura enviou gente para o exterior, em países, como “Alemanha, França e sobretudo, os EUA e Inglaterra para estudarem técnicas de interrogatórios.”²⁹ Com isso, eles pensaram em criar a Escola Nacional de Informações (Esni). A escola foi criada em março de 1971 com um dos objetivos de “preparar civis e militares para o atendimento das necessidades relacionadas a informações e contra-informações”.³⁰ Baseada no depoimento prestado pelo general Ivan de Souza Mendes, o último chefe do SNI, Antunes (2002) aborda que a estrutura da escola contava com um *stand* de tiro, grande volume de recursos financeiros e tecnologia sofisticada. Com o envio de pessoal para cursos nos Estados Unidos, foi possível formular uma teoria básica de informações, a partir da documentação estudada em lugares, como a CIA e o FBI. A partir disso, o SNI e a Esni desenvolveram apostilas com a finalidade de definir diretrizes e técnicas de informações. O jornalista Ayrton Baffa (1989) cita que o primeiro Manual de Informações foi publicado em 10 de dezembro de 1976:

Tais ensinamentos continham técnicas e processos para interrogatórios de suspeitos, para a coleta de dados destinados à identificação do perfil ideológico do entrevistado [...] ou para familiarizar os agentes com medidas de controle adotadas nas atividades de contra-informação.³¹

No final da década de 1970, precisamente no ano de 1977, foi feito um novo decreto para salvaguarda de assuntos sigilosos. Segundo a autora, a expectativa naquele momento era de um retrocesso do órgão, principalmente, porque a guerrilha havia sido derrotada. Isso também foi somado ao fato da abertura política se tornar uma expectativa real. Entretanto, no governo de Figueiredo houve uma ampliação:

O SNI montou um serviço médico próprio, que lhe permitia prescindir serviço médico às Forças Armadas; a Agência Central em Brasília criou uma tropa de operações especiais formada por paraquedistas e foi montada, dentro do setor policial em Brasília, um Prólogo, indústria que, segundo o general Carlos Tinoco, havia sido criada por influência da Secretaria de Informática da Presidência da República ainda no governo Geisel. No governo Figueiredo o SNI criou também o Centro de Pesquisa de Segurança de Comunicações (Cepesc), que mantinha uma estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores, sobretudo na parte de códigos. O SNI

²⁹ ANTUNES, 2002. p.60.

³⁰ ANTUNES, 2002. p.61.

³¹ BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989. p.19.

chegou até mesmo a montar um estúdio de televisão em Brasília, no qual o presidente Figueiredo fazia seus pronunciamentos.³²

O SNI sofreu muitas transformações ao longo de sua existência, principalmente, porque teve investimento do governo dos militares para o seu aprimoramento. Os autores citados convergem nas análises em relação a esse fato. A estrutura do órgão foi sendo aumentada e a vigilância promovida contou com maior organização.

Ao final da ditadura, os sujeitos a favor de um novo contexto democrático exigiriam mudanças que caminhassem em outro sentido, um sentido que somente uma democracia é capaz de dar às instituições do estado: cobranças por mais transparência em relação às atuações realizadas. Grupos opositores ao regime, por exemplo, pediram a extinção do SNI. Nos depoimentos prestados pelos militares em entrevistas, para pesquisas acadêmicas e para jornais, eles discursavam que estavam pensando em assumir uma direção diferente por conta das transformações sociais e políticas:

De acordo com o general Ivan, em sua administração ele teria dispensado pessoas que não achava confiáveis, chamado novos quadros para o serviço, e reduzido o quadro de pessoal do SNI que em sua época girava em torno de 2.500 pessoas. Teria feito também uma reformulação doutrinária, procurando formar mais civis dentro da Esni. Chegou até mesmo a convidar a imprensa para conhecer as dependências do SNI [...] ³³.

Em um documento produzido em 26 de abril de 1985, intitulado “Atuação do SNI”, com o carimbo de confidencial, os agentes ressaltaram a necessidade de reformulação, pelo menos “no sentido predominante de regular a intensidade de diversas atividades e acertar aspectos dependentes do assentimento superior”.³⁴ Eles escreveram que:

A transição democrática incentivou a apresentação de projetos pelo Poder Legislativo. No tocante aos que simplesmente se radicalizam propondo a extinção do SNI, cabe a lembrança de que os Serviços de Informações constituem uma realidade presente na estrutura do Estado moderno, democrático ou autoritário.³⁵

Em um estado democrático, as ações de um serviço de informações chocam-se com o direito à privacidade dos cidadãos e, por isso, a produção de informações tende a priorizar questões externas (na maioria das vezes), versa Antunes (2002). Sobre esse assunto, os agentes analisaram:

Nos regimes democráticos consolidados, tem-se verificado um progressivo processo de conciliação para atenuar o antagonismo entre o direito que o

³²ANTUNES, 2002. p.62.

³³ANTUNES, 2002.p.92.

³⁴ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79

³⁵Ibid.

cidadão tem de saber e a necessidade de proteger as atividades de informações.³⁶

Assim, eles demonstraram estar atentos à discussão sobre este impasse, ao mesmo tempo que buscavam referências para sustentar a atuação do órgão diante do cenário político do momento.

O regulamento do SNI, feito no ano de 1964, só foi alterado em 29 de setembro de 1988. Portanto, durante a Constituinte, a validade das ações promovidas no SNI tinha respaldo em uma legislação feita pelos militares na ditadura.³⁷ Como consta no relatório da CNV (2014), o decreto de 1988 definiu o papel do SNI na atividade de informações e contrainformação em consonância com a política nacional, a soberania e defesa do Estado. Além disso, as competências do SNI seriam:

[...] Difundir conhecimentos para a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; salvaguardar e assistir entidades nacionais no que se refere à salvaguarda de conhecimentos e dados sob a responsabilidade do Estado; estabelecer doutrina nacional de informações; preparar profissionais, realizar pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico em proveito da atividade de informação; colaborar no controle de transferência de tecnologia, considerando o interesse público; e colaborar com órgãos e entidades encarregados da atividade de controle de estrangeiros.³⁸

Com o novo regulamento posto, o SNI passou a assumir a seguinte estrutura:

Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica e Assessoria de Coordenação e de Planejamento, Agência Central, Agências Regionais, Escola Nacional de Informações (Esni), Secretaria Administrativa (SAD), Secretaria de Controle Interno (SCI), Centro de Informática (CIn), Centro de Telecomunicações e Eletrônica (CTE), e Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (Cepesc).³⁹

De acordo com os autores citados, durante a ditadura militar, a segurança interna era o principal quesito a ser trabalhado pelos militares. A “subversão” a ser combatida era promovida, segundo eles, pelos brasileiros e brasileiras “corrompidos”. Esse é um debate que vai se estender para os anos 1990 em relação a criação de um Ministério da Defesa, pois as nomenclaturas defesa e segurança nacional contêm diferenciações: segurança interna e defesa externa, orienta-nos nesse sentido o jurista Nilson Borges Filho (1985). Pelos militares, a segurança nacional aparecia como elemento central para o desenvolvimento da atividade:

Como nação em desenvolvimento, convivemos com fortes dependências externas, em particular relacionadas com o campo econômico, ficando sujeitos a dificuldades e antagonismos. Esse condicionamento nos leva a

³⁶ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

³⁷BRASIL, *Decreto nº 96876 de 29 de setembro de 1988*. Dispõe sobre o regulamento do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dá outras providências. Brasília, DF, 1988. Disponível em: diariodasleis.com.br.

³⁸BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. p. 119.

³⁹Ibid.

intensificar o processamento de informações estratégicas, integrando conhecimentos de outras fontes. Nesse crescimento de atuação no campo externo, convirá o estabelecimento de prioridades em áreas e assuntos selecionados. Mas, subsiste a necessidade mais intensa de acompanhar o campo interno. Vive-se um difícil período de transição, perduram as crises econômica e social, o quadro político é instável, a composição do governo aparenta heterogeneidade, existem muitos problemas e até conflitos em alguns setores, a administração apresenta deficiências em seu funcionamento, persistem muitos antagonismos, há divergências de enfoques entre setores governamentais, segmentos sociais e interesses regionais. Resulta, desse modo todo um complexo contraditório que exige observação constante, análise insuspeita e síntese auxiliadora para a deliberação procedente.⁴⁰

Os militares continuavam a enxergar os acontecimentos políticos da mesma forma como fizeram na ditadura. Dessa forma, não mudaram a orientação da produção de informações para questões da defesa externa nesse primeiro momento. A transição e o cenário inflacionário, inseriram-se para eles como fatores elementares a serem vigiados. Assim, mostrou-se a permanência de uma oposição ao mundo político, somado a operação de um modelo baseado em sua interferência, mesmo sendo ele adequado às mudanças, discorre Martins Filho (2020).

Apesar de as falas reproduzidas pelos militares envolvidos com os serviços de informações apontarem para revisões de postura frente ao período democrático, há uma incoerência quando elas são confrontadas com os documentos produzidos. Os agentes de informação produziram relatórios para o Ministério do Trabalho, onde as “reivindicações trabalhistas ainda eram vistas como fator que afetava a segurança interna do país.”⁴¹ Na década de 1980, o SNI ainda produziu informações sobre a considerada “subversão” e também exerceu vigilância nas eleições de 1989, como aponta Antunes (2002) e o jornalista Lucas Figueiredo (2005). Esses pontos mostram uma parcela de continuidade da atividade promovida pelo órgão de forma similar à praticada no período ditatorial. O que é posto, fica claro, é que existiram violações do direito à privacidade, já que o órgão continuava com práticas, como grampeamento de telefones, violação de correspondência e produção de relatórios em relação aos cidadãos considerados, por eles, como suspeitos por suas posições políticas, disserta Antunes (2002).

Como a jornalista Ana Lagôa (1983) exprime em seu trabalho, permanecia o mesmo pensamento doutrinário dentro do corpo militar. Os suspeitos, para eles, estariam agora infiltrados na Assembleia Nacional Constituinte, como parlamentares e como articuladores

⁴⁰ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁴¹ANTUNES, 2002. p.92.

políticos, propondo emendas de caráter “revanchistas”, expõem Castro & D’Araújo (2001). Os agentes, então, continuaram a vigiar os assuntos que consideravam importantes no contexto político para a estrutura do SNI e para as Forças Armadas.

1.2 O último chefe do SNI: General Ivan de Sousa Mendes.

O SNI vai cumprir o que está previsto no seu regulamento, em decreto público, e cumpre sua missão. Olhar para trás eu não estou interessado. Temos de construir o futuro, juntar as pedras e não jogá-las no passado. [...] Posso assegurar que o SNI não está se intrometendo na privacidade do cidadão. Isso no seu sentido lato. (General Ivan de Sousa Mendes, o ministro-chefe do SNI, em 18 de abril de 1985).⁴²

Durante a ditadura o SNI teve cinco chefes. O primeiro deles, o general Golbery do Couto e Silva, seu idealizador, ficou no cargo de 1964 até 1967; o general Emílio Garrastazu Médici, de 1967 à 1969; o general Carlos Alberto da Fontoura, de 1969 à 1974; o general João Figueiredo, de 1974 até 1978 e o general Octávio Aguiar de Medeiros, de 1978 até 1985. No período democrático, o último e único chefe do órgão foi o general Ivan de Sousa Mendes, que ficou no cargo de 1985 até 1990, sendo indicado pelo presidente José Sarney. De acordo com a bibliografia, as agências também possuíam chefias militares. Essa estrutura organizada obedecia a cadeia de comando, inclusive na circulação de informações. Eram atribuições do chefe do SNI:

Estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, como entidades paraestatais e autárquicas, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas. Outras atribuições eram: criar e extinguir agências; requisitar funcionários e propor a designação de oficiais das Forças Armadas; classificar assuntos como “segretos” e “ultrassegretos” [...].⁴³

O general Ivan de Sousa Mendes nasceu no dia 23 de fevereiro de 1922 em Cordeiro, uma cidade pequena localizada no estado do Rio de Janeiro. Em 1940, alistou-se no Exército na Escola Militar do Realengo. Desenvolveu sua carreira militar ao longo das décadas de 1940 e 1950 e, em 1964, como tenente-coronel, foi chamado para fazer parte do grupo de militares do general Castelo Branco, envolvido no golpe que destituiu o presidente João Goulart no mesmo ano. Ao longo da ditadura, o general Ivan foi nomeado interventor no governo do Distrito Federal, serviu na embaixada do Brasil no Peru, voltou para o Brasil para atuar no gabinete do ministro do Exército, comandou a 8ª Escola Militar em Belém e a Escola do Comando e do Estado-Maior do Exército (ECEME) e passou a ser membro permanente da

⁴²BAFFA, 1989. p.18.

⁴³BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. p.118.

ESG. Em 1985, tornou-se chefe do SNI, o último a desempenhar essa função, quando em 1986 passou para reserva e continuou no cargo até a extinção do órgão em 1990.⁴⁴

No SNI, o general ficou responsável por desempenhar a função em um momento distinto dos demais, tendo que falar mais sobre a atuação do órgão para a população civil por conta do ambiente democrático. Por isso, em vários momentos, concedeu entrevistas à imprensa que foram destacadas nos trabalhos desenvolvidos sobre o tema do SNI. Em uma delas disse que o órgão estava atuando conforme o previsto em seu regulamento, sem violar nenhum direito fundamental, principalmente, para tentar afastar o estigma envolto na atividade.

O jornalista Ayrton Baffa (1989), ao analisar a primeira entrevista do general Ivan Mendes, elencou o fato de o chefe não ter sido questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de trocar o nome do órgão, algo relativamente simples a ser feito em um contexto de mudanças. Nos anos 1980, havia começado um debate sobre a renomeação dessa atividade. “Antes dos anos 1990 o termo ‘informações’ é utilizado e posteriormente o de ‘inteligência’.”⁴⁵ Apesar de ter sido mencionado, esse debate foi feito apenas por políticos e civis em um primeiro momento, não aparecendo, por exemplo, na documentação produzida pelos agentes no ano de 1985. Inclusive, dentre as três forças, o Exército foi o último a incorporar o termo “inteligência” neste tipo de atividade, apontam os autores Castro & D’Araújo (2001). Essa discussão aparece no órgão, segundo Figueiredo (2005), apenas no final da década de 1980, em específico, no ano de 1989, no documento chamado “Projeto SNI”, em que os agentes apontaram sobre a questão de retirar o termo “informações” do órgão, para afastá-lo da sua imagem desgastada.

Os agentes preparam uma vasta documentação para guiar o general em sua nova função como chefe. Em 7 de março de 1985, foi produzido o documento “Assuntos a expor ao gen. Ivan” que continha sete pontos: oficiais gerais do SNI, gabinete, SAD, PNI, levantamento de dados biográficos, BINFO e resenha diária e nomeação de direção para órgãos especiais. Nele, constava a situação dos generais em cargos de chefia no período. Como chefe da Agência Central, estava o General de Divisão Braga; o vice-chefe da AC era o General de Brigada Carracho; o diretor da Esni era o General da Brigada Moreira; o chefe da Agência do Rio de Janeiro, General da Brigada Pacífico e da Agência de São Paulo, General

⁴⁴Informações retiradas do Verbete de Ivan de Sousa Mendes do CPDOC/FGV. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ivan de Sousa Mendes. In: _____. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: MENDES, IVAN DE SOUSA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

⁴⁵ANTUNES, 2002. p. 35.

de Brigada Braga. Logo, apesar da mudança de patente ter sido mencionada como modificação na estrutura das chefias, no momento de início da transição democrática, as funções citadas estavam sendo ocupadas somente por generais.

A incerteza sobre o futuro do SNI marcava constantemente as linhas escritas pelos agentes no início do ano de 1985. Para eles a atividade deveria continuar em operação, porém, o contexto político exigia limites:

O problema atual consiste em saber se o futuro governo seguirá a sistemática prescrita no âmbito interno do Sistema, particularmente no início da gestão, quando será feito um grande número de nomeações, dificultando a rapidez do processamento.⁴⁶

Dessa forma, os agentes desenvolveram uma série de análises com o objetivo de prevenir possíveis situações que poderiam afetá-los por conta do novo governo. A nova gestão de civis no campo político poderia colocar um freio nas atividades desenvolvidas pelos militares, parecendo não agradar quem trabalhava no órgão. Apesar disso, era uma estratégia dos militares defender a condução da atividade em convergência com o regime democrático:

[...] Estar convicto de que o SNI, na atual gestão, irá contribuir sobremodo para o aperfeiçoamento do regime democrático informando com isenção e patriotismo sobre as atuações que visem a beneficiar ou prejudicar esse desiderato.⁴⁷

Em 1992, no livro “A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura”, os autores Celso Castro, Maria Celina D’Araújo e Gláucio Soares fizeram entrevistas com militares. Uma delas foi realizada com o general chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes. Indagado sobre seu cargo no serviço de informações e como chegou até ele, o general expôs:

O SNI era, havia muito, um órgão eficiente, integrado em sua grande parte por gente séria. [...] Não tive muita dificuldade em me adaptar, e iniciei minha gestão com uma espécie de lema, que era mais ou menos: “a atividade de informações tem que ser feita por gente séria. Gente ordinária não pode trabalhar nisso porque é um perigo danado”. Um alemão que foi chefe do serviço de informações da Alemanha na frente russa dizia: “serviço de informações é atividade para nobres.” [...].⁴⁸

Em sua fala é possível identificar a visão dos militares sobre aqueles que deveriam trabalhar com essa atividade. Essa visão consistia em entender a atividade como sendo pertencente a um grupo restrito da elite do corpo militar. Essa opinião pode estar atrelada ao fato da atividade ser desenvolvida em conjunto com o Poder Executivo, ou seja, é uma atividade

⁴⁶ARQUIVO NACIONAL(Brasil).BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁴⁷ARQUIVO NACIONAL(Brasil).BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁴⁸SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995. p.155.

desempenhada com e para a política institucional. Os militares que atuam com a política institucional só podem pertencer a um grupo restrito e da elite da corporação.

Outra fala realizada na entrevista respondia perguntas sobre a sua gestão e as possíveis mudanças:

[...] Na conjuntura política dos anos 1970 havia também, dentro do país, elementos que procuravam derrubar o poder constituído, afetando, portanto, a segurança do Estado. O SNI buscava informações sobre esses elementos. Era um órgão de informações contra o inimigo externo e interno. [...] Não precisava ser transformado, na medida que a ameaça interna diminui, os meios são direcionados para a ameaça externa. [...] Não precisava redefinir nada porque as atividades eram aquelas mesmo.⁴⁹

Segundo o general, não haveria necessidade de mudanças na estrutura do órgão porque o decreto existente já colocava atribuições necessárias para que ele fosse adaptável ao contexto em que estivesse inserido. Apesar disso, a dita “mudança natural” não parece ter chegado a acontecer, visto que na documentação, os agentes escreveram sobre suas inseguranças em relação ao contexto democrático. Para os militares da comunidade de informações, a segurança interna nunca deixou de ser prioridade e a percepção deles sobre as instabilidades políticas apareceriam sempre como justificativas para intervenções e vigilância.

Os trabalhos citados foram realizados em momentos de difícil acesso a fontes escritas, principalmente, as produzidas pelos militares. Por isso, o uso da história oral apareceu como uma forma de compreender melhor os acontecimentos históricos do período. É visto como as falas do general são compostas por contradições quando confrontadas com os documentos. Claro que o contexto de produção influencia, posto que algumas das falas foram reproduzidas em entrevistas para jornais e outras para pesquisa e alerta-nos para isso, a historiadora Carla Longhi (2015).

1.2.1 Circulação de informações como estratégia

Em 11 de março de 1985, os agentes do SNI produziram um documento intitulado “Subsídios para a elaboração de um plano de visitas do Ch SNI aos órgãos do Serviço.” Em 12 de março, no dia seguinte, foi feito um outro documento sobre a “Visita do Ch SNI aos órgãos do Serviço em Brasília”. A partir disso, a Agência Central criou uma “Nota de Serviço”, emitida no dia 20 de março, para regulamentar a visita com data marcada para o dia 21 de março de 1985, no horário de 15h às 17h. A nota possuía um espaço de assinatura endereçada ao vice-chefe da agência, o General de Brigada Ary Rodolpho Carracho Horne.

⁴⁹SOARES; D’ARAÚJO; CASTRO, 1995. p.156.

Foram produzidos três documentos em um curto período de tempo apenas para guiar a visita do novo chefe às instalações do órgão.

Segundo os agentes, o general Ivan Mendes seria recepcionado no saguão de entrada pelos chefe e vice-chefe da Agência Central e pelo chefe do departamento (Dpt 6). Posteriormente, teria uma reunião onde seriam apresentadas suas atribuições e a organização da agência. Assim, eles descreveram nomeadamente as divisões e instalações que a agência possuía. Tentarei indicar algumas das instalações resumidamente.

Segundo os agentes, a agência possuía térreo, pátio interno, garagem, almoxarifado, sauna, piscina, cantina e mais quatro andares. Em cada andar organizavam-se divisões, departamentos, seções e gabinetes dos chefes. No térreo, localizavam-se as salas de visitas, salas de entrevistas, biblioteca e um auditório. No primeiro andar estavam, por exemplo, os Departamento de Informações Externas, Seção de Pesquisa e Arquivo, Seção de Informações Biográficas, Divisão da América Sul; da América do Norte; da Europa (URSS); da África, Ásia e Oceania, Divisão de Movimentos Ideológicos e Organismos Internacionais.

Alguns dos departamentos e seções do segundo andar eram: Informações Políticas e Psicossociais, Assuntos Econômicos, Levantamento Estratégico, Divisão de Administração Pública, Divisão de Assuntos Políticos, Divisão de Orçamento e Finança e Divisão de Assuntos Ideológicos. No terceiro andar, estavam localizados o Gabinete do Ministro-Chefe do SNI, Sala de Trabalho, Sala de Refeições, Copa-Cozinha, Salas dos Assessores, Seção de Protocolo e Triagem, Gabinete e Secretaria do GERIN - Gerente de Informática, Seção do Boletim Informativo, Seção de Controle do PNI e SISNI. Além disso, a agência tinha uma seção de disfarce e uma seção de serralheria, entre outras.⁵⁰ Essa “Nota de Serviço” detalhou a visita do chefe do SNI e consta como em um material cheio de informações sobre a estrutura física da Agência Central, localizada em Brasília. Ela contribui também para identificarmos as nomenclaturas como sendo baseadas em conceitos do corpo militar.

Outras seções foram nomeadas e explicadas no relatório da CNV (2014), como:

A Seção de Informações Estratégicas planejava a pesquisa e a busca de informações, além de reunir e processar os dados e os estudos realizados. À Seção de Segurança Interna competia identificar e avaliar as tensões oposicionistas, processar os dados e propor sua difusão. E a Seção de Operações Especiais realizava a busca especializada de informes e participava do planejamento das operações e ações.⁵¹

Além da imensa estrutura do órgão, esse tipo de detalhamento presente na descrição dos espaços físicos da agência permite identificar a finalidade de produzir um documento

⁵⁰ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁵¹BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. p. 118.

minucioso acerca da visita do seu chefe. A circulação e difusão de informações entre órgãos era importante. A preocupação era do funcionamento à legitimidade do próprio aparato de vigilância e repressão, em sua própria composição. Durante a ditadura, a circulação feita internamente garantiria um autoconvencimento e uma unidade para o processo de repressão, por isso a visibilidade da informação se tornava um elemento necessário, argumenta Longhi (2015).

Por outro lado, Antunes (2002) elucida sobre o conceito de segredo que é extremamente importante para atividades de informações. Para isso, é preciso que exista uma “salvaguarda de informações sigilosas”⁵², como a concretizada pelo decreto feito em 1977. Conforme a autora explicita, os critérios a nível internacional para segurança de informações são: “segurança defensiva, detecção e neutralização de ameaças, e fraudes”.⁵³ Portanto, o segredo constitui elemento essencial dentro das atividades de informação e vigilância, principalmente por questão de estratégia. O SNI, por exemplo, não precisava informar como desenvolvia suas atividades. A divulgação de parte de sua estrutura física somente foi revelada publicamente no início da democracia, através de um convite restrito à imprensa.

Uma outra questão colocada em sigilo era o orçamento do órgão. O SNI recebeu ao longo da ditadura suporte financeiro de fundos secretos, apontam Baffa (1989) e Antunes (2002). A informação é um instrumento de poder e com o segredo é possível manipulá-la, e

Por segredo podemos entender um saber de acesso particularizado a uma informação privilegiada, que cria alianças e divisões sociais e espaciais por aqueles que compartilham [...] é uma informação intencionalmente retida.⁵⁴

Para a historiadora, “é possível discernir os dois grupos essenciais: ‘nós’, que somos aqueles que retemos a informação, e ‘eles’, aqueles a quem a informação é bloqueada.”⁵⁵

Ayrton Baffa (1989) discorre sobre o gasto público do órgão que foi divulgado pela imprensa:

Em 1964, o SNI começou a operar com Cr\$200 milhões. Segundo o *Jornal da Tarde*, em 1988 a verba atingia a soma de Cr\$2,3 bilhões [...] Desse total, Cr\$1,9 bilhão ficaria nas dependências do Serviço, enquanto outros Cr\$128,5 milhões eram repartidos entre as Divisões de Segurança e Informações de 18 ministérios civis. [...] ⁵⁶

⁵²ANTUNES, 2002. p.25.

⁵³Ibid.

⁵⁴ANTUNES, 2002. p.27.

⁵⁵ANTUNES, 2002. p.28.

⁵⁶BAFFA, 1989. p. 16.

Como consta no relatório da CNV, o “órgão dispunha de um fundo especial (Fesni), de natureza contábil, criado [...] em 1979, cujo funcionamento foi regulamentado [...] em 1988.”⁵⁷

No documento sobre sua segunda fase, o SNI e a Esni desenvolveram suas propostas orçamentárias para o ano de 1986. As propostas foram apresentadas com seus objetivos, ênfases e coerências em relação aos valores dos recursos financeiros e a sua destinação. Para o SNI a prioridade era o “atendimento dentro do Órgão das atividades de Informações e Contra-informação, o aperfeiçoamento do pessoal especializado e a pesquisa na área de Segurança das Comunicações”⁵⁸. Para a ESNI,

com ênfase crescente na atual conjuntura, assinalada por dificuldades em todos os campos do poder, a implementação e o acompanhamento da ação política do governo não pode prescindir de informações oportunas e confiáveis.⁵⁹

Eles escreveram que 90,2% dos recursos seriam destinados para custeio de pessoal da escola e estimavam esse valor em Cr\$117.018 bilhões.

Foi elaborado, portanto, um “Plano Setorial para o período de 1986-1989”. Neste documento já se apontava a necessidade de aumentar o orçamento em 6%. Segundo eles, os limites de recursos financeiros estabelecidos pela SEPLAN eram insuficientes para o ano de 1986. Informaram que “o conjunto administrativo do SNI tem sido construído, a partir de 1981, com recursos liberados sob a supervisão do DASP, obedecendo as prioridades dentro das limitações impostas pelos totais alocados durante o período.”⁶⁰ Existem oito anexos nesses documentos com os valores e a destinação de recursos, entretanto, escolhi apenas alguns valores resumidos para reproduzir.

Para o ano de 1986, o SNI pediu o orçamento de Cr\$93.815.691 milhões a serem distribuídos em subprogramas, o valor de Cr\$32.976 milhões para serviços de informações e contrainformação, Cr\$11,6 milhões para treinamento de recursos humanos, Cr\$17,9 milhões para desenvolvimento tecnológico e científico, Cr\$5,2 milhões para edificações públicas e Cr\$26.125 milhões para serviços especiais e telecomunicações. Esses valores seriam aumentados gradativamente ao longo dos anos até 1989. Nessa tabela, eles excluíram o pagamento de pessoal, mas, em outra, existe um resumo dos valores a serem pedidos pela Esni em que o valor de pessoal ficou estipulado em Cr\$363.856.987 milhões.

⁵⁷BRASIL, 2014. p.119.

⁵⁸ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁵⁹Ibid.

⁶⁰Ibid.

Pelos valores mencionados, pode-se perceber quanto recurso público foi necessário para implementar as atividades desempenhadas pelo órgão. Mesmo após o fim do regime militar, o SNI contava “com grande parcela de recursos da União e recebia fundos superiores aos demais ministérios”.⁶¹ Entretanto, mudanças significativas ocorreram na política brasileira por conta do regime democrático e a construção de uma nova constituição. Uma delas seria o funcionamento do orçamento, posto que o país enfrentava um cenário econômico inflacionário. Essa discussão não agradou muito alguns militares. O Ministro da Aeronáutica no governo Collor disse: “ [...] a nova estrutura constitucional, com a criação dos controles financeiros, tolheu muito a ação de todos os ministérios [...]”.⁶² O controle dito pelo ministro era sobre a votação do orçamento no Congresso. Outra reclamação dos militares era que o orçamento tinha caído desde 1974, como é apontado pelo cientista político Alfred Stepan (1986).

Ayrton Baffa (1989) afirma em seu livro, que o número de pessoas que trabalhavam no sistema não era revelado. Uma entrevista feita pelo general Ivan Mendes indicava que o órgão contava com 2.700 pessoas. Já no livro da historiadora Priscila Antunes (2002), esse número apareceu como 2.500. O mesmo número apareceu na entrevista dada pelo general para Castro & D’Araújo & Soares (1995): “No meu tempo havia, mais ou menos, 2.500 funcionários, e nunca aumentei esse contingente. Sempre tentei reduzir”⁶³, números baseados em estimativas. Posteriormente à extinção do SNI, a secretaria criada em sua substituição também não precisava expor sobre seu funcionamento. Apesar de o segredo ser estratégico para a atividade de informações, ele pode ser usado como uma forma de manipular dados. Se por um lado, os militares esconderam os gastos públicos de seu governo, as informações deveriam estar transparentes em um ambiente democrático. Na democracia, informação é regra e sigilo é exceção.

Entretanto, o órgão continuou agindo baseado na legislação feita na ditadura e por isso, não precisou expor sobre sua organização, nem publicar os procedimentos realizados pelos seus agentes. Porém, os documentos produzidos em 1985 mostraram como os agentes sabiam da possibilidade desse sigilo ser questionado. A população e a imprensa, com maior liberdade de atuação, começaram a indagar o chefe sobre as atividades desempenhadas. E, ainda, a elaboração de um plano de orçamento estendido até o ano de 1989 demonstrou como os agentes se esforçaram para manter a atividade em pleno funcionamento, ao mesmo tempo

⁶¹ANTUNES, 2002. 63.

⁶²CASTRO; D’ARAÚJO. 2001. p.149.

⁶³SOARES; D’ARAÚJO; CASTRO, 1995. p.160.

que precisaram jogar as regras do jogo democrático com civis, pois, eram eles os novos atores a determinar os recursos da União e a repartição entre os ministérios.

1.3 A conjuntura política e o destino do SNI

Havia, sim, uma decisão do governo de afastar a informação militar do cenário interno do país. Isso vinha sendo feito desde o governo Sarney, mas a mudança foi mais brusca no início do governo Collor.⁶⁴(Cmt Sócrates da Costa Monteiro)⁶⁵

Ao alvorecer da Nova República, emergiu uma questão: como a sociedade civil e política deveria lidar com os aparelhos repressivos? O desafio de controlar as forças coercitivas aparece em todas as democracias, aponta José Rafael Carpentieri (2016) especialista em direito político. Essa discussão se delineou durante o período em diferentes frentes, seja de intelectuais, juristas, políticos, movimentos sociais e militares. No caso específico do SNI, de um lado, opositores à ditadura pregavam a extinção do órgão, apesar de aparecerem opiniões que apontavam em direção a uma reforma, como a do professor de direito Nilson Borges Filho (1985). Dizia sobre a volta da função de coleta de informações, sem ferir direitos fundamentais e com o controle do legislativo. Do outro, os militares afirmavam que o país precisava de um serviço de informações por questões de segurança, mas até concordavam que o SNI deveria passar por algumas reformas. A questão consiste em entender quais reformas foram defendidas por eles. Há de se lembrar que antes de Sarney assumir, o presidente eleito (indiretamente) foi Tancredo Neves. Entretanto, Tancredo foi internado logo após a eleição. Diante do primeiro presidente civil doente, diversos setores da sociedade ocuparam-se de preocupações quanto ao futuro da redemocratização, incluindo, os agentes do SNI.

A historiografia (ou literatura) atesta sobre os militares, já na década de 1970, pensarem em mudar o segmento das atividades feitas pelos serviços de informações, por conta do fim da guerrilha. A ameaça de “subversão” e dos comunistas, que para eles era justificativa para a atuação na vigilância, havia sido “neutralizada”. Além disso, no âmbito internacional, existia a decadência dos regimes comunistas, como da própria URSS. O general Ivan Mendes mencionou sobre a obrigação de “rever suas posturas [...] e compatibilizar a estrutura do SNI à nova realidade internacional.”⁶⁶ Porém, também para eles, o período era de instabilidades políticas e isso levaria ao crescimento da “subversão”, colocando a democracia novamente em

⁶⁴Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D’Araújo. CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Militares e a Política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.160.

⁶⁵Comandante da Aeronáutica e Ministro da Aeronáutica no governo Collor (1990-1992).

⁶⁶ANTUNES, 2002. p.63.

risco, cabendo, portanto, ao SNI em conjunto com as Forças Armadas a responsabilidade em tomar medidas. O chefe da Casa Militar do governo Sarney, Rubens Bayma, relatou que “a própria fragilidade da nossa democracia com os desequilíbrios sociais e regionais é um problema de segurança nacional, e não de defesa.”⁶⁷

[...] Desconfiança com relação à classe política civil, supostamente superada ou corrupta; concepção organicista do social; paternalismo e desprezo pelas massas; convicção de uma missão política dos militares na esfera da guerra moderna, chegando a uma “refundação” política e social etc. [...] temáticas historicamente bastante presentes no seio da direita militar brasileira.⁶⁸

Em um documento intitulado “O impedimento definitivo do Presidente eleito”, de 15 de abril de 1985, os agentes trataram sobre a necessidade de definições quanto ao funcionamento interno do órgão diante da crise política e econômica no país. No final desse documento, um parágrafo foi redigido com o seguinte texto: “finalmente, convém evidenciar que a avaliação da atual conjuntura voltou a conferir grande prioridade aos assuntos e atividades relacionadas com as informações internas.”⁶⁹ O que demonstra a continuidade de avaliação baseada na questão da segurança nacional.

Em 17 de abril de 1985, apenas dois dias depois, foi redigida uma breve análise sobre o momento político com o nome de “Impressões sobre a conjuntura”. Eles destacaram que a ascensão de “comunistas” no poder já era esperado por conta da volta da democracia: “em outros, percebe-se a intromissão de militantes comunistas em postos importantes, embora já se soubesse que, integrados ao PMDB, também ascenderiam ao poder.”⁷⁰ Ao final, tentaram justificar a atuação do órgão por conta das instabilidades do momento:

Em conclusão, pode-se estimar que a crise, que tem origens mais distantes, tendem a agravar-se nos campos político, psicossocial e econômico. Desta forma, cresce a responsabilidade do SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, exigindo do órgão uma atuação sistêmica, definida e planejada, e bastante entrosada, principalmente com as FORÇAS ARMADAS.⁷¹

O SNI é fruto da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ele seria a teoria colocada na prática, expuseram nesse sentido Antunes (2002), Baffa (1989), Lagôa (1983) e Lucas Figueiredo (2005), além de outros. A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada pela ESG na década de 1950. Embora a influência dos Estados Unidos seja marcante é importante

⁶⁷CASTRO; D’ARAÚJO, 2001. p.87.

⁶⁸CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.19.

⁶⁹ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁷⁰Ibid.

⁷¹Ibid.

destacar que a DSN, muitas vezes entendida como importada dos EUA, entrelaça questões específicas brasileiras com o conceito francês de *Guerre Révolutionnaire*:

A tradução pelo tenente-coronel Moacyr Barcellos Potyguara de um artigo que saíra em 1957 na *Revue Militaire d'Information*, ligada ao governo francês, intitulado 'A guerra revolucionária' e publicada no *Mensário de Cultura Militar*, apresenta os fundamentos da Guerra Revolucionária [...] combate ao inimigo comunista, 'veneno ideológico, agitador social e político, artífice da dissolução da unidade nacional, antes de se metamorfosear, com armas em punho, em guerrilheiro em busca da conquista do poder'.⁷²

A questão norte-americana com a segurança nacional colocava como ponto principal a ameaça comunista internacional por conta da Guerra Fria. Esse pensamento anticomunista vai predominar a formulação da doutrina dentro da formação dos militares, principalmente do Exército, para pensarmos o caso do SNI, mas também nas três forças. Chama-se atenção para o fato de que essa corrente difundida dentro da corporação era pensada a partir e para a elite do corpo militar, fazendo com que os militares tenham aprendido que a participação política se restringe a um pequeno grupo da instituição, salienta a socióloga Maud Chirio (2012) e D'Araújo (2000). Somente na década de 1960, mais precisamente no momento que João Goulart assumiu a presidência e a "esquerda volta ao poder", é que esse pensamento vai ser difundido pela corporação e ganhar a cabeça de praças e soldados, segundo Chirio.

A bibliografia recente afirma sobre a forte influência francesa na formação doutrinária das forças armadas latino-americanas, como Quadrat (2012), Martins Filho (2008) e Chirio (2012). O conceito de guerra revolucionária que colocava o combate ao subversivo como principal questão, vai ser usado para justificar a imposição de ditaduras e a repressão pelo Cone Sul. Além disso, militares brasileiros e argentinos foram os primeiros a entrarem em contato com esse pensamento quando foram estudar na Escola de Guerra de Paris. É nesse sentido que a ameaça externa do comunismo vai perdendo espaço para o combate ao inimigo interno. Esse pensamento doutrinário posto em prática fez com que os militares tenham investido pesado em sistemas de informações, elucida Quadrat.

A ESG, foi a instituição responsável por produzir os materiais sobre a atividade de informações no Brasil. Disserta Antunes (2002) que a escola organizou as etapas de coleta e análise de informações e conceituou termos, como segurança nacional, a qual entendia ser "a garantia que, em grau variável, é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares."⁷³ Essas foram

⁷²SAMWAYS, 2013. p.86.

⁷³LAGÔA, 1983. p.13.

algumas das diretrizes seguidas pelo SNI durante a ditadura para produção de informações. No trecho retirado da documentação e citado acima, pode-se perceber que esses elementos ainda marcaram presença, colocando em segmento a doutrina aprendida ao longo do século XX no advento da Nova República.

As doutrinas são base para a formação da carreira militar. Durante os estudos, os militares aprendem os valores da instituição formalmente, mas também no cotidiano, como na relação com outros oficiais, analisa Celso Castro (2004). A construção de valores e o respeito pela instituição e hierarquia são características que denotam a particularidade da corporação. Dessa forma, a formação militar engendra uma maneira de enxergar a sua atuação diante do mundo civil, já que existe uma separação entre essas duas esferas da sociedade. Isso tudo faz parte da construção de uma identidade militar, salienta Coelho (1989). Nesse ponto, os militares se sentem mais preparados e detentores de uma missão que, segundo eles, a sociedade fora do âmbito militar não teria capacidade de realizar.

1.3.1 Atuação, Reformulação e Regulamento

Em 1981, a ESG começou a estabelecer mudanças em relação ao pensamento doutrinário, afirma Stepan (1986). O trampolim para essa necessidade de repensar a doutrina existente levou em conta o fim da ditadura:

As mudanças na doutrina da ESG entre 1974-1981 permitiram que esta incorporasse quatro conceitos-chave da abertura - oposição, participação, partidos extragovernamentais e eleições - e discurso sobre a segurança nacional.⁷⁴

Além disso, o “reconhecimento ao direito à oposição política é um dos princípios fundamentais da democracia [...] o sentido de participação recentemente ganhou espaço na consciência nacional.”⁷⁵ Os militares declararam que para existência de uma “democracia forte” era preciso a concepção de uma Lei de Segurança Nacional⁷⁶, assim como uma regulamentação para salvaguarda de assuntos sigilosos. No caso, para eles, as legislações feitas durante a ditadura eram suficientes e a ideia era apenas mantê-las, nada impactava o fato da mudança de regimes. “O sistema de ensino e socialização militar, as agências estatais, como o SNI [...] dominado pelos militares, que produziu a LSN usaram os documentos oficiais da ESG como base doutrinária.”⁷⁷

⁷⁴STEPAN, 1986. p.61.

⁷⁵STEPAN, 1986. p.60.

⁷⁶BRASIL. *Lei nº 6.620 de 14 de dezembro de 1983*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF, 1983. Disponível em: L7170 (planalto.gov.br).

⁷⁷STEPAN, 1986. p.60.

Em 24 de abril de 1985, os agentes elaboraram uma análise da conjuntura política afirmando que o falecimento do presidente havia imposto dificuldades para a transição, mas que o SNI foi o órgão público menos atingido pela circunstância. Apesar de ter sofrido um período de estagnação, principalmente nas DSIs, com a posse de José Sarney o órgão teria ajudado o presidente da República e as DSIs voltaram a funcionar normalmente. Em relação a isso, foram traçadas perspectivas para atuação do órgão. Eles informaram que a “tarefa de informações iria prosseguir”:

Teremos de adaptar-nos a convivência de um regime democrático que aceita o pluralismo ideológico. Mas não vamos substituir nossas convicções profundamente arraigadas, nem desprezaremos os antagonismos que sempre reconhecemos. Devemos ater-nos às nossas destinações legais, sem aceitarmos as insinuações para que as extravasamos, apesar de todos os méritos possíveis. A ética, a competência e a profissionalização representarão segurança contra as críticas e acabarão por valorizar nossa atuação.⁷⁸

No documento “Atuação do SNI”, os agentes destacaram como a conjuntura do país, com o agravamento da situação política e econômica reforçaria a atuação do órgão:

Em decorrência, surgiu a conclusão quanto ao crescimento da responsabilidade do SNI, dentro de sua missão legalmente estabelecida, o que irá exigir do órgão a reativação de sua atuação sistêmica, segundo um planejamento mais definido e pragmático do que anteriormente.⁷⁹

Os próprios agentes sabiam da necessidade de repensar a estrutura, apesar de constatarem não abandonar suas convicções totalmente.

Uma minuta de instrução ministerial, feita em 15 de abril de 1985, tinha a finalidade de expedir uma diretriz para atualizar o Manual de Informações de 10 de dezembro de 1976. Eles escreveram considerar necessário “institucionalizar os aperfeiçoamentos e inovações experimentada pela Doutrina de Segurança Nacional”.⁸⁰ Para reformular esse manual, eles partiriam de algumas premissas: pensar a atividade de informação em seu funcionamento interno e também na sua relação com o processo decisório nacional, porém, “tanto quanto possível, respeitar-se-á a essência dos preceitos doutrinários vigentes”.⁸¹

No dia 4 de junho de 1985, no auditório da Agência Central, em uma exposição de informes para os agentes, o chefe do SNI orientou sobre o funcionamento do órgão:

O serviço deve preservar sua capacidade operacional, de modo a poder atuar contra o terrorismo e a subversão. [...] Apontou também que o trabalho ia ser mais difícil, pois existia uma “infiltração” de pessoas da esquerda e extrema-esquerda em funções governamentais. [...] Ressalta-se, também, a

⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79

⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

necessidade de imprescindível colaboração dos Centros Militares ao desenvolvimento dessa atividade de acompanhamento do processo de subversão que se estende, naturalmente, à manutenção da ordem interna, na detecção de tensões e conflitos existentes ou em potencial.⁸²

Em outro documento intitulado “Missão do SNI na N.R.” os agentes escreveram que a missão geral do órgão não seria alterada. Essa missão consistia no assessoramento ao Presidente da República com a produção de informações a partir da necessidade de serem utilizadas pelo governo. Mas, pelo “clima de abertura no Poder Executivo e a recuperação das prerrogativas e poderes do Legislativo, a sistematização dos trabalhos poderia ser alterada”.⁸³ Os agentes se mantiveram vigilantes em relação aos temas políticos internos do país, mantendo a visão de alertar sobre o perigo dos “esquerdistas” no governo. Perigo este que poderia desestabilizar as estruturas que só foram possíveis de serem formadas, na época da ditadura, em que os militares comandaram a atuação dos agentes de vigilância.

Em um documento intitulado “Proposta de alterações em diploma legal que rege as atividades do SNI” consta uma discussão sobre a reformulação do seu regulamento. Eles analisaram, então, os aspectos legais que envolviam modificá-lo. Para alterar a lei de criação do SNI era preciso uma votação do Congresso e para alterar um decreto, era somente necessário o Presidente da República, logo, optaram pela segunda opção.⁸⁴ Isso demonstra como, em certa medida, a volta dos civis no governo trouxe limitações ao SNI, pois, eles precisavam dos governantes para movimentarem as mudanças dentro do órgão. E, por isso, necessitaram entrar nas regras do jogo político.

Apareceram duas propostas, a primeira delas sobre a “competência do Chefe do SNI” e a segunda, mais completa tinha “presunção de aperfeiçoar o Decreto”. Nesses documentos, eles estavam pensando em alterar a finalidade do órgão e sua competência. Existem três cópias e em duas delas, escrito à lápis, encontra-se o nome do “coronel Léo”. O mesmo coronel havia sido citado em um bilhete, a pedido do general Ivan Mendes, para propor um artigo sobre “a atividade de informações em um regime democrático”. Em uma dessas cópias, com o nome do coronel, foram feitas rasuras a lápis como sugestões de correções. De acordo com o texto original:

Art. 1 O Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da Presidência da República, criado pela Lei n 4.341, de 13 de junho de 1964, tem por finalidade assessorar o Presidente da República, proporcionando-lhe *dados e*

⁸²Ibid.

⁸³ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁸⁴BRASIL. *Decreto-Lei n° 82.379 de 4 de outubro de 1978*. Aprovo o Regulamento do Serviço Nacional de Informações. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/10/1978, Página 16200 (Publicação Original). Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.deputados(camara.leg.br)).

*informações necessárias à condução da sua Política de Governo. (grifo nosso).*⁸⁵

A marcação a lápis indicaria uma mudança no texto para “necessárias ao exercício de suas atribuições”. Isso indica que o órgão estava tentando desvincular sua imagem enquanto atuante político. Quero dizer com isso, o termo “condução da sua Política de Governo” parece elencar a interferência direta dos agentes nas decisões políticas. Logo, a substituição da frase, como a indicada acima, informaria que o órgão trabalharia para o governo. A redação final do texto aprovado como o regulamento do SNI de setembro de 1988, ficou da seguinte forma:

[...] Tem por finalidade superintender, coordenar e exercitar, no mais alto nível, a atividade de informações em proveito da política nacional, especialmente no tocante à soberania nacional e à defesa do Estado democrático.⁸⁶

A parte que continha mais alterações estava na competência em relação ao dados biográficos:

§3º A produção de Informação Biográfica visa obtenção de dados sobre personalidades que tenham ou possam ter expressão nacional e internacional com o propósito de aproveitamento racional de recursos humanos destinados ao Serviço Público Federal.⁸⁷

Esse trecho foi basicamente todo rasurado, sendo o parágrafo excluído da redação final do decreto aprovado. Ainda, a palavra “biográfico” não aparece no corpo do texto do decreto em nenhum momento.

O levantamento de dados biográficos consistiu em uma atividade que não conseguiu adentrar a Nova República de forma legal. Essa atividade esteve ligada, principalmente, na identificação dos “elementos suspeitos” e em relação à triagem ideológica promovida nos diversos órgãos públicos, como discorre o jornalista José Chrispiniano (2004). Por isso, esse tipo de conduta das atividades de informações ficou mal vista pelos olhos de parcela da sociedade. A rasura que aparece na minuta de 1985, bem como o fato do termo não ter sido incorporado ao texto final, indicam que os agentes do órgão sabiam sobre a necessidade de reformular a imagem da instituição, na tentativa de desviar o estigma que a atividade de vigilância provocava. Mas, suas ações eram refletidas por conta da pressão que sofriam por parte da sociedade civil e política, devendo se adequar a volta do governo de civis que não aceitariam procedimentos feitos como na época da ditadura.

1.3.2 Imagem do órgão pela imprensa

⁸⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁸⁶ BRASIL. *Decreto nº 98.876 de 29 de setembro de 1988*. Dispõe sobre o Regulamento do Serviço Nacional de Informações - (SNI) e dá outras providências. Disponível em: D96876impressao (planalto.gov.br).

⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

Segundo os agentes do SNI, existiam aspectos fundamentais que deveriam ser tratados naquele momento, como sua evolução, seu funcionamento, sua imagem e definição de suas funções.⁸⁸ A imagem do órgão estava desgastada por conta da sua atuação durante a ditadura militar com sua relação na repressão política. Em todo o Cone Sul, a atividade de informações é vista com desconfiança pela população por conta das ditaduras, retrata Antunes (2002) e outros especialistas no tema. Durante os anos 1980, dois episódios conhecidos que envolveram o SNI foram o atentado a bomba no Riocentro em 1981 e o Caso Baumgarten em 1982, que ganharam destaques na imprensa, noticiando o envolvimento do órgão nos casos e reforçando a imagem do SNI como instituição de repressão política. Além disso, “o fulcro dos problemas do SNI, na visão de seu programa de reformulação, era a imagem da instituição.”⁸⁹

Para os agentes, o SNI vivia uma constante desvalorização por causa da “propaganda adversa”:

Causa descontentamento muito profundo aos integrantes do SNI a intensa crítica ao órgão que, nos últimos anos, e agora mais particularmente na transição do governo federal, vem sendo externada através da imprensa.[...] O SNI foi criado sob um regime de censura que perdurou até 1977, imunizando-o contra críticas públicas. Obviamente, no entanto, em vários segmentos da sociedade, inclusive por estímulo político ou ideológico, desenvolveu-se um antagonismo contra a entidade secreta, confundida às vezes como organismo de repressão violenta, ou considerada reponsável — como ainda apregoam — pelas referências desabonadoras aos cidadãos não solidários, em qualquer época, ao regime revolucionário vigente.⁹⁰

Segundo eles, as propagandas se intensificaram quando o então ex-chefe da AC se manifestou publicamente, dizendo se candidatar à eleição de deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte. Essa questão foi polêmica pelo fato do mesmo ser acusado de estar envolvido no assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten. O jornalista foi encontrado morto em uma praia da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no ano de 1982, após treze dias desaparecido, enquanto investigava um caso de lavagem de dinheiro envolvendo o SNI, O *Cruzeiro* (revista em que trabalhava) e empresas privadas.⁹¹ Outra interpretação foi a ideia da imagem do SNI começar a ser criada negativamente, principalmente a partir de 1982, com a notícia do seu envolvimento na apuração das eleições no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, os agentes do SNI recolhiam notícias de jornais para analisar a abordagem da imprensa sobre o órgão. A partir do recolhimento dessas informações, eles desenvolveram análises sobre os impressos, nesse caso, preocupados em como atuar para

⁸⁸ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁸⁹FIGUEIREDO, 2005.p.41.

⁹⁰Ibid.

⁹¹MEMÓRIA GLOBO. Caso Baumgarten. *O Globo*, 28 out 2021. Disponível em: Caso Baumgarten | Caso Baumgarten | memoriaglobo

reformular a imagem da instituição. Com isso, então, eles estruturam os pontos principais que os jornais estavam tratando sobre o órgão:

Desmilitarização do serviço, abandonar suas atividades policiais, destruição das fichas que eles obtiveram de pessoas, permissão de acesso às fichas sobre pessoas, diminuição de efetivos, apreciação das atividades pelo legislativo, revogação do status de ministro do chefe do SNI, eliminação do controle sobre a secretaria de informática e extinção das DSIs e ASIs.⁹²

Esse levantamento mostra não só a preocupação dos agentes sobre o que estava sendo dito sobre eles e sobre o órgão. Mas, funciona também como um registro daquilo que eles realizaram durante a ditadura. O fato desses pontos constarem nos documentos indica a manifestação da população brasileira sobre a atuação do SNI como sendo incoerente com um regime democrático.

Os agentes especularam possíveis temas de perguntas que poderiam ser feitas em entrevistas a jornais para auxiliar o chefe a se esquivar de polêmicas. Na tentativa de melhorar a sua imagem, eles queriam orientar o Presidente da República a mencionar mais sobre aspectos do órgão, esclarecendo o fato de nenhuma atividade ilegal estar sendo feita e o SNI prestar somente informações à Presidência. Também reforçaram sobre “desestimular a opinião pública sobre um revanchismo”⁹³, o que evidencia as disputas políticas em torno da memória da ditadura. Tudo isso tangencia as movimentações feitas pelos agentes na tentativa de garantir a sua continuidade e existência.

O Anexo V da nota mencionada procurou abranger um grande número de perguntas possíveis, tendo como principal referência o noticiário de imprensa. É improvável que os jornalistas levantem muitas questões sobre o SNI, face ao grande número de assuntos importantes, nos campos político, psicossocial e econômico. Desta forma, seria conveniente que o presidente procurasse responder de maneira mais ampla a primeira pergunta que viesse a ser feita a respeito do SNI, evitando outras indagações sobre o órgão, aproveitando o ensejo para interpretar seu papel e consequentemente atenuar a campanha negativa que presentemente voltou a sofrer.⁹⁴

Os agentes estavam entendendo a atuação da imprensa no regime democrático, apesar de não admitirem a participação nos casos de repressão.

A questão da imagem e do prestígio da corporação é um tema visitado pelos historiadores que trabalham com as Forças Armadas. Desde o início da formação do Exército, essa é uma questão debatida na corporação em temas, como salários, comparações com o desenvolvimento das outras forças e até mesmo a origem de classe social que compõem as corporações, levantou o historiador José Murilo de Carvalho (2006) e D’Araújo (2000). Esse

⁹²ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.79.

⁹³Ibid.

⁹⁴Ibid.

tema se entrelaça com a busca da formação de uma identidade militar. Depois da ditadura, as Forças Armadas viveram um momento de descrédito, “a situação das Forças Armadas brasileiras na virada do século, é desconfortável. Houve um declínio de seu prestígio social e institucional e a farda não é mais uma honraria.”⁹⁵

O documento trabalhado neste capítulo assemelha-se com as descrições do “Projeto SNI” de 1989, citado pelo jornalista Lucas Figueiredo (2005). Analisado pelo autor, o projeto tinha “três objetivos básicos: tirar o *Serviço* da condição passiva no processo de sucessão presidencial, garantir a sobrevivência do órgão e, por fim, influenciar no desenho institucional que ele teria no próximo governo”.⁹⁶ Além disso,

O Projeto SNI também dissecou o próprio SNI. Foram juntadas informações pormenorizadas sobre sua organização interna, com descrição das atividades desenvolvidas pela direção, pela Agência Central, pelas agências regionais e por departamentos e divisões [...].⁹⁷

O caderno 424, chamado “SNI 2ª fase”, demonstra que desde o início da Nova República os agentes se preocuparam em esmiuçar a estrutura interna do órgão, sua imagem frente a imprensa e propor reformas (mesmo que limitadas), mas decorrentes da pressão da sociedade civil em torno de suas ações. Isso diz respeito ao fato de que o governo democrático colocava limites à estrutura e ao funcionamento do órgão que tentava manter-se em atividade. Sendo assim, durante a troca de governo civis, os agentes do SNI, sabendo da sua condição de subordinados ao Poder Executivo, entendiam como essa mudança poderia afetar a existência do órgão e de seus lugares de poder na administração federal.

Nesse momento delicado de retorno às atividades democráticas, que também era visto com muita desconfiança por setores progressistas, os militares estavam pensando sobre o seu papel e destino no Brasil. A formação militar com a base doutrinária da segurança nacional permaneceu nas relações com a sociedade civil e política neste momento. A volta do governo de civis colocaria a instituição em posição mais vulnerável, por isso, no caso do SNI, os agentes discutiram sobre mudanças pressionados pelo contexto político democrático. Isso reforça os tensionamentos que atravessaram o cenário da Constituinte que consistiu em um campo de disputas de projetos políticos, feitos pelos diversos setores da sociedade brasileira. Dessa forma, estabelecer a vigilância no processo constituinte era uma maneira de se precaver de possíveis alterações sem serem consultados ou impedi-las de acontecerem. Segundo o

⁹⁵D’ARAÚJO, Maria Celina. Ainda em busca de identidade: desafios das Forças Armadas na Nova República. *Textos CPDOC*, n. 36, p.2-20, 2000.

⁹⁶FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. p.406.

⁹⁷FIGUEIREDO, 2005. p.406.

depoimento dado pelo General Leônidas Pires Gonçalves, “o Exército conseguiu tudo o que queria na constituição”.⁹⁸

⁹⁸FERNANDES, Maria Cristina. “O Exército conseguiu tudo o que queria”. *O Globo*, 24 de fevereiro de 2023. Disponível: <https://valor.globo.com/eu-e/coluna/maria-cristina-fernandes-o-exercito-conseguiu-tudo-o-que-queria-disse-o-general-leonidas-pires-goncalves.ghtml>

CAPÍTULO 2 - “AOS INTERESSES DESTE ÓRGÃO”: A ATUAÇÃO DO SNI NOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Este órgão, durante a fase de apresentação de Emendas ao Anteprojeto da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, promoveu articulações com diversos Senadores e Deputados Federais, com vistas a defender interesses inerentes às suas atividades. Assim, das articulações, resultaram a apresentação de 101 Emendas, por 13 constituintes.⁹⁹

Nos trabalhos sobre a transição, as permanências autoritárias aparecem como fruto de um certo controle do processo por parte daqueles que atuaram a favor do passado da ditadura militar. Mas como foi a mobilização desses atores para que essas permanências chegassem até a democracia? No caso do SNI, como essa movimentação foi feita pelos agentes? Quais foram os percalços que os agentes se esbarraram dentro do jogo político na democracia? Quais, por quem e como os temas de interesse do órgão estavam sendo discutidos na ANC?

A década conhecida como “perdida” recebeu essa nomenclatura dos economistas por conta do seu período inflacionário, aponta Quadrato (2014). Lembrança popular e de trabalhos acadêmicos, ela contou com intensa mobilização social que já se desenhava desde os anos 1970, com os movimentos pela anistia. De um lado, houve a proposta de transição elaborada pelos ditadores no final do regime e, por outro, pelos movimentos sociais, com a campanha pelas Diretas Já!. Sendo este último, um indicador do retorno da participação política que caminhava em sentido de maior liberdade. Segundo a historiadora Lucia Grinberg (2014), “nos anos 1980, na história da transição política, a campanha pela realização das eleições diretas para a presidência da República realizada em 1984 se transformou em um grande monumento nacional.”¹⁰⁰

O historiador Carlos Fico (2012), desenvolveu a categoria de uma transição inconclusa, da qual para ele, apresentou frustrações nos diversos movimentos progressistas que participaram do processo e não obtiveram sucesso em suas demandas. Para o historiador, essa chave de interpretação da redemocratização precisaria ser mais considerada a fim de entender a política nacional e suas consequências até o tempo presente. A historiadora Maria Helena Versiani (2014) narra sobre as dimensões da mobilização social e da participação política na esfera da Assembleia Nacional Constituinte que, para ela, foram inéditas na história brasileira:

⁹⁹ARQUIVO NACIONAL(Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹⁰⁰GRINBERG, Lucia. Por um “futuro visível do país”: a campanha das diretas na Coluna do Castello. In: QUADRAT, Samantha. *Não foi tempo perdido: os anos 1980 em debate*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014. p.35.

Importava [...] não apenas o objetivo de construir uma sociedade democrática, mas também o “como” construir essa sociedade. Os meios eram percebidos como um elemento constitutivo da própria democracia almejada.¹⁰¹

Os historiadores citados buscam trazer dimensões que visam complexificar o período analisado. Nesse sentido, eles são importantes para entendermos como a década de 1980, por conta da transição política, foi um cenário permeado por disputas de projetos para o país a fim de reestruturar sua organização democrática. Para isso, eles reforçam determinados aspectos em sua argumentação. No caso de Carlos Fico (2012), a proposta seria prestar atenção às derrotas sofridas que tornaram a transição inconclusa, como a Lei da Anistia, sem a punição dos militares, e a Campanha pelas Diretas Já!, sem eleições diretas. Para Maria Helena Versiani (2014), era necessário destacar que, em meio a derrotas e a ideia da década perdida, existiram intensas mobilizações com vitórias que constam na nossa Constituição, até então. Essas mobilizações foram importantes para o aprofundamento da cidadania no país. As duas propostas sobre o período focam nos campos progressistas e em como suas ações passaram por derrotas e por conquistas.

No campo das diretas, existiu uma intensa movimentação para conter as mudanças, bem como preservar os produtos conquistados pelo autoritarismo do regime anterior. No que tange às interpretações sobre o período, “a ‘transição’ brasileira foi, de forma clássica, caracterizada como negociada com as forças herdeiras da ditadura.”¹⁰² Alguns autores utilizam o conceito de uma tutela militar na República, como o historiador José Murilo de Carvalho (2006). A transição política também foi encarada como sendo tutelada, argumenta o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2020). No palanque institucional, Geisel e Figueiredo apareceram como figuras responsáveis para “[...] estabelecer os limites da abertura do regime.”¹⁰³

Na área da segurança pública, talvez, as permanências dos autoritarismos sejam mais facilmente identificáveis. Mas não foram, por isso, menos disputadas, como veremos adiante nas discussões parlamentares. A Lei de Segurança Nacional, feita em 1983, não havia sido modificada ou extinta, sendo revogada somente em 2021.¹⁰⁴ Para Silva (2020),

¹⁰¹VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988*. Tese (Doutorado em História). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013. 284f. p.246.

¹⁰²SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura política” e bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2020. p. 26.

¹⁰³SILVA, 2020. p. 26.

¹⁰⁴AGÊNCIA SENADO. *Texto aprovado revoga LSN e substitui regras por novos crimes no Código Penal*. 10 de agosto de 2021. Disponível em: Texto aprovado revoga LSN e substitui regras por novos crimes no Código Penal — Senado Notícias.

[...] Os efeitos da transição pactuada incidiriam em várias instituições e seus habitus, redundando na banalização da violência que se institucionalizaria, em especial nas polícias militares e suas congêneres, tais como as guardas penitenciárias, corpo de bombeiros, guardas de vigilância num processo rápido de milicização de instituições do Estado.¹⁰⁵

No campo militar, especificamente, René Dreifuss (1989) aponta sobre duas manobras realizadas pela direita militar no período da transição:

[...] A primeira, que toma o período da transição e vai até as eleições de 1986, é de contenção afirmativa - com auxílio providencial do ex-presidente Figueiredo. A segunda é de aglutinação participativa no processo amplo e se estende até finais de 1987.¹⁰⁶

A segunda aqui nos interessa mais, explica Dreifuss (1989), “[...] uma manobra preterida a projetar a direita militar no cenário político nacional, a partir de focos emissores ostensivos, cujo objetivo era afiançar sua posição perante o público interno.”¹⁰⁷ Com isso, a ala da direita militar criou em 9 de janeiro de 1985 a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD). Em sua composição, estavam oito oficiais da área das informações, com dois deles tendo passagem pelo SNI.

Entretanto, a complexidade estabelecida nas relações entre os campos progressista e conservador fizeram com que:

Apesar da liderança conservadora e do acordo entre elites políticas e militares, a mobilização daqueles atores [populares] somados à morte de Tancredo Neves e a posse de Sarney como presidente gerou no percurso da transição incertezas e indefinições, o que comprometeu a estabilidade da própria aliança costurada.¹⁰⁸

A projeção dos militares no cenário político e a defesa de suas ideias autoritárias foram feitas a partir da sua articulação com os setores conservadores do campo político. É preciso compreender que eles precisaram se movimentar dentro do jogo democrático, devido às interferências postas por atores contrários às suas ideias.

Antes de adentrarmos precisamente no período da Constituinte, será abordada, brevemente, uma particularidade da ditadura brasileira. Esta manteve o modelo institucional político com eleições para alguns cargos, sendo as presidenciais suspensas por todo o período, e um sistema bipartidário, composto pelos partidos Arena e MDB. É comum que esse aspecto seja ressaltado pelo caráter de “fachada” para encobrir o autoritarismo, elemento tratado por Fico (2021). Durante a ditadura, os militares não pediam autorização do parlamento para

¹⁰⁵SILVA, 2020. p. 27.

¹⁰⁶DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na Nova República*. São Paulo: Vozes, 1989. p.85.

¹⁰⁷DREIFUSS, 1989. p.87.

¹⁰⁸COSTA, Marcus Vinícius. A Assembleia Nacional Constituinte sob a Espada de Dâmocles: as reivindicações militares em 1985-1987. *Anpuh - Brasil. XXX Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

tomar ações, pois, governavam através de decretos e podiam cassar os mandatos dos políticos. O fechamento do Congresso não se deu em todo o período de vinte e um anos e os deputados e senadores tiveram mandatos parlamentares, diante de todos os limites impostos por ela. Essas particularidades não significam que a ditadura no Brasil tenha sido a “ditabranda (ou ditamole)”, nomenclaturas utilizadas para a ditadura brasileira em um editorial da *Folha de S.Paulo*, relembra Quadrat (2011). Houve, contudo, uma disputa pela atuação no espaço político institucional com diferentes atores, inclusive com os parlamentares, tendo a política como carreira antes do golpe.

Um episódio que demonstra as complexidades que envolvem tanto o fechamento do Congresso na ditadura, como a continuidade de seu funcionamento, foi o desdobramento do discurso do parlamentar Márcio Moreira Alves, em 1968. Segundo o jornalista Lucas Figueiredo (2005), o deputado foi um dos primeiros a criticar o SNI. Em seu discurso, o parlamentar “convocou para um boicote aos desfiles militares do Sete de Setembro”.¹⁰⁹ Os militares e o chefe do SNI, na época o general Médici, pediram a cassação do mandato do parlamentar e os agentes do órgão vigiaram a votação, olhando como cada parlamentar votaria. Como resultado, a Câmara não aprovou a licença para processar Márcio Moreira Alves, posto que, os deputados enxergaram a gravidade da situação em relação à sua carreira e atuação política em uma ditadura militar. O discurso e o resultado foram vistos pelos militares como uma afronta à ditadura e ao seu governo. Como resposta, fecharam o Congresso e baixaram o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Os militares entendiam o peso das instituições tanto para legitimar sua manutenção no poder, quanto para o contrário. Por outro lado, se na ditadura os parlamentares continuaram tendo um espaço de atuação, mesmo que restrito, isso significou, dentre muitas coisas, que o Legislativo vinha de um campo de fortalecimento e, ainda, que este foi um espaço disputado pelos políticos frente a um período de incertezas e instabilidades quanto a sua profissão. Como aponta Lucia Grinberg (2009):

A historiografia sobre a ditadura tem enfatizado sobremaneira o caráter casuístico da legislação eleitoral e partidária, cujo principal objetivo teria sido favorecer o partido do governo. No entanto, o campo da legislação eleitoral e partidária pode ser entendido como um campo de disputa, não só entre governo e oposição, mas no qual se apresentavam diversos interesses: do Executivo federal, dos militares, de senadores e deputados, de quadros da Arena e do MDB.¹¹⁰

¹⁰⁹FIGUEIREDO, 2005. p. 176.

¹¹⁰GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.48.

Carlos Fico (2021) discorre sobre o fato do “legalismo autoritário”¹¹¹ ter sido interpretado, muitas vezes, como uma contradição existente no regime militar. Em um recente artigo, o historiador fez um balanço de estudos do direito sobre a legislação da ditadura e os paradoxos em torno dela. Segundo o autor:

No contexto em que são usadas, as ideias de contradição e paradoxo têm o sentido de falta de nexos, de lógica, algo que seria incoerente – circunstância que problematizariam bastante o entendimento histórico que busque estabelecer nexos causais com base em lógica e coerência.¹¹²

Desta maneira, existem perspectivas que dimensionam sobre a institucionalização do regime militar pela via legalista com diferentes interpretações sobre os seus sentidos. As análises mais antigas convergem ao apontarem sobre o caráter paradoxal de um regime autoritário utilizar artifícios legais para se institucionalizar. Entretanto, Fico (2021) apresenta uma abordagem diferente, onde para o autor não existiria uma incoerência dos militares em atuar de tal maneira:

Na verdade, todos os generais-presidentes, com exceção do presidente Médici, tentaram alguma forma de “institucionalização” que consistiria na feitura de nova constituição que abrigasse as salvaguardas relacionadas à segurança do Estado estabelecidas nos atos institucionais. A promessa de defesa da democracia, que todos os generais-presidentes fizeram, pressupunha a configuração de um “Estado forte”, tradicional aspiração do pensamento autoritário brasileiro.¹¹³

Dessa forma, podemos refletir como esse pensamento esteve presente dentro de correntes nos grupos militares, resultando em visões sobre a implementação de mecanismos autoritários na legislação. De maneira que esses mecanismos funcionassem tanto para uma ditadura, quanto para um regime liberal-democrático, legalizando o autoritarismo por eles defendido. No caso da segurança pública, a exemplo disso, podemos entender a vigência da LSN mesmo após o fim do regime militar, bem como as legislações mantenedoras das atividades de informações e a própria continuidade do SNI com generais em chefias. Se desde o início da República os militares se envolveram ativamente na política nacional, não seria diferente no período da Constituinte dos anos 1980, principalmente, em um contexto menos favorável para eles.

O cientista político Arthur Costa (1998) escreveu em sua dissertação de mestrado que “qualquer que seja o tipo de transição, a troca de um governo militar por um civil acarretará

¹¹¹PEREIRA, 2010 *apud* FICO, 2021. p. 23.

¹¹²FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, v.9, n.17, p.8-55, 2021. p.26.

¹¹³FICO, 2021. p.27.

em mudanças entre civis e militares”.¹¹⁴ No caso, essa troca de governo analisada era entre a ditadura militar de 1964 e o início da Nova República. Para isso, ele fez um questionamento de como foram dadas as relações civis-militares no jogo político brasileiro em tempos de democracia. Os militares são conhecidos por serem interventores na política, principalmente, a partir dos golpes, mas eles também participaram (e ainda participam) desse campo para além das intervenções mais perceptíveis em que foram violentos.

A interação dos militares com a sociedade política foi analisada por Costa (1998) a partir de 1938, com o Ministério de Guerra e sua ligação direta com o Poder Executivo, pelo Gabinete do Ministério. Já no governo JK, a figura importante foi Marechal Lott, considerado como um dos responsáveis pela estabilidade do governo do presidente. Ultrapassando os limites de sua função, o Marechal atuou ativamente em assuntos de outros ministérios. Na década de 1950, o Clube Militar e a ESG apareceram como lugares de articulação do campo militar com o campo político, em que os militares “no Clube Militar fizeram uma organização de debates políticos e de representação formal e informal de correntes políticas das FFAA”.¹¹⁵ Em 1962, houve uma reestruturação no Gabinete do Ministério de Guerra em que “uma das funções competia em manter estreita ligação com órgãos do Poder Legislativo e acompanhar o andamento, nas casas do Congresso Nacional, dos projetos que interessavam ao Ministério de Guerra”.¹¹⁶ Logo, podemos concluir que uma articulação promovida pelos militares com o Congresso, e até mesmo a sua vigilância, não seriam novidades em tempos democráticos. Ressalta-se que durante esse período, eram os civis que determinavam os cargos ocupados pelos militares na política institucional.

Na década de 1980, com a volta dos civis no governo, as regras voltaram a ser dadas de outra forma. Os militares precisavam recuar, ou melhor, eles deveriam ser submetidos aos civis, conforme o modelo liberal-democrático. Esse assunto, por exemplo, iria tocar precisamente na confecção do texto constitucional, já que a destinação das Forças Armadas seria debatida e concretizada pelos civis.

2.1 A articulação dos agentes com os parlamentares

O processo constituinte começou com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves. Mas, com o seu falecimento, a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada por

¹¹⁴COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *O lobby militar e as relações civis-militares durante a Assembleia Nacional Constituinte*. 1998. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 1998. p.108.

¹¹⁵COSTA, 1998.p. 46.

¹¹⁶Ibid. p. 56.

uma Emenda Constitucional proposta em 1985 pelo presidente José Sarney.¹¹⁷ Ela se deu de forma congressional, por isso alguns autores utilizam o termo Congresso Constituinte para designá-la. A decisão de colocar o Congresso com poderes constitucionais foi questionada pelos campos progressistas que queriam uma “constituente exclusiva, a ser eleita fora dos quadros institucionais e das regras eleitorais estabelecidas [...]”.¹¹⁸ Com a proposta da emenda também foi criada uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, ficando conhecida como “Comissão Afonso Arinos”. Apesar das críticas, foi dessa forma que começaram os trabalhos para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte ou Congresso Constituinte.

Os parlamentares constituintes foram aqueles eleitos em 1986. A partir dessa eleição, o PMDB saiu vitorioso e se tornou o partido majoritário nas cadeiras do Congresso com 307 das 536, além de obter 21 dos 22 governos estaduais. No campo da direita e conservador, estavam os partidos PFL, PDS, PTB, PL e PDC. Esses partidos e membros da ala mais à direita do PMDB integravam o “Centrão”, como aponta o cientista político Adriano Pilatti (2020). No campo progressista e de esquerda, segundo o autor, ocuparam não mais que 50 cadeiras, os membros dos partidos PT, PCB, PCdoB e PSB. A divisão entre conservadores e progressistas é entendida a partir do cientista político.

Os trabalhos constituintes começaram por sua organização interna e demonstraram que todo o processo ia ser conflitante, justamente por tantas forças estarem atuando no momento: parlamentares, militares, militantes e sociedade civil. Como retrata Pilatti (2020), a primeira questão a ser discutida na ANC foi a composição dos constituintes. O ponto de conflito se deu quando, por ato convocatório, senadores eleitos em 1982 foram chamados, gerando uma insatisfação em partidos mais à esquerda, como os comunistas e o PT. Mesmo assim, a votação preliminar, em ampla maioria, decidiu que os representantes eleitos em 1982 seriam também parlamentares constituintes, compondo a ANC a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Após isso, ocorreu a votação para o presidente e o seu regimento interno. Ulysses Guimarães (PMDB-SP) presidiu o processo.

Para a elaboração do texto constitucional, os parlamentares criaram oito comissões temáticas e vinte e quatro subcomissões compostas por um presidente, vice-presidente, relator, parlamentares titulares e suplentes. Estes deveriam “realizar estudos iniciais, ouvindo a sociedade e votando os relatórios preliminares; encerrada esta fase, uma Comissão de

¹¹⁷BRASIL. *Emenda Constitucional nº 26*, de 27 de novembro de 1985. Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc26-85.html.

¹¹⁸PILATTI, 2020. p.21.

Sistematização se responsabilizaria por preparar o projeto a ser votado pelo plenário.”¹¹⁹ O relator da Comissão de Sistematização era o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O anteprojeto feito pela comissão, encaminhado para ser votado no plenário, seria discutido em dois turnos.

A Constituinte, além de ser organizada pelos parlamentares com a discussão de propostas feita por eles, recebeu muitas emendas que ficaram conhecidas como “populares”, pois foram fruto da organização da sociedade civil. A atuação de grupos que buscavam atender seus interesses com os parlamentares foi entendida de diferentes formas e três conceitos são destacados por Costa (1998): grupos de pressão, grupos de interesse e o *lobby*. O *lobby*, talvez seja a prática mais conhecida que envolveu o processo, como o *lobby* das mulheres, *lobby* da juventude, e também, o *lobby* militar que foi o estudo de caso do cientista político. Como explica o autor:

O termo *lobbying* refere-se aos corredores dos edifícios públicos ou às entradas dos grandes hotéis, onde normalmente residem muitos parlamentares. [...] A atividade de *lobby* é um modo de tentar influenciar os *decision-makers* através da transmissão de mensagens entre estes (os *decision-makers*) e os grupos de pressão, por meio dos seus representantes, os lobistas, ou através de intermediários.¹²⁰

Os grupos de interesse apresentam uma noção mais ampla que, segundo o autor, consiste em “[...] todo grupo (organizado), enquanto elemento de análise, que se relaciona em função de uma finalidade que pode, até mesmo, ser sua própria manutenção como grupo.”¹²¹ E, por isso, aparece como um problema, pois é um termo abrangente. E por fim, os grupos de pressão:

[...] Se definem pela adoção de um objetivo bastante específico, influenciar o poder político. [...] Se o objetivo destes grupos é exercer influência sobre o poder político, a modalidade de ação é a pressão. [...] Tal pressão tanto pode ser negativa na forma de punições, quanto positiva, na forma de prêmios.¹²²

O autor define que os órgãos públicos se inserem como uma “categoria atípica dos grupos de pressão interiores ao Estado”.¹²³ Isso porque eles participam “[...] de duas fases do processo decisório, tanto da sua formulação, quanto da sua execução”.¹²⁴ Como o SNI, enquanto órgão público, pode ser entendido nesse contexto político?

Os agentes enxergavam a importância desse momento na política brasileira. A Constituinte era o espaço possível para tomada de decisões e nova constituição iria direcionar

¹¹⁹PERLATTO, 2019. p.93.

¹²⁰COSTA, 1998. p.55.

¹²¹COSTA, 1998. p.54.

¹²²COSTA, 1998. p.55.

¹²³COSTA, 1998. p.60.

¹²⁴Ibid.

os próximos passos a serem dados no país em aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. As Forças Armadas e seu entrelaçamento com a política estavam sendo pautas de diferentes segmentos da sociedade e dentro do campo político. A estrutura militar do aparato repressivo ainda era chefiada por um general, mas como seria esse futuro se o processo de tomada de decisão não cabia mais nas mãos dos militares? Como se organizar nesse momento de grande mobilização popular logo após a ditadura?

Em 31 de agosto de 1987, os agentes do SNI elaboraram um documento, com carimbo de confidencial, intitulado “Emendas propostas por este órgão ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização”.¹²⁵ Nesse documento, eles citaram que o SNI articulou com parlamentares constituintes a fim de garantir que seus interesses fossem atendidos nesta etapa. O documento foi organizado com uma pequena introdução e consta que treze constituintes articularam com os agentes do órgão. Dessa articulação, resultaram 101 emendas que envolveram doze dispositivos constitucionais. Segundo eles, o deputado Bernardo Cabral foi quem deu os pareceres, isso porque o parlamentar era o relator da Comissão referida. Os pareceres podiam ser: aprovada, aprovada parcialmente, prejudicada e rejeitada. Na tabela abaixo, seguem os números de emendas com seu tipo de parecer:

Tabela 1 - Pareceres das emendas segundo os agentes do SNI

Número de emendas	Parecer
29	Aprovadas
13	Aprovadas Parcialmente
27	Prejudicadas* ¹²⁶
32	Rejeitadas

Fonte: ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

Essa foi a distribuição dos pareceres das 101 emendas, conforme os agentes apresentaram no documento da vigilância. Para eles, o resultado foi considerado satisfatório em oito dispositivos. Pode-se analisar quantitativamente que o número de emendas aprovadas é bem próximo ao número de emendas rejeitadas, mas ainda assim em menor número.

Posterior a parte introdutória, os agentes destacaram os doze dispositivos em que foram apresentadas as emendas, com os nomes dos parlamentares. Os nomes que constam no

¹²⁵ ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹²⁶*”Será considerada prejudicada a emenda de proposição que for rejeitada na votação. No processo orçamentário, ficará prejudicada a emenda que estiver em sentido contrário ao de outra já aprovada, ou de dispositivo já aprovado.” Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/glossario/e.html>

documento estão listados na tabela abaixo, com os respectivos partidos e as trajetórias políticas:

Tabela 2 - Parlamentares citados no documento

Estado	Deputado Federal	Partido	Vida Política
Bahia	Benito Gama	PFL	Economista e Professor. “Assessor da Comissão de Integração do Sistema Financeiro Estadual - 1973; Assessor do Secretário da Fazenda, Governo do Estado, RJ - 1975; Secretário Municipal de Finanças, Prefeitura Municipal, Camaçari, BA, 1977 - 1978; Assessor Chefe e Secretário Substituto da Secretaria de Fazenda, Governo do Estado, BA, 1979; Diretor, Esaf, BA, 1980; Secretário de Transportes e Comunicações, Governo do Estado, BA, 1982 - 1983; Secretário da Fazenda, Governo do Estado, BA, 1983 - 1985”. Dep. Federal, 1987-1991 (PFL).
Bahia	Eraldo Tinoco	PFL	Professor e Administrador. Dep. Federal, 1983-1987 (PDS); 1987-1991 (PFL).
Pará	Jorge Arbage	PDS	Advogado e servidor público. Prefeito, PA, 1959-1963 (PTB); Dep. Estadual, PA, 1967-1971 (Arena); Dep. Federal, 1975-1979 (Arena); 1983-1987 (PDS); 1987-1991 (PDS).
Minas Gerais	José Mendonça de Moraes (Suplente)	PMDB	Professor, Advogado, Empresário. Prefeito, MG, 1963-1967 (PTB); Dep. Federal 1983-1987 (PMDB).
São Paulo	Maluly Netto	PFL	Médico, advogado e empresário. Prefeito, SP, 1964-1966 (PDS); Dep. Estadual, SP, 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979 (Arena); Dep. Federal, 1979-1983 (Arena); 1983-1987 (PDS); 1987-1991 (PFL).
Pernambuco	Nilson Gibson	PMDB	Professor de direito constitucional, advogado e economista. Fez pós-graduação na ESG, RJ, 1977. Dep. Federal, 1979-1983 (Arena); 1983-1987 (PDS); 1987-1991 (PMDB).
Rio de Janeiro	Oswaldo Almeida	PL	Economista e militar. Coursou Ed. Física do Exército; curso de formação de oficiais - Exército, Academia Militar Agulhas Negras, AMAN, Resende, RJ, 1953. Dep. Federal, 1987-1991.

Estado	Deputado Federal	Partido	Vida Política
Roraima	Ottomar Pinto	PTB	Engenheiro militar, médico e empresário. Dep. Federal 1987-1990; Governador, RR, 1979-1983 (PDC).
Rio de Janeiro	Roberto Augusto	PTB	Pastor e atleta profissional. Dep. Federal. 1987-1991
Goiás	Roberto Balestra	PDC	Advogado, empresário, agropecuarista. Dep. Federal 1987-1991.
Pernambuco	Salatiel Carvalho	PFL	Engenheiro. Dep. Federal 1987-1991.
Bahia	Waldeck Ornélas	PFL	Advogado. Dep. Federal 1987-1991

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) e ARQUIVO NACIONAL(Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

A partir da tabela, é visto que os agentes do órgão promoveram articulações somente com deputados de partidos de direita e/ou conservadores, do bloco chamado “Centrão”. Além disso, com a trajetória política desses parlamentares, foi possível identificar aqueles que tiveram passagem pela Arena. As biografias dos parlamentares apresentadas a seguir, foram feitas a partir de informações retiradas dos verbetes biográficos disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da FGV e do Portal da Câmara dos Deputados.¹²⁷

Jorge Arbage (PDS/PA), nasceu no ano de 1924, no Pará, e ingressou na carreira política sendo tesoureiro da prefeitura de Nova Timboteua (PA). O deputado foi filiado ao PSD, presidente da Divisão Municipal e em 1958, foi eleito prefeito da cidade de Capanema, também no Pará. Na ditadura militar, ingressou na Arena e em 1966 foi eleito deputado estadual. Em 1974, esteve como deputado federal, não sendo a sua primeira tentativa, onde havia sido suplente quando perdeu a disputa em 1970.

Em 1976, tornou-se vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Foi co-autor do requerimento de criação e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Fundiário, relator da CPI do Índio e suplente da Comissão de Comunicações. Foi vice-líder e líder do governo e da Arena. Anticomunista, destacou-se pelo combate ao que

¹²⁷CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009. | Biografia dos Parlamentares Constituintes — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br).

considerava “infiltração vermelha nas hostes do partido oposicionista” (Movimento Democrático Brasileiro).¹²⁸

Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder de seu partido nos anos 1979 a 1983 e vice-líder do PDS a partir de 1983, partido que ingressou e atuou na ANC. O parlamentar compôs a mesa da Constituinte como segundo vice-presidente. Suas posições políticas durante o processo foram:

Manifestou-se contra a pena de morte, o rompimento das relações diplomáticas com países mantenedores de política de discriminação racial, a limitação dos encargos da dívida externa, a estatização do sistema financeiro, a nacionalização do subsolo e a desapropriação da propriedade produtiva. Em questões trabalhistas, ficou contra a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas e o direito de greve, mas votou a favor da proteção ao emprego e da unicidade sindical e contra a despedida sem justa causa. Também votou a favor do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, da criminalização do aborto, do voto aos 16 anos e da anistia aos micro e pequenos empresários.¹²⁹

Nilson Gibson (PMDB/PE) nasceu em Recife no ano de 1935 e cursou direito e economia pela Universidade Federal de Pernambuco e entrou para a Arena em 1974. Com o fim da ditadura, ingressou no PDS, mas foi eleito deputado federal pelo PMDB em 1986, onde exerceu o mandato como parlamentar constituinte. Era membro titular da Comissão de Sistematização pelo seu partido. O parlamentar foi um defensor do regime militar durante a Constituinte e algumas de suas posições foram destacadas como sendo:

Nas votações mais importantes, foi a favor do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da proibição do comércio do sangue, da anistia aos micro e pequenos empresários, do presidencialismo, e do mandato de cinco anos para o então Presidente da República José Sarney. Votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países que mantêm políticas de discriminação racial, a remuneração de 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, a estabilidade no emprego, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o aborto, a unicidade sindical e a legalização do jogo do bicho.¹³⁰

Maluly Netto (PFL/SP) nasceu em Fartura, São Paulo, e foi cursar medicina no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil, atual UFRJ, onde foi militante do movimento estudantil e presidente do diretório acadêmico do seu curso. Entrou para o PSD em 1963 e foi prefeito de Mirandópolis (SP) e na ditadura foi filiado à Arena. a transição política, apoiou a chapa

¹²⁸ LOPES, Gustavo. Jorge Arbage. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: JORGE WILSON ARBAGE | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ MONTALVÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Cláudia. Nilson Gibson. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

considerada da oposição (Tancredo Neves) e em 1985 filiou-se ao PFL, partido em que esteve na ANC. Foi membro titular da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, além de suplente na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.

Na função de constituinte, Maluly Netto votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a estabilidade no emprego, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, o turno ininterrupto de seis horas, o aviso prévio proporcional, a desapropriação da propriedade produtiva, a jornada semanal de 40 horas, a limitação dos juros reais em 12% ao ano e a estatização do sistema financeiro. Foi favorável à nacionalização do subsolo, à pena de morte, à manutenção do presidencialismo e ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ausente de discussões importantes, faltou a 55% das votações. Com a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, passou a atuar nas comissões de Fiscalização e Controle e na de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e Minorias. Em 1989, tornou-se membro da Congregação da Escola Paulista de Medicina, cargo que exerceria até 1991.¹³¹

Nessas breves descrições das trajetórias políticas dos parlamentares supracitados, fica evidente o envolvimento dos mesmos com espaços políticos institucionais desde o início de suas vidas adultas. Além disso, durante a Constituinte, tempo que interessa para pesquisa, podemos perceber a atuação deles em lugares importantes nas Comissões e Subcomissões, como na própria composição da mesa da ANC, sendo um deles, Jorge Arbage (PDS/PA), vice-presidente, ao lado de Ulysses Guimarães. Por fim, nos trechos destacados sobre os trabalhos parlamentares, observa-se as convergências de suas posições em temáticas discutidas durante a ANC, o que indica uma articulação dos deputados entre si e com os outros parlamentares, além de demonstrar que suas bases ideológicas e projetos políticos eram similares.

Um ponto relevante a destacar são as condecorações recebidas pelo parlamentar Jorge Arbage (PDS/SP) feitas durante a ditadura militar, pelos Ministérios das três Forças Armadas. O parlamentar recebeu:

Medalha de Ordem do Mérito Militar, no Grau de Comendador, Ministério do Exército (1980); Medalha de Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha (1981); Medalha de Pacificador, Ministério do Exército (1981); Medalha do Mérito Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica (1983); Medalha do Mérito Aeronáutico, Ministério da Aeronáutica (1984).¹³²

¹³¹SOUSA, Luís Otávio de; COSTA, Marcelo. Jorge Maluly Netto. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

¹³²BRASIL. *Assembléia Nacional Constituinte, 1987: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987*. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987, 796p, - (Fontes de referência: Assembléia Nacional Constituinte, 1987; 1). p.380

Segundo o relatório da CNV a concessão da Medalha de Pacificador:

Estava prevista no período [...] pelo Decreto nº 76.195, de 2 de setembro 1975, para os casos de '[...] militares brasileiros que, em tempo de paz, no cumprimento do dever, se hajam distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura [...]' [...] e para militares que tivessem contribuído para '[...] elevar o prestígio do Exército junto às Forças Armadas de outros países e desenvolver as relações de amizade e compreensão entre o Exército Brasileiro e o de outras nações [...]' [...] Na prática, a medalha premiava os agentes responsáveis pela repressão da oposição ao governo, como deu a entender o general Rubens Bayma Denys em entrevista: 'havia a Medalha do Pacificador para quem se destacasse no combate contra os terroristas [...]'.¹³³

Essas condecorações representam não só o envolvimento do parlamentar com os militares, mas também um reconhecimento de sua atuação enquanto político pelos militares.

O parlamentar José Mendonça de Moraes (PMDB/MG) nasceu em Tiros, Minas Gerais, no ano de 1931 e estudou filosofia no seminário Maior de Mariana (MG). Foi membro da Arena a partir de 1965 e acabou o seu mandato em 1967. Em 1976, voltou a concorrer para deputado, mas não foi eleito e ficou como suplente. Durante a Constituinte, se filiou ao PMDB e atuou como suplente na Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, a mesma em que estava o deputado Maluly Netto (PFL/SP). Também foi vice-líder do Grupo Parlamentar Cristão. O deputado Roberto Balestra (PDC/GO) também filiou-se à Arena em 1966, mas não foi candidato ou eleito, sendo deputado federal somente na Constituinte. Foi titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Outro parlamentar religioso, era o pastor Roberto Augusto (PTB/RJ), que tinha cargos religiosos de liderança nas igrejas em que participava. Nasceu em Três Lagoas, Minas Gerais no ano de 1931 e estudou teologia na faculdade de teologia evangélica, no Rio de Janeiro. Foi eleito em 1986 como deputado e era primeiro vice-presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Além dele, o deputado Salatiel Carvalho (PFL/PE), tinha uma base eleitoral forte dos evangélicos, apesar de ser novato na política e não possuir muita experiência. Foi titular da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

O deputado Benito Gama (PFL/BA) nasceu no ano de 1958, em Ituaçu, na Bahia, onde foi secretário no estado nas décadas de 1970 e 1980, atuando em diferentes áreas, como finanças e transportes. Eleito deputado na Constituinte pelo PFL, foi titular na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas. O deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA)

¹³³BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, v.1 2014. 976 p.

nasceu em 1943, em Ipiaú, também na Bahia, e foi secretário estadual de cultura nos anos de 1979 a 1982. O deputado é considerado com uma das pessoas que fundou o “Centrão” e foi relator na Subcomissão da Família, Menor e Idoso. Waldeck Ornélas (PFL/BA), tem na sua trajetória política uma secretaria na Bahia e uma candidatura para deputado federal. Eleito em 1986, ficou como titular da Subcomissão dos Municípios e Regiões da Comissão da Organização do Estado.

O deputado Oswaldo Almeida (PL/RJ) e o deputado Ottomar Pinto (PTB/RO) são os militares de carreira que apareceram na lista. Oswaldo Almeida nasceu em Campos dos Goytacazes, município do Rio do Janeiro, em 1933. Era Major do Exército e atuou em cargos de diretoria, como diretor executivo da Firma de Planejamentos Técnicos e Econômicos do Rio de Janeiro (PLANECON) e da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional. Na ANC, foi titular da Comissão da Ordem Social e da Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, além de ser suplente na Comissão da Ordem Econômica. Em uma breve pesquisa, foi possível acessar uma reportagem do ano de 2019 sobre seu trabalho em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Quando indagado sobre seu mandato enquanto constituinte, o ex-parlamentar respondeu:

Fui eleito com 34 mil votos pelo Partido Liberal. Digo que entrei para a política por uma porta e saí por outra. Não foi das mais agradáveis. Ajudar a escrever a nova Constituição Federal foi um pouco conturbado. Havia muitos interesses no Congresso Nacional. Aquele não era o meu lugar. Fiz alguns amigos. Pude ver a primeira experiência como parlamentar de Luiz Inácio Lula da Silva. No início, seus discursos causavam muita curiosidade. Acompanhei a habilidade do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, com os deputados para costurar e promulgar a Constituição Cidadã. Creio que dei minha contribuição, mas passou. Nunca quis retornar após o mandato concluído em 1990.¹³⁴

O deputado Ottomar Pinto (PTB/RO) era titular da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança, lugar de interesse para os militares, pois era dela que saíam as propostas sobre o papel e destinação das Forças Armadas. Para a comunidade de informações, as discussões nessa Subcomissão afetariam a atividade de informações direta e indiretamente. O deputado nasceu em Petrolina, Pernambuco no ano de 1931 e foi para o Rio de Janeiro estudar na Escola Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, onde iniciou sua carreira militar. Em 1951, ingressou para a Escola Nacional de Engenharia e em 1962, tornou-se capitão. Em 1968, foi promovido a major e foi para os EUA fazer o mestrado. O parlamentar voltou para o Brasil para trabalhar na Ecemar e em 1986, foi eleito deputado por Roraima,

¹³⁴TRINDADE, Orcinei. Entrevista. *Jornal Terceira Via*, 30 set 2019. [Prior católico e escritor Oswaldo Almeida: um homem pleno de histórias - J3News \(jornalterceiravia.com.br\)](https://jornalterceiravia.com.br/prior-catolico-e-escriptor-oswaldo-almeida-um-homem-pleno-de-historias/)

sendo o candidato mais votado do estado apesar de ter sido acusado de ser o mandante do assassinato de um jornalista.

Um aspecto a ser ponderado consiste em perceber a predominância masculina dos deputados, como no próprio corpo militar. Segundo Vítor Almeida (2014) a inserção de mulheres no quadro das Forças Armadas começou a ser legalizada em 1980 na Marinha, em 1982 na Aeronáutica e somente em 1992 no Exército. O SNI, foi um órgão formado por militares do Exército, portanto, foi construído e formado por homens militares. Nos nomes citados na articulação promovida pelos agentes são vistos somente parlamentares homens. O sociólogo Pierre Bourdieu (2020) apresenta uma reflexão acerca da formação da estrutura do patriarcado:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa de justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça [...] conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres [...].¹³⁵

Os espaços de poder citados foram estruturados pela ordem masculina. A reflexão gerada aqui consiste em retratar a neutralidade em que essa masculinidade se apresenta, ressaltando a presença dominante de homens nos articuladores políticos e nos militares. Nesse sentido, é preciso desnaturalizar o aparecimento dessas ocorrências apresentadas e questioná-las, chamando atenção para o caráter histórico que envolve a construção dessas instituições públicas e os seus lugares de poder.

Foi visto com Maud Chirio (2012) que os militares enxergam a sociedade civil com desconfiança. Em estudo antropológico, Celso Castro (2009) ressaltou aspectos particulares do que pode se chamar campo militar. Nesse sentido, existe uma diferença de tratamento no campo militar e no campo político com os civis. Isso é notório, pois, o autor enfatiza o fato do termo civil ter sido feito pelos militares, justamente por essa oposição ser necessária na construção de sua identidade. De maneira que, as atividades desenvolvidas na formação são componentes da construção da identidade dos militares, fazendo-os se sentirem escolhidos a partir de uma “vocação natural”, colocando-os em oposição aos desistentes (que não teriam essa vocação) e, portanto, ao mundo dos civis: “[...]os militares se sentem parte de ‘mundo’

¹³⁵BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 18ed, 2020. p.24-26.

ou ‘meio militar’ superior ao ‘mundo’ ou ‘meio civil’ um mundo dos paisanos: representam-se como mais organizados, mais dedicados e mais patriotas”.¹³⁶

Por outro lado, as relações estabelecidas no jogo democrático são feitas através de pessoas que possuem o que Pierre Bourdieu (2011) classificou como “capital político”. Com isso o autor quer dizer que para adentrar no campo político, como político profissional, é necessário que se acumule diversos aspectos que são fomentadores de um capital simbólico, como é o capital político. Como explora o autor, as eleições periódicas, por exemplo, são ritos que investem os políticos com esse capital. É preciso que um partido escolha um candidato para representar a sigla, sendo ele uma figura que represente também o povo, pois é o povo que irá escolhê-lo para ser seu representante. Para isso, essa figura precisa articular na campanha, angariar votos, fazer alianças e, principalmente, ter tempo para viver para a política. Por isso, o autor enfatiza que muitas vezes ela fica restrita a pequenos grupos dominantes.

O político disputa um cargo público e quando eleito possui instrumentos necessários para interferir diretamente na manutenção ou reformulação de mecanismos que constituem e formam o campo político. Bourdieu utiliza-se da relação dialética ao explicar-nos que o campo político é composto por um campo de forças e um campo de lutas, onde as lutas são feitas por aqueles que não pertencem a uma classe dominante e buscam “transformar as relações de força que confere este campo a sua estrutura em dado momento”.¹³⁷

Com o SNI e com os políticos, no caso, essa relação se estabelece dentro do campo político numa disputa de correlação de forças. No caso da Constituinte, os parlamentares estavam investidos do poder constituinte para fomentar uma nova constituição para o país. Assim, eles eram os detentores dos instrumentos necessários para criarem novas leis e regras. Essa legislação nova, que iria ordenar a democracia brasileira, portanto, seria um espaço de possibilidades de mudanças ou manutenções. Desta maneira, diversos segmentos da sociedade, como os movimentos sociais e autônomos, se organizaram para levantar pautas em favor de direitos sociais, políticos e civis, apresentou Versiani (2013).

Ao mesmo tempo, setores conservadores queriam frear mudanças e garantir a manutenção de instrumentos autoritários que constituíram o momento político anterior e que também faziam parte do seu projeto político. Como destacou Fico (2021), o pensamento autoritário, que aparece dentro da corporação militar, enxerga a própria legislação como

¹³⁶CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p.24.

¹³⁷BOURDIEU, Pierre. A representação política. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 163-207. p.164.

artifício a ser utilizado em favor de legalizar autoritarismos. O grupo aqui analisado, da comunidade de informações, queria entrar nessa disputa de forças com os parlamentares e com os grupos envolvidos, a fim de manter uma certa organização de sociedade defendida por esse pensamento autoritário. Sendo o SNI, um órgão público atrelado ao Poder Executivo e subordinado ao Presidente da República, por isso mesmo, era importante articular-se com parlamentares com uma considerável bagagem política, para que questões de interesse dos agentes fossem debatidas e obtidas. No campo político, dentro da democracia, as regras que Bourdieu (2011) ressalta voltaram a ser jogadas de tal forma que era preciso que os militares da comunidade de informações jogassem com os políticos nessa disputa.

Através do documento citado, “Emendas propostas por este órgão ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização”, poderíamos pensar em um *lobby* dos agentes do SNI ou entender os agentes como um grupo de pressão, a partir da sua particularidade enquanto funcionários de um órgão público. Figueiredo (2005) menciona que o cenário da eleição de 1989, foi um palco para os agentes do SNI apostarem na sobrevivência do órgão orientados por *lobby*. Os agentes escreveram que promoveram “articulações com diversos Senadores e Deputados Federais, com vistas a defender interesses inerentes às suas atividades”¹³⁸ (mesmo o nome dos senadores não aparecendo no documento). Sendo assim, é interessante o documento citado ter em sua maioria políticos com uma considerável experiência na política institucional, pois ressalta a compreensão dos agentes sobre a importância da habilidade política para que os seus interesses fossem debatidos e atendidos.

Assim, foi possível para os agentes declararem no documento que obtiveram o “resultado satisfatório” em oito dispositivos constitucionais, na etapa de elaboração do texto pela Comissão de Sistematização. Tudo isso se deu através da articulação promovida dos agentes com os políticos citados, mas também porque os deputados constituintes articularam com outros parlamentares, investidos de seu capital simbólico, para que esses interesses fossem atendidos. Como foi analisado por Pierre Bourdieu:

As propostas só podem ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, ou garantir a adesão do grupo a uma ideia, com técnicas e procedimentos da palavra, retórica que são próprias do jogo político.¹³⁹

¹³⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹³⁹ BOURDIEU, 2011. p.175.

2.2 Os assuntos constitucionais de interesse do SNI

Os agentes pontuaram que a articulação promovida com os parlamentares foi necessária para que dispositivos constitucionais fossem redigidos segundo os interesses do órgão. Mas, quais eram esses interesses? Quais foram os assuntos considerados importantes para as atividades de informações? Como foi mencionado anteriormente, eles escreveram que o órgão articulou com treze constituintes, propondo 101 emendas. Essas 101 emendas foram direcionadas a doze trechos do Anteprojeto da Comissão de Sistematização. Desses doze trechos, dez foram elaborados para o Título II da Constituição, sobre os Direitos e Liberdades Individuais e os outros dois foram focados no Título III, em relação aos Direitos Constitucionais, sendo um deles especificamente sobre o *habeas data*. A quantidade de emendas elaborados pelos parlamentares é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 3 - Quantidade de emendas elaboradas por parlamentar

Deputado Federal	Quantidade de emendas propostas
Jorge Arbage	17
Salatiel Carvalho	13
Nilson Gibson	13
Oswaldo Almeida	10
José Mendonça de Moraes (Suplente)	10
Maluly Netto	8
Benito Gama	6
Ottomar Pinto	6
Eraldo Tinoco	5
Roberto Augusto	5
Waldeck Ornélas	5
Roberto Balestra	3

Fonte: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

Através da tabela é possível concluir que o deputado Jorge Arbage (PDS/PA) foi o parlamentar que mais propôs emendas. Pode-se relacionar o fato com sua trajetória de considerável envolvimento com os militares, como foi demonstrado anteriormente com as homenagens recebidas e pela sua posição na mesa da ANC, como segundo vice-presidente.

Como aponta Pilatti (2020), a data de entrega do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização era 26 de junho de 1987 e, em 18 de novembro, deveriam ser encerradas as votações sobre as modificações. A partir do fluxograma das atividades da Constituinte, a discussão do projeto da Comissão de Sistematização ocorreu durante os meses

de agosto e setembro de 1987, com apresentação do primeiro substitutivo em 26 de agosto, do segundo substitutivo em setembro, com consequências para apresentação do Projeto A, seguidamente do Projeto B e Projeto C e a aprovação do Projeto D, resultando no texto final da Constituição, esses já no ano de 1988.¹⁴⁰ Dessa forma, o texto passou por diversas discussões que acarretaram em modificações, para então, ser apresentado em sua versão final. O que significa que apesar de constar nesse documento que os agentes obtiveram oito dispositivos com resultados satisfatórios, isso foi sendo alterado conforme o andamento do processo.

O documento “Emendas propostas por este órgão ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização” data de 31 de agosto de 1987, o que significa que as propostas foram feitas em torno da apresentação do primeiro substitutivo ao Anteprojeto da Comissão de Sistematização. A estrutura do documento consiste em apresentar o trecho do anteprojeto destacado, seguido de “consequências no 1º substitutivo”, segundo os interesses do órgão, acrescentado da lista dos parlamentares elaboradores das emendas, o número das emendas propostas, seu tipo e parecer. Os tipos das emendas consistiam em: supressiva, modificativa, aditiva, supressiva-aditiva e substitutiva.

2.2.1 Tortura: crime imprescritível e sem anistia

A mais grave ofensa à vida, à existência digna e à integridade física e mental é a tortura, crime de lesa-humanidade a qualquer título, insuscetível de fiança, prescrição e anistia, respondendo por ele os mandantes, os executores, os que, podendo evitá-lo, se omitirem, e os que, tomando conhecimento dele, não o comunicaram na forma da lei.¹⁴¹

Esse foi o primeiro dispositivo em destaque apresentado no documento. O texto colocava o crime da tortura como imprescritível e sem anistia, duas palavras de grande impacto para os militares e agentes envolvidos com o aparato repressivo, principalmente, logo após o fim da ditadura militar. Assim, foi perceptível notar a cautela dos agentes com os conteúdos legais que pudessem afetá-los no presente dos anos 1980, essencialmente com os assuntos ligados aos crimes da ditadura.

Como aponta Lucas Figueiredo (2005), os agentes do SNI elaboraram documentação em que se pode concluir a sua visão sobre a tortura:

Reconhecia a tortura, justificava-a e a revelava como ela passara a ser vista pelo serviço secreto: uma tática utilizada com “sucesso” no passado, porém

¹⁴⁰PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Fluxograma da Constituinte*. Disponível em: fontes.pdf (camara.leg.br).

¹⁴¹ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

ultrapassada para os novos tempos de abertura política. A tortura, na visão do SNI não era crime, mas um simples constrangimento para o governo.¹⁴²

Como consta no relatório da CNV:

Na ditadura militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, [...] Polícia Civil e Polícia Militar [...] além de civis que financiavam [...] as ações.”¹⁴³

A esse conjunto, junta-se a comunidade de informações, os agentes dos órgãos e de instituições desse caráter, que produziram informações para essa prática. Ainda, “a tortura tornou-se um instrumento ‘profissional’, ‘sistemizado’ e ‘científico’, objetivando a coleta de informações”.¹⁴⁴

Sobre este trecho, segundo eles, foram elaboradas oito emendas pelos parlamentares, sendo sete modificativas e uma supressiva. Nenhuma emenda proposta pelo interesse do órgão foi considerada aprovada, apenas uma foi aprovada parcialmente, de autoria do deputado Ottomar Pinto (PTB/RO), sugerindo a alteração da redação para:

Os crimes contra a vida, de lesão corporal, de periclitção da vida e da saúde e contra a liberdade pessoal são inafiançáveis e insusceptíveis de prescrição e anistia, se praticados mediante tortura ou ato terrorista. Seus executores, os mandantes, os que podendo evitá-los se omitirem, e os que, tomando conhecimento deles não o comunicarem, responderão na forma de lei.¹⁴⁵

Apesar disso, essa aprovação não foi considerada como componente do resultado satisfatório apontado pelos agentes. Como consequência do substitutivo, eles consideraram a “manutenção em essência” do texto proposto. A redação do texto final na Constituição de 1988, em sua primeira versão, ficou da seguinte forma:

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.¹⁴⁶

Em entrevista, o ex-deputado federal constituinte José Genoíno (2023), comentou sobre a discussão do texto em relação ao tema da tortura:

No destaque sobre a tortura como crime imprescritível nós perdemos, foi uma das votações mais acirradas na Comissão de Sistematização. Nós

¹⁴²FIGUEIREDO, 2005. p. 257.

¹⁴³BRASIL, 2014. p. 112.

¹⁴⁴RODRIGUES, Vicente A. C. Queima de arquivo: apontamentos sobre acesso à informação e a destruição de parte da memória da ditadura de 1964-1985 no Brasil. In: STAMPA, Inez; ASSUMPÇÃO, Sam Romanelli; HOLLANDA, Cristina Buarque de. (org) *Arquivos, democracia e ditadura: reflexões a partir dos 10 anos do Centro de Referência Memórias reveladas do Arquivo Nacional*. Curitiba: Appris, 2020. p. 36.

¹⁴⁵ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emenda: 16844 Parcialmente aprovada. Disponível em: [EMENDA:16844 PARCIALMENTE APROVADA \(senado.gov.br\)](https://www.senado.gov.br/emenda/16844-parcialmente-aprovada)

¹⁴⁶BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicação Original. Brasília: DF, 1988. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.br).

perdemos essa votação por 10 a 15 votos. Aí foi no Plenário da própria Assembleia Nacional Constituinte que estava a esquerda, juntamente com Mário Covas também perdemos essa votação, que é com base nesse item que se impediu a justiça de transição, que se impediu inclusive certos julgamentos de militares denunciados com a ideia da prescrição. Se a gente tivesse aprovado isso a gente tirava esse ferrolho que foi colocado no artigo 5º, inciso XLIII, que se misturou tortura com tráfico de drogas, e com terrorismo no mesmo inciso.¹⁴⁷

2.2.2 Direito à privacidade

É proibido o registro informático sobre convicções pessoais, atividades políticas da vida privada, salvo quando se tratar de processamento de dados não identificados individualmente, para fins de pesquisa e estatística.¹⁴⁸

Como o Título II da Constituição dizia respeito aos Direitos e Liberdades Individuais, os dispositivos elaborados pelos constituintes foram sobre, por exemplo, o direito à privacidade dos cidadãos e cidadãs brasileiras. Esse direito está diretamente relacionado com as atividades promovidas pelo órgão, pois a coleta de informações sobre a vida privada das pessoas fere direitos fundamentais, como ocorreu na ditadura. Mesmo com a volta do governo de civis e com o pensamento de reformular sua imagem frente à ordem democrática, os agentes do órgão não concordaram com a possibilidade de modificar a forma como desenvolveram a sua prática investigativa. Para o texto mencionado acima, foram propostas dez emendas do tipo supressiva e a consequência foi “suprimido”, entrando como um dos resultados satisfatórios apontados pelos agentes. Das dez emendas propostas, quatro foram aprovadas. As emendas aprovadas foram dos deputados Salatiel Carvalho (PFL/PE), Nilson Gibson (PMDB/PE) e Jorge Arbage (PDS/PA), propondo duas emendas.

Assim como o texto supracitado, outro também dizia sobre a privacidade: “do sigilo da correspondência e das comunicações em geral, salvo autorização judicial.”¹⁴⁹ Sobre essa questão foram apresentadas seis emendas modificativas, duas supressivas-aditivas e uma aditiva. Os agentes marcaram que três emendas haviam sido aprovadas, indicando como consequência para o órgão “atendida, parcialmente, a proposta” e, por conta disso, entrou como resultado satisfatório.¹⁵⁰

As emendas aprovadas foram dos deputados Maluly Netto (PFL-SP), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e José Mendonça de Moraes (PMDB-MG). Foi possível recuperar duas das

¹⁴⁷GENOÍNO, José; TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. Um debate sobre segurança pública e segurança nacional na Constituinte de 1987-1988: entrevista com o constituinte José Genoino. Entrevista concedida a Leonardo Evaristo Teixeira. *InSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v.9, n.2, jul./dez. 2023. p.33-64. p. 37.

¹⁴⁸ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹⁴⁹ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹⁵⁰ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

emendas aprovadas por pesquisa na “Base de Anteprojeto, Projetos e Emendas - APEM, desenvolvida pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal”.¹⁵¹ As entradas utilizadas para a pesquisa foram os nomes dos deputados citados no trabalho. As emendas foram apresentadas no dia 13 de agosto de 1987. A proposta de Maluly Netto (PFL-SP) consistiu em pedir a supressão do termo “salvo em autorização judicial” para acrescentar no lugar “ressalvados os casos previstos em lei”.¹⁵² Apesar de os agentes indicarem no documento que essa emenda consistia em supressiva-aditiva, na base parlamentar ela constou como modificativa.

A emenda do parlamentar Eraldo Tinoco (PFL-BA), também modificativa, era similar no conteúdo ao indicar uma mudança do mesmo trecho da redação para “ressalvadas as situações de emergência, quando a defesa do Estado ou da sociedade brasileira assim o exigir”.¹⁵³ É visto, com a sugestão do constituinte, que os agentes defendiam que a decisão para quebra do sigilo deveria passar pelas mãos dos militares ou autoridades competentes na questão da segurança e defesa do Estado brasileiro.

Essas modificações tocaram no ponto sobre o poder decisório para quebra de sigilo de correspondência ou telefônica. No caso, o que estava sendo discutido pelos constituintes era colocar essa tarefa nas mãos do Judiciário. Como apareceram nas emendas, os agentes não queriam perder o controle desse dispositivo, pois era essencial interceptar telefonemas e correspondências para a prática investigativa que faziam. Como na ditadura os poderes do SNI foram alargados por ser um braço operante do Executivo na repressão, essas interceptações não precisavam passar por outra instância de poder. O SNI na ditadura se tornou ativo na tomada de decisões pelos generais-presidentes, sendo “[...] um órgão poderoso e influente, chegando a dedicar-se ao gerenciamento de atividades políticas e empresariais”.¹⁵⁴ Na democracia, a legislação que garante os direitos fundamentais coloca limites para atuação das esferas estatais. A questão que apareceu para os agentes na Constituinte foi como sustentar, pela legalidade, a continuidade das práticas de suas atividades. O que significou a tentativa de institucionalizar seus autoritarismos.

Os agentes continuaram vigilantes nas discussões em torno dos projetos constitucionais. Em um documento de 25 de julho de 1988, intitulado “ANC - Emendas de interesse deste órgão”, eles escreveram análises sobre os pontos retirados do Projeto de

¹⁵¹Base de Anteprojeto, Projetos e Emendas - APEM. Disponível em: APEM: Formulários de Pesquisa (senado.gov.br)

¹⁵²CÂMARA DOS DEPUTADOS. EMENDA:16049 APROVADA Disponível em: (senado.gov.br)

¹⁵³CÂMARA DOS DEPUTADOS. EMENDA:15078 APROVADA Disponível em: (senado.gov.br)

¹⁵⁴JOFFILY, 2008. p. 17.

Constituição B. O projeto, segundo eles, com quase 2.000 emendas, passou pelos olhos da vigilância e foram selecionados vinte e um trechos a serem apreciados que seriam “de interesse do órgão”. O texto da quebra do sigilo de correspondência apareceu nas análises com uma nova redação:

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação e instrução processual.¹⁵⁵

Eles continuaram a vigiar os parlamentares, as emendas propostas que condiziam com os interesses do órgão, observando como elas poderiam afetar as atividades. Os agentes analisaram então, quais parlamentares estavam propondo dispositivos legais que pudessem ajudar no que era de importância para o SNI e quais políticos que poderiam estremecer os trabalhos. Sendo assim, buscaram nomeá-los no documento, fazendo um tipo de análise em cima das possíveis consequências para o funcionamento do órgão:

Apresentaram emendas suprimindo a expressão “no último caso” os Constituintes JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES); ALOYSIO TEIXEIRA (PMDB/RJ); PAULO MINCARONE (PMDB/RS); ALCENI GUERRA (PFL/PR) e MARCO MACIEL (PFL/PE). O Constituinte FERNANDO LYRA (Sem Partido/PE) solicitou a supressão de toda a ressalva do dispositivo citado. As cinco primeiras emendas, por ampliarem as possibilidades de violabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações, por ordem judicial, podem beneficiar as atividades deste Órgão, no que lhe concerne, e, principalmente, das autoridades policiais. A emenda do Dep. Fed. FERNANDO LYRA acaba com a ressalva, inviabilizando, em qualquer caso, a quebra do sigilo.¹⁵⁶

Em 18 de janeiro de 1988, em um documento nomeado “Projeto de Constituição do Centrão”, foram apresentadas mais análises sobre as emendas propostas. O projeto do Centrão foi descrito, como “de um modo geral [...] atende aos interesses do Serviço”.¹⁵⁷ Segundo os agentes, alguns dispositivos ainda deveriam sofrer modificações, posto que não haviam atendido à solicitação feita por eles.¹⁵⁸ Novamente, o trecho sobre a questão da quebra do sigilo de correspondência apareceu, concluindo então, que ele foi de extrema importância e que a sua inserção na Constituição afetaria diretamente as atividades de informações:

A inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados, (§13, do Art 6º) foram ressalvadas “nos casos e na forma que a lei estabelecer”, mas essa ressalva ficou restrita “para fins de investigação criminal e instrução processual”, restrição esta que pretendemos omitir. Como está, o disposto neste parágrafo inibe a atuação dos órgãos do

¹⁵⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.90073765.

¹⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.90073765.

¹⁵⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067095.

¹⁵⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067095.

Estado contra estrangeiros com imunidades diplomáticas contra os quais não cabe investigação criminal nem instrução processual.¹⁵⁹

Esse trecho ainda aparece na atual constituição com a seguinte redação, quase idêntica a do projeto citado:

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.¹⁶⁰

Os agentes do SNI perceberam que suas estratégias para alteração dos dispositivos não estavam sendo bem-sucedidas. Em um documento intitulado “Projeto de Constituição B”, com data de 7 de julho de 1988, eles informaram sobre a dificuldade de inserirem suas exigências no texto da Constituição:

Em tentativas anteriores pretendemos subordinar essa inviolabilidade à segurança da sociedade e do Estado, ou mesmo atenuar a limitação da redação atual, que restringe a possibilidade de escuta telefônica aos casos de investigação criminal e instrução processual. Em nenhuma ocasião obtivemos êxito; certamente não o teríamos agora, a menos que o Executivo exercesse o poder de pressão a seu dispor.¹⁶¹

Era o reconhecimento da derrota frente às disputas travadas em torno da Constituinte? Se por um lado, certamente os militares obtiveram vitórias para as Forças Armadas no texto constitucional, “o texto final da Constituição Federal de 1988 foi resultado das negociações entre as Forças Armadas e o Congresso Nacional. Os militares conseguiram sucesso em grande parte de suas demandas.”¹⁶² Por outro lado, o documento do SNI, feito pelos agentes em 1988, mostra que eles sofreram e reconheceram suas derrotas. Não podemos esquecer que essa instituição foi feita pelos militares e para militares atuarem nos postos de comando e os órgãos de vigilância sempre estiveram nas mãos das Forças Armadas, até o período.

Relembrando a argumentação estabelecida com Bourdieu (2011), existe uma particularidade na atuação de políticos profissionais, que precisam elaborar estratégias próprias para o jogo político em conjunto com as forças que atuam nesse campo. Nesse sentido, essas forças fazem com que o campo político seja o tempo todo tensionado. Sendo assim, o campo não é estático e as pautas debatidas podem sofrer derrotas e/ou vitórias.

Esse não foi o único texto em que a análise da vigilância declarou sobre os impasses travados nas disputas entre eles e os atores do campo político. Eles destacaram ainda mais

¹⁵⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067095.

¹⁶⁰ BRASIL. [Constituição de (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. DF: Brasília. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br).

¹⁶¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066873.

¹⁶² COSTA, 1998. p.140.

trechos sobre assuntos que impactavam diretamente as atividades de informações e a privacidade dos cidadãos e cidadãs, como: “a imagem pessoal, bem como a vida íntima e familiar, não podem ser divulgadas, publicadas, ou invadidas sem a autorização do interessado.”¹⁶³ Para esse trecho foram apresentadas nove emendas, sendo sete supressivas, uma modificativa e uma aditiva. Nenhuma emenda foi aprovada e o texto foi mantido para as próximas etapas e fases.

Outro dispositivo destacado pelos agentes consistiu em: “nenhuma atividade de investigação e serviços de informações sobre a vida íntima e familiar das pessoas poderá ser exercida pelo Estado ou por pessoas físicas ou jurídicas”.¹⁶⁴ Para esse dispositivo constitucional foram elaboradas sete emendas supressivas, sendo quatro delas aprovadas e a consequência foi a supressão do trecho, entendido por eles como parte do resultado satisfatório. Apesar disso, essa sugestão explicitava sobre os limites para o desenvolvimento das atividades, nomeando especificamente aqueles quem ela atingia, abordando sobre as práticas investigativas utilizadas na ditadura como, por exemplo, a infiltração de agentes em locais de encontro dos “subversivos”.

Volta-se a destacar que o texto sofreu mais alterações até sua promulgação final em 1988. Nesse sentido, em 1988, os agentes analisaram um novo trecho: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de uma violação.”¹⁶⁵ Nas análises feitas sobre o Projeto de Constituição do Centrão, os agentes concluíram:

[...] A Emenda do Centrão deixou de incluir, como desejávamos, as expressões: “salvo nos casos de interesse da sociedade e do Estado, mediante autorização judicial, na forma da lei”. Assim, a própria Constituição facilitará, pela inibição da ação policial, o exercício de ilícitos penais, tais como o descaminho, a impunidade dos crimes passionais e a proliferação das graves consequências [sic] do uso e do tráfico de drogas.¹⁶⁶

E escreveram novamente sobre a dificuldade de incluir suas ideias para formulação do texto constitucional:

Da mesma forma que no caso da inviolabilidade das comunicações, fizemos tentativas para ressaltar o interesse maior da sociedade e do Estado e não obtivemos êxito. Nem o obteríamos agora, diante da estarecedora e empedernida ignorância demonstrada pelos constituintes democratas quanto a assuntos como espionagem, apropriação de patentes, ou mobilização da opinião pública, entre outros.¹⁶⁷

¹⁶³ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Ibid.

¹⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066873.

Nesse destaque, aparecem elementos para além do reconhecimento da derrota. Para eles, os assuntos sobre as atividades de informações eram próprios dos militares. O insulto promovido pelos agentes em relação aos parlamentares demonstra o sentimento de superioridade ao “mundo civil” e, nesse caso, especificamente ao político, somado ao desprezo por esse mesmo mundo:

A versão constitucional para discussão no segundo turno, não obstante os esforços dispendidos [sic] por parlamentares dotados de perfil ideológico despido de demagogia, ainda apresenta alguns problemas para os interesses deste órgão. [...] Outro ponto a destacar é que os Constituintes, em geral, demonstram uma ingenuidade preocupante quando se trata de relações internacionais, particularmente sua incredulidade quanto à atividade de agentes estrangeiros, seu controle e ação diplomática correspondente. Em menor grau, o mesmo ocorre em relação à atividade policial.¹⁶⁸

Apesar de desqualificar a atuação dos parlamentares, apontando as “ideologias” e o “desconhecimento” dos assuntos ligados ao SNI como motivos para travar o andamento das questões de interesse do órgão, os agentes se articularam com parlamentares constituintes. Mesmo sendo hostis ao mundo político e ao mundo dos civis, desdenhando da profissão parlamentar e colocando-se em posição superior, eles fizeram uso de estratégias tipicamente do campo político, a fim de atender seus interesses.

2.2.3 *Direito à informação*

Os agentes ficaram vigilantes aos assuntos intimamente ligados ao funcionamento do órgão, no início da democracia, e nos dispositivos legais que pudessem afetar o acesso aos documentos produzidos durante a ditadura. A documentação desenvolvida no órgão tinha caráter sigiloso e poderia ser classificada como ultrassecreta, secreta, confidencial e reservada.¹⁶⁹ O decreto que regulamentava essa classificação foi feito em 1977 e continuou existindo até 1997, ano em que foi revogado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante o processo constituinte, essa foi a legislação validada para que o SNI atuasse em relação à classificação de suas informações.

Em seu artigo doze, o decreto deixava explícito que “toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção de seu sigilo”.¹⁷⁰ Os agentes utilizaram especificamente esse artigo para se isentar nos depoimentos prestados às autoridades. Essa questão está documentada na própria produção de informações do ano de 1985 e os agentes legitimaram a ação dizendo que a lei apoiava o silêncio, pois os

¹⁶⁸Ibid.

¹⁶⁹BRASIL. *Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977*. Aprova o regulamento para Salvaguarda de assuntos sigilosos. DF: Brasília, 1977. Disponível em: D79099impressao (planalto.gov.br).

¹⁷⁰BRASIL. *Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977*.

assuntos tratados eram de caráter confidencial ou secreto.¹⁷¹ Segundo eles, a imprensa batizou esse decreto de “mordaza”, porque foi utilizado para silenciar a atuação do SNI na repressão política.¹⁷²

Um direito importante conquistado com a volta da democracia foi o *habeas data*. O *habeas data* trata do direito que todo cidadão ou cidadã brasileira tem:

Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.¹⁷³

Nas discussões apresentadas durante a ANC, esse dispositivo apareceu no artigo trinta e quatro, sendo ponto de destaque das análises feitas pelos agentes. Em 1987, no documento relativo a articulação com parlamentares, o trecho aparece em destaque apenas com o seu primeiro inciso:

Para assegurar o conhecimento das informações e referências pessoais, e dos fins a que se destinam, sejam elas registradas por entidades particulares ou públicas, inclusive, as policiais e as militares.¹⁷⁴

Segundo os agentes, seis emendas supressivas e duas modificativas foram feitas com objetivo de promover alterações no inciso. A consequência, foi a manutenção do texto redigido pelos constituintes, e assim, o resultado não entrou como sendo satisfatório para o órgão. Duas emendas foram aprovadas parcialmente, uma delas do deputado Salatiel Carvalho (PFL/PE) e outra do deputado Jorge Arbage (PDS/PA). A emenda proposta por Jorge Arbage foi parcialmente aprovada, em 12 de agosto de 1987. O deputado sugeriu a modificação da redação do inciso “para assegurar o conhecimento de informação e referências pessoais, pelo cidadão que se sentir prejudicado por ato de autoridade pública ou particular, na forma da lei”.¹⁷⁵ A sugestão do constituinte colocava um elemento para que o requerente pudesse pedir a informação, sendo mais restritiva.

Em relação ao sigilo, os agentes destacaram também o dispositivo: “não haverá documentos sigilosos a respeito de fatos econômicos, políticos, sociais, históricos e científicos, passados vinte anos de sua produção”.¹⁷⁶ Para esse texto, foram propostas sete emendas supressivas e uma aditiva, com três emendas aprovadas. Ainda sobre o mesmo assunto, outro dispositivo foi destacado:

¹⁷¹ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR. DFANBSB V8.TXT. AGR. NRE. 79

¹⁷²Ibid.

¹⁷³BRASIL, Constituição de 1988.

¹⁷⁴ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

¹⁷⁵CÂMARA DOS DEPUTADOS. EMENDA:13365 PARCIALMENTE APROVADA Disponível em: (senado.gov.br).

¹⁷⁶ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067097.

Cabe ação requisitória de informações e exibição de documentos, inclusive os encobertos por sigilo bancário e os relativos a declarações de renda, quando necessários ao pleno exercício dos direitos e liberdades individuais, coletivos e políticos constitucionalizados.¹⁷⁷

Para esse, foram propostas nove emendas supressivas, com uma aprovação. Os dois dispositivos foram suprimidos e entraram como parte do resultado considerado satisfatório pelos agentes.

Em 7 de julho de 1988, os agentes destacaram logo no início do documento “Projeto de Constituição B” que a questão do *habeas data* era o principal problema do projeto. Seguindo suas análises sobre o trecho, completaram dizendo que o dispositivo não deveria ser “analisado isoladamente, mas em conjunto com o que assegura o direito de receber informações dos órgãos públicos”¹⁷⁸:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.¹⁷⁹

No documento de 25 de janeiro de 1988, “Projeto de Constituição do Centrão”, os agentes redigiram sobre a obrigatoriedade do fornecimento de informações pelos órgãos públicos:

Pretendíamos que constasse no texto “informações verdadeiras”, em lugar apenas de “informações”, e que a expressão “de interesse particular” fosse substituída por “relativas à sua pessoa”. A primeira alteração teria a vantagem de restringir o acesso àqueles dados existentes, em nossos arquivos com o rótulo de confirmados, isto é, dados que, de uma forma ou de outra, seriam quase do conhecimento público; em outras palavras, não seriam fruto da análise e dedução. A segunda alteração (relativa à sua pessoa) pretendia evitar amplitude na interpretação e negar dados que não dissessem respeito exclusivamente ao requerente.¹⁸⁰

O ponto é de extrema importância para reflexão porque tange à divulgação de documentação e informações comprometedoras para os agentes de vigilância. Não era a primeira vez que os agentes se preocupavam com essa questão. Como aponta Vicente Rodrigues (2020), em 1978, o SNI começou um “programa massivo de reorganização, reavaliação e eliminação de documentação custodiada na AC e em suas agências regionais”¹⁸¹, período em que já se avistava uma abertura política e também avanços tecnológicos, permitindo a entrada de arquivos organizados de forma digital. Contudo, foram

¹⁷⁷Ibid.

¹⁷⁸ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066873

¹⁷⁹Ibid.

¹⁸⁰ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88067095.

¹⁸¹RODRIGUES, 2020. p.36.

nessas circunstâncias que os agentes começaram uma política de destruição de documentos. Como aponta o autor, a partir de 4 de dezembro do mesmo ano, os agentes imputaram que a documentação produzida teria validade e que “[...] a avaliação da ‘utilidade’ [do documento] era feita com base na subjetividade e de acordo com os interesses do próprio agente responsável que, no caso, eram adotados pelos vice-chefes da AC”.¹⁸² Segundo Rodrigues (2020), um terço da documentação pode ter sido destruída com justificativa “técnica”, mas foi uma verdadeira queima de arquivo. Então, desde 1978, os agentes se preparam para uma possível abertura política e divulgação das informações que poderiam responsabilizá-los pelos atos cometidos na ditadura.

Os documentos citados possuem um cabeçalho onde é possível identificar um campo de inserção dessa data de validade. A data de validade fazia parte desse esquema de destruição de arquivos, onde chegada a data final era feita uma nova avaliação para decidir se o arquivo continuava a existir ou se era destruído, segundo consta no manual SARDI, de 1978. Entretanto, cabe destacar que esses documentos foram feitos posteriormente à ditadura e apenas uma avaliação apurada pode apontar quando, especificamente, esse padrão começou a ser utilizado.

Mesmo com as tentativas de interferências para modificações do texto constitucional e para a manutenção do sigilo da documentação, os agentes escreveram mais uma vez sobre as derrotas sofridas:

A inserção de ressalvas ao instituto do “habeas-data”, já tentada, agora não cabe, uma vez que o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não mais o permite. Poder-se-ia tentar aprovação de emenda que alegasse contradição ou pretendesse correção de linguagem entre os dois incisos (enquanto um concede sem restrições, outro ressalva a segurança da sociedade e do Estado), mas esta tentativa apresenta risco: o de destacar emenda suprimindo a ressalva existente, que certamente a esquerda apresentará. A simples supressão do “habeas-data”, por outro lado, a menos que o Poder Executivo exerça pressões intensas junto aos parlamentares que o apoiam, não tem qualquer possibilidade de êxito.¹⁸³

Como explica Costa (1998), durante o processo constituinte, os militares sofreram duas derrotas consideradas inesperadas. A primeira, foi a conquista do *habeas data* e a segunda, a inclusão dos militares no mesmo nível de remuneração dos servidores públicos.

Os agentes voltaram a falar do *habeas data*, citando as sugestões dos constituintes, pela ampliação desse direito aos estrangeiros, com os nomes de José Ignácio Ferreira (PMDB/ES), Alécio Dias (PFL/AC) e Mário Covas (PSDB/SP) sendo apontados como os

¹⁸²RODRIGUES, 2020. p. 37.

¹⁸³ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066873.

parlamentares que estavam propondo emendas desse caráter. Ainda, acrescentaram que “a aprovação das emendas permitirá que estrangeiros residentes no país sejam beneficiários do habeas-data, o que, por motivos óbvios, não é conveniente para este órgão.”¹⁸⁴

Eles concluíram que:

A menos que o Poder Executivo resolva empregar seus meios e exercer o poder de pressão de que dispõe, a probabilidade de melhorar o texto constitucional apresenta-se nula. Há, isto sim, que ficar-se atento para que o que até agora foi obtido de favorável não venha a ser perdido. Particularmente, deve-se alertar as lideranças do Governo para que dispositivos que nos são caros, como a ressalva do inciso XXXIV, do Art. 5º, não sejam sacrificados em troca da supressão da licença-paternidade, por exemplo, num tipo de barganha que já nos prejudicou em fases anteriores. [...] o Presidente da Mesa, ULYSSES GUIMARÃES, fará todo o empenho para que o processo de votação do segundo turno se realize no menor espaço de tempo possível. Para isso, a exemplo do que ocorreu no primeiro turno, serão estimulados os acordos de lideranças (será admitida a votação simbólica de emendas que corrijam omissões, erros ou contradições). Pode-se, assim, inferir que neste segundo turno os acordos entre os líderes terão maior peso específico, inclusive porque a afluência de parlamentares será menor, diante das campanhas eleitorais que se iniciam em todos os municípios brasileiros. Essas considerações evidenciam que neste segundo turno serão menos eficientes as ações de “lobby” sobre parlamentares comuns, enquanto a cooptação de lideranças assume significado especial para o êxito de qualquer tentativa de aperfeiçoar o texto constitucional.¹⁸⁵

Os direitos aqui tratados dizem sobre os direitos humanos e foram infringidos diretamente pela prática do órgão, com o levantamento de dados e outras atividades ilícitas feitas na ditadura e durante o início da Nova República. Como foi apresentado no documento elaborado pelos agentes, eles tentaram interferir diretamente em assuntos de interesse do órgão porque a legalidade imposta pela Constituição e a nova ordem democrática fariam com que as maneiras de atuação de um órgão de informações mudassem.

Apesar de a articulação promovida por eles ter tido êxito, quando escreveram “há, isto sim, que ficar-se atento para o que até agora foi obtido de favorável não venha a ser perdido”, há o entendimento da derrota. A partir disso, pode-se dizer que as derrotas sofridas foram resultado das forças atuantes no campo político, fruto da mobilização popular e da ação de atores do campo, que defenderam a democracia e foram os responsáveis por frear esses sujeitos e suas ideias no processo de transição política. Por meio das análises apresentadas, entende-se o controle do processo como decorrente da mobilização do campo das direitas através da articulação dos militares com políticos conservadores. Foi dessa maneira que certos autoritarismos avançaram para a Nova República. Ao mesmo tempo, esse controle sofreu com

¹⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.90073765.

¹⁸⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066873.

a mobilização popular do período e daqueles parlamentares progressistas que defenderam uma democracia sem os resquícios da ditadura e, porque não, de parlamentares da direita, que por serem políticos profissionais não concordavam com a interferência das Forças Armadas em seus trabalhos.

A análise dos documentos evidencia que houve uma influência dos agentes na redação do texto da Constituição, posto que alguns dos dispositivos constitucionais em destaque foram suprimidos ou modificados a partir da articulação promovida com os parlamentares. Além disso, os dispositivos escolhidos demonstram a defesa desses atores em continuar com a violação dos direitos humanos. Por outro lado, outras interferências não surtiram efeito. Na realidade, nem todas as propostas dos agentes foram incluídas. Esses acontecimentos fizeram parte das disputas em torno do texto constitucional e demonstram uma contradição em relação ao discurso dos militares sobre a totalidade de suas conquistas na Constituição.

3. CONSTITUINTE VIGIADA: OS TRABALHOS PARLAMENTARES E O RADAR DA VIGILÂNCIA

A “extinção” do SNI é uma das teses defendidas por todas as organizações comunistas atuantes no País, inclusive por alguns “democratas” que, por uma razão ou outra, se consideram prejudicados pelo órgão, ou, por próprio desconhecimento, consideram a instituição desnecessária.¹⁸⁶

O presente capítulo tem como objetivo analisar os trabalhos parlamentares de políticos contrários à manutenção do SNI, bem como a vigilância promovida sobre esses atores que discutiram os interesses e destino do órgão. Como o SNI apareceu no Congresso? Quem foram os parlamentares que discutiram o tema? Como a Constituinte chegou ao SNI? Como a vigilância foi feita no regime democrático?

A criação do SNI e a atuação de seus agentes foi direcionada para a repressão política na ditadura militar. Mas, o início de uma Nova República trazia um contexto político diferente, com liberdade, o retorno dos direitos políticos e civis e o funcionamento das instituições, conforme o regime liberal-democrático. Nesse sentido, é preciso entender as relações entre serviços de inteligência e democracia. O cientista político Marco Cepik e Christiano Ambros (2009) discorrem que:

Como se sabe, a função primordial do estado de direito é promover o interesse público, o bem-estar da população e a segurança dos cidadãos. No que se refere à segurança, os serviços de inteligência são parte essencial, juntamente com as forças armadas, as polícias e a diplomacia, do aparato burocrático de qualquer Estado soberano que pretenda ter autonomia no cenário internacional. Estados com regimes políticos democráticos não são exceção a essa necessidade, no sentido de que não podem prescindir desse tipo de capacidade e poder. Os sistemas de inteligência são, portanto, uma realidade concreta na máquina governamental contemporânea, necessários para a manutenção do poder e da capacidade estatal. Entretanto, representam também uma fonte permanente de risco. Se, por um lado, são úteis para que o Estado compreenda seu ambiente e seja capaz de avaliar atuais ou potenciais adversários, podem, por outro, se tornar ameaçadores e perigosos para os próprios cidadãos se forem pouco regulados e controlados.¹⁸⁷

Ponto já elencado, existem contradições na operação das atividades de informações em uma democracia. Dessa forma, como os autores dissertam, apesar de o regime liberal-democrático exigir que países tenham serviços de inteligência, esses órgãos precisam ser regulamentados por outras instâncias de poder para que não atuem como uma força de segurança paralela.

¹⁸⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8 MIC GNG, AAA. 86058282.

¹⁸⁷ CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. Os Serviços de Inteligência no Brasil. *Ciência Hoje*, v. 45, p. 28-33, 2009. p.30.

Afirmam Cepik e Ambros (2009) que a tarefa desempenhada por serviços de inteligência em democracias é “a coleta e análise de informações sobre temas, indivíduos e organizações relevantes para os processos decisórios nas áreas de política externa, política de defesa nacional e manutenção de ordem pública.”¹⁸⁸ Entretanto,

Por causa da natureza ofensiva e defensiva das atividades dos serviços de inteligência na área das informações, pode-se dizer que essas organizações fazem parte do aparato coercitivo dos Estados contemporâneos, juntamente com as forças armadas e as polícias.¹⁸⁹

De acordo com Cepik (2003), a formação dos serviços secretos está atrelada ao desenvolvimento dos Estados Modernos, principalmente a partir do século XIX, com o interesse dos governantes em garantir a vitória em guerras e concorrer com outros governantes. A implementação desses aparatos era ao mesmo tempo para formulação de estratégias de guerra e a dominação de territórios e populações:

Nesse sentido, os serviços de inteligência modernos teriam surgido com uma dupla face, informacional e coercitiva a um só tempo. Essa dupla natureza (informacional e coercitiva) caracteriza ainda hoje os sistemas nacionais de inteligência existentes.¹⁹⁰

No que tange o SNI, a compreensão dessa afirmativa fica explícita, visto que o órgão produziu suas informações para a repressão. Sobre a sua continuidade no período da Constituinte, Priscila Antunes concluiu que:

[...] Procurou-se, de certa forma, compatibilizar a estrutura do SNI com a nova realidade internacional. Não se pode afirmar que houve um corte no que estava sendo feito [...] e nem apurar com rigor as mudanças dentro do SNI [...].¹⁹¹

A historiadora acrescenta sua desconfiança em relação às possíveis mudanças na atuação do órgão no início da Nova República, que na época não poderiam ser confirmadas pelo problema de acesso a fontes. Com base nas proposições expostas no trabalho, observou-se que os eventos políticos do período continuaram a ser interpretados pela DSN, onde, por isso, eles justificaram a continuidade da operação de vigilância. Apesar disso, a repressão não poderia ser exercida da mesma forma por conta das liberdades democráticas, mostrando que mudanças atravessaram o caminho dessas permanências.

Como expõe o cientista político Luis Felipe Miguel:

¹⁸⁸CEPIK E AMBROS, 2009. p. 30.

¹⁸⁹CEPIK E AMBROS, 2009. p. 31.

¹⁹⁰CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 89.

¹⁹¹ANTUNES, 2002. p. 64.

A seletividade nada disfarçada da polícia e das instituições próximas do aparelho repressivo de Estado (judiciário, sistema prisional) sempre foram a faceta mais visível dos limites do ordenamento democrático no Brasil - a fronteira para além da qual o Estado de direito e igualdade perante a lei se revelam com ficções sem fundamento no real.¹⁹²

Ainda, segundo o autor, “a transição democrática não se estendeu ao campo da segurança pública”.¹⁹³ Para ele, as esquerdas do momento deixaram de lado a discussão em torno da segurança e fizeram discursos abrangentes quando tocaram no assunto. Essa visão do autor se estende a questões referentes às Forças Armadas.

As análises sobre a vigilância apresentam os paradoxos constitutivos da atividade desde sua formação nas democracias contemporâneas. O momento da constituinte foi marcado por limitações, principalmente, em assuntos envolvendo a segurança pública e as Forças Armadas. Como explica Pilatti (2020), houve uma estratégia entre os constituintes para que áreas de políticas sociais ficassem em mãos de parlamentares progressistas, fazendo com que eles estivessem fora de outras pastas. Essas manobras fizeram e fazem parte do jogo político desenhado nas democracias liberais. Nesse sentido, o desenvolvimento dos trabalhos parlamentares foi parte desse processo que envolveu estratégias políticas dos progressistas e dos conservadores para garantir a inserção de suas pautas no texto constitucional. Por isso mesmo, os agentes permaneceram vigilantes nas atividades desses grupos que debateram tanto questões da atividade de informações, quanto sobre o destino das Forças Armadas.

3.1 O SNI no Congresso: propostas e debates pela extinção

Pela análise do jornalista Lucas Figueiredo (2005), a Constituinte sofreu mais com os impasses travados pelo campo conservador do que com as interferências dos setores progressistas:

A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada sob controle numérico absoluto de um grupo de parlamentares autodenominado Centrão - massa conservadora e, em boa parte, ávida para ser manipulada em troca de favores políticos ou pecuniários. Os partidos de esquerda, por sua vez, haviam conquistado menos de um décimo das 559 cadeiras e dificilmente conseguiriam aprovar suas propostas sem negociá-las com os conservadores. Prometiam, no entanto, fazer barulho.¹⁹⁴

O barulho indicado foi feito pelo deputado Eduardo Bonfim (PCdoB-AL) que propôs um projeto pela extinção do SNI. Como afirma o jornalista, isso não espantou os agentes, nem as Forças Armadas, que promoveram ações para que “propostas indesejadas fossem abatidas

¹⁹²MIGUEL, Luis Felipe. O arranjo de 1988 e seus limites. In: _____. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p.128.

¹⁹³SOARES, 2020. p. 25 *apud* MIGUEL, 2022. p.128.

¹⁹⁴FIGUEIREDO, 200. p. 398.

em momento oportuno.”¹⁹⁵ Para ele, a estratégia apresentada pelos militares foi um sucesso e a emenda do deputado, bem como outras dez propostas, tiveram o mesmo destino: a rejeição.

Figueiredo (2005) cita que mais dez projetos com o tema da extinção foram derrotados nas discussões da ANC. O autor aborda que “com exceção do (limitado) *habeas data*, a oitava Constituição do país, com seus 315 artigos, tinha ignorado um dos maiores ‘entulhos autoritários’ da ditadura.”¹⁹⁶ Como demonstrei no capítulo anterior, os agentes do SNI articularam com os parlamentares conservadores nos dispositivos constitucionais que poderiam impactar as atividades do órgão. Por outro lado, parlamentares do campo progressista desenvolveram emendas e debates em torno do tema e pediram a extinção do SNI nas Disposições Transitórias, além de denunciarem os crimes da ditadura.

Na organização dos trabalhos parlamentares, a Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (IV-B), parte da Comissão IV “Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições”, realizaria as discussões sobre assuntos intimamente relacionados às atividades do SNI. Dela, saíram as propostas em torno de tópicos, como: segurança nacional, defesa e a própria destinação das Forças Armadas. Os temas envoltos na subcomissão estavam diretamente ligados às modificações que pudessem afetar o suporte para a produção de informações desenvolvido na atividade, como a Doutrina de Segurança Nacional. A composição da subcomissão, sem os suplentes, segue na tabela abaixo:

Tabela 4 - Composição da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança

POSIÇÃO	PARLAMENTAR
Presidente	José Tavares (PMDB-PR)
1º Vice-Presidente	Raimundo Lira (PMDB-PB)
2º Vice-Presidente	Daso Coimbra (PMDB-RJ)
Relator	Ricardo Fiúza (PFL-PE)
Titulares do PMDB	Iran Saraiva; Raimundo Lira; Antônio Perosa; Arnaldo Martins; Asdrubal Bentes; Carlos Benevides; Daso Coimbra; Hélio Rosas; José Tavares; Ralph Biasi; Roberto Brant
Titulares do PFL	Sadie Hauache; Ézio Ferreira; Ricardo Fiuza; Ricardo Izar
Titular do PDS	Telmo Kirst

¹⁹⁵FIGUEIREDO, 2005. p. 399.

¹⁹⁶FIGUEIREDO, 2005. p. 401.

POSIÇÃO	PARLAMENTAR
Titular do PDT	César Maia
Titular do PTB	Ottomar Pinto
Titular do PT	José Genoíno

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

Durante os trabalhos,

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança realizou treze (13) sessões ordinárias ou extraordinárias. Durante essas sessões, além de outras atividades relacionadas com os seus trabalhos de âmbito interno, os Constituintes participaram de palestras, conferências e debates, totalizando mais de quarenta e duas horas de atendimento, distribuídas em oito (8) audiências públicas [...].¹⁹⁷

Essas audiências públicas supracitadas foram feitas com entidades e personalidades, como: a ESG, o Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP-SP, a Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Nacional de Delegados de Polícia do Brasil, Polícias Militares, Conselho de Segurança Nacional, General de Exército R-1 Euler Bentes Monteiro, General de Brigada Oswaldo Pereira Gomes, Estado-Maior das Forças Armadas com o General de Brigada Roberto Pacífico Barbosa, o Contra-Almirante Sergio Tasso Vásquez de Aquino e o Major-Brigadeiro Sidney Obino Azambuja, além da Polícia Federal.¹⁹⁸ Nesse sentido, é possível identificar quem foram os atores envolvidos nas discussões sobre segurança, defesa do Estado e o papel constitucional das Forças Armadas, como militares, policiais e estudiosos do tema, além dos políticos, os quais foram de encontro a essas personalidades e entidades para estudarem propostas a serem apresentadas no Congresso.

Segundo Adriano Pilatti (2020), a formação das Subcomissões e Comissões foi feita a partir de um grande acordo protagonizado pelo parlamentar Mário Covas (PMDB-SP). Assim, Covas conseguiu agradar a ala progressista do PMDB que ficou com “[...] 12 das 24 Presidências da Subcomissões e, igualmente, 12 das 24 relatorias daqueles foros.”¹⁹⁹ Além disso:

[...] Em quatro delas os progressistas tinham poderes de direção e de agenda
[...] Em oito não tinham poder de direção, mas tinham poder de agenda [...]

¹⁹⁷BRASIL. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e das Instituições: Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança. Anteprojeto. *Assembleia Nacional Constituinte*, v. 132, 1987. p. 3. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-132.pdf>

¹⁹⁸Ibid.

¹⁹⁹PILATTI, 2020. p.75.

Em outras oito tinham poder de direção, mas não tinham poder de agenda [...] Em quatro não tinham poder de direção e nem de agenda [...].²⁰⁰

Para o autor, essa estrutura possibilitou uma organização do campo progressista que, por ser minoritário, não conseguiria passar projetos formando a maioria nas votações. Explica Pilatti (2020) que a formação de maiorias na votação também não ocorreu no campo conservador. Destarte, essa organização na fase das Subcomissões Temáticas possibilitou que diversos textos do campo progressista fossem inseridos nos anteprojetos e chegassem na fase da votação no plenário. Porém, conforme o autor cita, uma das subcomissões onde a ala progressista não tinha poderes de direção e nem de agenda era, justamente, a de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

As Subcomissões tinham até junho de 1987 para apresentarem seus anteprojetos. No dia 12 de maio de 1987, foi entregue formalmente o anteprojeto elaborado pelo relator da subcomissão citada. Nessa primeira versão apresentada, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou seu Projeto de Constituição com uma proposição pela “extinção do SNI e das polícias militares estaduais”.²⁰¹ No mesmo anteprojeto apareceu a sugestão do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) que propôs “a extinção do Conselho de Segurança Nacional e SNI”²⁰² e de Gonzaga Patriota (PMDB-PE), com a sugestão “[...] extinção do Serviço Nacional de Informações - SNI, além de revogar a Lei de Segurança Nacional”.²⁰³

Em 22 de maio do mesmo ano, a Câmara Municipal de São José dos Campos - SP, tendo como titular Jairo Pintos (PSB-SP), enviou uma sugestão para a Comissão propondo “uma reformulação das Forças Armadas e a extinção do SNI [...]”.²⁰⁴ Essa sugestão demonstra a feitura de uma organização na cidade, utilizando da ferramenta de participação disponível para demandar sobre assuntos referentes às questões militares. Nesse sentido, existiu uma estratégia do uso desse canal oficial para se representar enquanto uma entidade política e assim, demonstrar como o assunto estava sendo tratado pela população de São José dos Campos e pela classe política da cidade. Dessa forma, ele possivelmente seria tratado pelos parlamentares constituintes com mais rigor ou atenção. Os canais de participação serviram como estratégia e instrumentos de cidadania, mostra Maria Helena Versiani (2013).

²⁰⁰PILATTI, 2020. p.75.

²⁰¹BRASIL. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e das Instituições: Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança. Anteprojeto. *Assembleia Nacional Constituinte*, v. 132, 1987. p. 3. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-132.pdf>.

²⁰²Ibid.

²⁰³Ibid.

²⁰⁴CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Sugestão: 01853. *Assembleia Nacional Constituinte*, 1987. Disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/apem/data/data/SGCO/1850.html>

Em junho de 1987, os deputados e deputadas da Comissão IV elaboraram emendas às propostas das subcomissões. A deputada Lídice da Mata (PCdoB-BA) apresentou uma emenda que consistia em:

Inclua-se nas disposições transitórias o seguinte artigo: ‘É extinto o Serviço Nacional de Informações’. [...] A documentação e os cadastros de informação serão transferidos ao Ministério da Justiça, garantido, aos interessados, o acesso à consulta sempre que solicitado.²⁰⁵

A uma emenda era para uma elaboração de texto em forma de lei com o pedido de extinção do órgão, com a pretensão de ser alocado nas disposições transitórias. Para apresentar a emenda foi necessário incluir uma justificativa:

O Serviço Nacional de Informações tem atuado como um super poder político e policial no País, isso não pode continuar ocorrendo num regime democrático. O SNI estende seus tentáculos sobre toda a sociedade, policiando, vigiando e controlando os cidadãos. A sua extinção é uma exigência da sociedade para pôr um fim ao militarismo ainda existente no País.²⁰⁶

Essa justificativa apresentada demonstrava como o SNI estava sendo discutido pelos parlamentares considerados do campo progressista, nesse caso pela parlamentar representando o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esboçando as contradições das atividades com um regime democrático, ponto este de discussão também de outros políticos. Os estudiosos do tema colocam os paradoxos envoltos entre as atividades de informações e a democracia, por conta de contradições existentes pelo direito à privacidade. Sendo assim, a deputada salientou a importância de extinguir esse grande aparato formulado na ditadura militar que continuava com práticas antigas em exercício. Além disso, denunciava a permanência de atores militares interferindo em questões da política nacional, o que não deveria mais ser aceito no novo regime.

O texto apresentado pela deputada Lídice da Mata parece ter servido de base para as emendas propostas por outros parlamentares durante a etapa da Comissão de Sistematização, durante as fases de Emendas de Plenário e Populares, assim como de Emendas ao Primeiro Substitutivo, pois as redações ficaram muito similares. Os parlamentares que propuseram emendas desse caráter foram: Haroldo Lima (PCdoB-BA), Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), Waldyr Pugliesi (PMDB-PR) e Aldo Arantes (PCdoB-GO). Ao todo foram cinco emendas propostas pelos deputados e deputada citados, sendo duas do parlamentar Haroldo Lima, com textos de mesmo teor, pedindo a extinção do SNI. Todas essas emendas foram rejeitadas. O

²⁰⁵BRASIL. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e das Instituições: Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança. Emendas. *Assembleia Nacional Constituinte*, v. 120, 1987. p. 47. Disponível em: [vol-120.pdf \(camara.leg.br\)](http://vol-120.pdf.camara.leg.br).

²⁰⁶Ibid.

argumento para a rejeição das emendas foi praticamente o mesmo, um Estado mesmo em regime democrático, precisava de um órgão de informações:

Não se pode olvidar que todos os países democráticos possuem seus órgãos de informações. Não se discute aqui o mérito específico do SNI. Discute-se a existência de um organismo de informações para as tarefas do Estado. Estamos convencidos de que a nova Carta Magna, por si só, ensejará radical reformulação na atividade-fim do SNI.²⁰⁷

De fato, como foi visto no capítulo anterior, diversos dispositivos legais modificaram pontos, como direito à privacidade e acesso à informação e poderiam impactar diretamente como se daria a atividade de informações. Mas, essas mudanças não foram suficientes para adotar a palavra “radical”, como veremos a seguir.

Mesmo sem poder de influência na referida subcomissão, examina-se que os constituintes elaboraram sugestões sobre a extinção do SNI nessa fase da Constituinte. Ainda que tivessem sido derrotados, Pilatti (2020) afirma que a virada do jogo foi dada na reforma regimental feita antes de iniciarem as votações em plenário. Como analisa o autor, os progressistas conseguiram passar diversas propostas até a etapa da Comissão de Sistematização, o que não agradou os conservadores. Nesse sentido, houve uma organização dos conservadores para alteração do regimento, o que ainda não garantiu a maioria absoluta para as votações. Além disso, o autor comenta a coesão interna por parte da ala progressista que resultou em saldos positivos para diversos outros assuntos na votação do primeiro turno, “destruindo o mito da autossuficiência do Centrão”.²⁰⁸ Entretanto, esse não foi o caso do SNI.

Apesar disso, o tema continuou sendo ponto de debate dos parlamentares nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte. Em 8 de abril de 1987, na ata da sessão, apareceram as sugestões dos parlamentares do PCdoB em relação ao órgão. Os deputados Haroldo Lima e Aldo Arantes discursaram na sessão colocando suas pautas sobre o SNI e assuntos envolvendo as Forças Armadas. Haroldo Lima introduziu sua fala apontando que a bancada do partido faria apresentações de sugestões sobre esse tema em específico no dia. O parlamentar discorreu sobre as mudanças constitucionais ao longo da história do Brasil em torno das questões das Forças Armadas, reforçando a necessidade de incluir na Constituição propostas para alterar a finalidade da instituição por conta do seu passado autoritário. Sobre o SNI em específico disse:

O Serviço Nacional de Informações é outro organismo errado sob a égide do ‘inimigo interno’ a ser espionado. Carrega o peso de uma instituição que praticou torturas e se envolveu em crimes e negociatas. Sua função hoje é

²⁰⁷ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emenda: 31435. *Assembleia Nacional Constituinte*, 1987. Disponível em: [EMENDA:31435 REJEITADA \(senado.gov.br\)](https://www.senado.gov.br/emendas/31435)

²⁰⁸ PILATTI, 2020. p. 283.

completamente estapafúrdia, intrometendo-se por entre greves e planos de reforma agrária. O seu chefe é um potentado da Nova República.²⁰⁹

No mesmo dia, o deputado Aldo Arantes expôs a opinião do partido em relação a volta do regime democrático com os resquícios autoritários da ditadura: “o PCdoB considera que o País não conseguirá consolidar o processo democrático sem a criação de mecanismos que impeçam a influência do militarismo na vida política do brasileiro.”²¹⁰ O parlamentar manifestava sua ideia sobre as permanências de mecanismos autoritários como limitantes para o exercício democrático e da cidadania, assim como a interferência dos militares na política nacional. O discurso sobre a segurança nacional envolveu os elementos da DSN, a criação dos “inimigos internos”, como eram considerados os movimentos populares, e em como essa ideia norteou a produção das informações do aparato repressivo. Nesse sentido, defendeu que as propostas da bancada do partido eram:

[...] Que as Forças Armadas se dediquem exclusivamente à segurança do País contra as agressões externas; que fique vedado às Forças Armadas se envolver em conflitos internos, papel esse reservado às polícias; que para garantir a democracia no processo de escolha no 10º escalão dos oficiais gerais, sua nomeação dependerá de autorização do Congresso; fica criado o Ministério da Defesa, a ser ocupado por um civil ou militar, englobando os atuais ministérios militares; fica extinto o SNI.²¹¹

Essas discussões demonstram a organização por parte da ala progressista, com a finalidade de debater assuntos referentes aos grupos e as funções daqueles atores que atuaram na ditadura militar, em específico, os militares e os agentes da comunidade de informações. Grupos esses que estavam ligados aos crimes cometidos pelo governo militar no período ditatorial. O cientista político Luis Felipe Miguel (2022) argumenta, por outro lado, que esses pontos foram menosprezados pelas esquerdas na Constituinte, o que não parece ter sido o caso.

Se por um lado os pareceres de rejeição indicavam a necessidade de existência de um órgão de informações, o que para os agentes justificava a continuidade do SNI, por outro, as discussões parlamentares mostraram iniciativas para modificações nesse aparelho. O deputado Aldo Arantes, por exemplo, ressaltou a importância da desmilitarização na segurança interna. A questão sobre a segurança interna esteve presente em inúmeros documentos feitos pelos agentes nesse período para justificarem a continuidade de sua atuação. Nesse sentido, ao passo que os deputados pediam a extinção do SNI, também apresentavam suas ideias sobre como a área da segurança, com seus aparelhos, deveria estar desmilitarizada na democracia,

²⁰⁹BRASIL. Sessão 47ª da Assembleia Nacional Constituinte de 8 de abril de 1987. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, DF, 1987. p.1180.

²¹⁰BRASIL. Sessão 47ª da Assembleia Nacional Constituinte de 8 de abril de 1987, 1987. p. 1201

²¹¹Ibid.

pois a presença dos militares nesses espaços mantinha em vigência autoritarismos que retiram o conteúdo de cidadania intrínseco ao ambiente democrático. E ainda, colocavam um papel para as Forças Armadas.

Durante os meses de abril a junho, outros parlamentares discursaram sobre questões relativas às Forças Armadas. Um deles, o deputado Hermes Zaneti (PMDB-RS), ressaltou a importância da limitação dos poderes do SNI e a junção dos ministérios correspondentes às Forças Armadas em um único, o Ministério da Defesa. O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) acrescentou os mesmos aspectos sobre a desmilitarização e a necessidade de extinção do órgão, o que demonstra como o assunto estava sendo discutido por uma ala do PMDB.

Em 4 de novembro de 1987, na 162ª sessão, Haroldo Lima (PCdoB-BA) utilizou uma reportagem da coluna Radar da revista *Veja* durante seu tempo de fala. A matéria referia-se a um representante da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) que teria entrado na mira do SNI, por supostamente distribuir manuais de sabotagens para membros da CUT e do PCdoB. O parlamentar classificou a notícia como mentirosa e reforçou o histórico de perseguição promovido pelos agentes da vigilância contra as organizações de esquerda. Essa reportagem, bem como a fala do deputado, esmiúçam elementos importantes no que se refere à continuidade da atuação dos agentes em vigiar os seus “inimigos internos”, incluindo a permanência da DSN como suporte ideológico para a produção de informações e o conhecimento, por parte dos parlamentares e da população, da permanência dessas práticas. É preciso também destacar esse espaço de denúncia como possível por conta da democracia. As mudanças decorrentes da volta da democracia também foram evidenciadas nas entrevistas concedidas pelo chefe do SNI, uma atitude que não era necessária em um contexto autoritário. Essas possibilidades são fundamentais para o espaço democrático e não podem passar despercebidas em sua relevância como pontos de mudanças no período.

Em 11 de agosto de 1987, o deputado José Genoino Neto (PT-SP) denunciou o envolvimento do SNI nos casos de tortura da Argentina. Em seu pronunciamento, pediu para que ficasse registrado nos anais a reportagem publicada na revista *Senhor* com o título “*Comprovado: SNI trabalhou com a tortura Argentina*”, que foi lida por ele e reproduzida na ata da sessão. A matéria afirmava que agentes brasileiros atuaram em Buenos Aires e estariam envolvidos na morte de Tenório Jr, músico brasileiro, morto na Escola da Armada. Além de Tenório Jr, havia outros brasileiros exilados na Argentina que foram desaparecidos e quem revelou esses crimes foi o militar argentino Claudio Vallejos. Pelos documentos concedidos pelo militar, foi possível identificar os agentes brasileiros envolvidos nas torturas e assassinatos, e com o pedido do deputado, esses nomes ficaram registrados, com seus

codinomes e posições dentro do órgão.²¹² Ao colocar esse registro, José Genonino denunciava os agentes do SNI com uma questão extremamente importante e sensível como foram os casos de tortura, morte e desaparecimento de brasileiros e brasileiras. O espaço democrático possibilitou esse tipo de denúncia e registro. O parlamentar, em questão, foi um sujeito político importante nas discussões sobre assuntos das Forças Armadas, serviços de informações, pregando a extinção do órgão e das ASIs e DSIs. Além de ser um dos poucos do campo progressista a ocupar um lugar na subcomissão de defesa.

Os deputados Paulo Delgado (PT-MG) e Renan Calheiros (PMDB-AL) também utilizaram o plenário para denunciarem a conduta do SNI como incompatível com um regime democrático. Em 7 de janeiro de 1988, Paulo Delgado denunciou que os agentes grampearam telefones e fiscalizaram contas da Secretaria de Planejamento e Coordenação, do Ministério do Planejamento. Em 20 de fevereiro, Renan Calheiros mencionou o episódio envolvendo o ministro-chefe do SNI e o governador Fernando Collor, no qual o general teria se recusado a encontrar o governador. Ele completou sua fala sobre a recusa dizendo que “[...] o General teria que se submeter ao diálogo”²¹³ e chamou os dossiês do SNI de “focacas com carimbo de sigiloso, de perjúria barata, de brincadeira de espionagem”.²¹⁴ Disse também que o chefe do SNI e o órgão eram:

Isentos por lei de fornecer informações, [...] Mas ele não está isento perante milhões de cidadãos deste País que querem uma resposta sobre este retorno aos tempos da ditadura, e que vão cobrá-la nas urnas, votando um novo Presidente e exigindo o fim do entulho autoritário.²¹⁵

Para Bourdieu (2011), a análise de um discurso político requer a compreensão de sua construção em âmbito relacional. Isso significa que um discurso político é feito a partir da alteridade, na relação entre políticos profissionais e pessoas fora desse campo, existindo concorrência em forma de pressões e demandas. Assim, um discurso político só tem “sentido relacionalmente, na diferença e pela diferença [...]”.²¹⁶ Um discurso político sobretudo coloca uma posição como legítima, já que ela é legitimada pelos atores do campo: “[...] a passagem

²¹²Nomes dos agentes transcritos no Diário: 1) Souza Baptista - Major - Chefe GP, Código 001, Letra F. Nome em código: Trucha. 2) Vieira Baptista - Major - 2º Chefe, Código 002. Letra M. Nome em código: Rayo. 3) Lagos, Mário - Capitão - Ugação. Código 003. Letra C. Nome em código: Espina. 4) Vizcintí, Luiz - Capitão - Código 004. Letra P. Nome em código: _ Pato. 5) Barreto, Carlos-Agente-Código: 108. Letra R. Nome em código: Rata. 6) Castro, Marcelo - Agente - Código: 112. Letra Q. Nome em código: Puma. 7) Guimarães, Enrique - Agente - Código: 115. Letra T. Nome em código: Luz. BRASIL. Ata da 131ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, 11 de agosto de 1987. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, DF, 1987. p. 4212.

²¹³BRASIL. Ata da 203ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte em 20 de fevereiro de 1988. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, DF, 1988. p. 7386.

²¹⁴Ibid.

²¹⁵Ibid.

²¹⁶BOURDIEU, 2011. p.172.

do implícito ao explícito, da impressão subjetiva a objetiva, a manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição [...].”²¹⁷ Desta maneira, as falas dos deputados mostraram as disputas de poder para influenciar mecanismos de controle do Estado, disputas entre os políticos civis e os militares. A desqualificação promovida por Renan Calheiros na conduta de um militar demonstra a sua visão sobre os militares. Ao rejeitarem o diálogo, os militares não exercem o básico de um comportamento democrático, por conseguinte, não conseguem se adequar à democracia. Somado a isso, as denúncias em relação a continuidade de vigilância promovida pelo SNI no Congresso dizem sobre a resistência dos parlamentares à interferência dos militares no campo político. O que significa dizer que um aparelho do Estado, como um serviço de inteligência, não funcionaria corretamente em uma democracia se continuasse submetido ao comando dos militares.

Lucas Figueiredo (2005) afirmou que “o primeiro rojão da esquerda foi lançado pelo deputado Eduardo Bonfim, do PCdoB.”²¹⁸ Porém, como foi demonstrado, desde o início dos trabalhos da Constituinte os parlamentares discutiram e propuseram emendas ao Congresso com questões que englobavam tanto o SNI e assuntos relacionados à comunidade de informações, quanto das Forças Armadas. O dia da votação da emenda de Eduardo Bonfim foi 28 de junho de 1988, um dia que começou com um quórum baixo, segundo consta no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Foram muitos textos votados no dia e a sessão não pareceu ter sido tumultuada, como em outras de assuntos polêmicos.

A emenda proposta tinha a mesma redação, acrescida de outros pontos, da primeira sugestão indicada pela parlamentar, e do mesmo partido, Lídice da Mata. Segue a emenda proposta pelo deputado:

Art. É extinto o Serviço Nacional de Informações, com a transferência para o Ministério da Justiça da documentação e cadastros de informações do órgão, garantido, aos interessados, o acesso à consulta sempre que solicitado. § 1º Fica revogada a Lei nº 7.170/83 (Lei de Segurança Nacional); § 2º O Estado fica obrigado a divulgar, no prazo máximo de 90 dias, todas as informações e documentos relativos à operações policiais e militares, de caráter repressivo contra movimentos políticos e populares, ocorridas entre março de 1964 até a promulgação desta Constituição; § 3º Todos os decretos secretos ou reservados editados sob a vigência da Constituição de 24 de janeiro de 1967 deverão ser publicados imediatamente após a promulgação desta Constituição.²¹⁹

Ulysses Guimarães (PMDB-SP) iniciou a votação da matéria e o deputado Eduardo Bonfim argumentou a importância da aprovação da emenda:

²¹⁷BOURDIEU, 2011. p. 165.

²¹⁸FIGUEIREDO, 2005. p. 398.

²¹⁹BRASIL. *Ata da 296ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte*, em 28 de junho de 1988. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Brasília, DF, 1988. p.11682.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes sei muito bem que este nosso destaque, que esta nossa emenda da bancada do Partido Comunista do Brasil encontra resistência e é tida por alguns, inclusive, como temerária [...] Não haverá democratização efetiva neste País se não extingirmos o Serviço Nacional de Informações. E, uma referência sobre esse Serviço: alegam, contra a extinção do Serviço Nacional de Informações, que nenhum país pode prescindir de um serviço de inteligência. Isto é verdade e nós sabemos; nós, comunistas, também defendemos serviços de inteligência, mas, Sr. Presidente, há uma diferença muito grande entre serviço de inteligência e serviço de perseguição política e delação, que é a história do Serviço Nacional de Informações [...]²²⁰

Mais uma vez, é possível constatar como núcleos de esquerda pregavam a extinção do SNI ao mesmo tempo em que elaboravam suas ideias sobre a construção de um serviço de inteligência concebido fora dos moldes autoritários da ditadura militar.

Uma outra questão mencionada é sobre o acesso aos arquivos da ditadura, com a obrigatoriedade do Estado em divulgar informações e documentos sobre a repressão política a serem repassados para o Ministério da Justiça. Além disso, direcionava para publicação de todos os decretos secretos ou reservados editados na ditadura. Como foi visto anteriormente, os agentes articularam para modificarem trechos constitucionais em questões, como a privacidade e o direito à informação. Então, a manutenção de uma legislação que não operasse no sentido de liberalização dos documentos era extremamente importante para que os agentes e os militares mantivessem seu silêncio sobre os crimes da ditadura.

Em 1991, foi estabelecida a Lei de Arquivos que determinou que toda produção de documentos e arquivos de caráter público deveriam “ir para uma instituição arquivística ou para uma instituição sucessora.”²²¹ Vicente Rodrigues (2020) aponta que esse motivo levou os arquivos do SNI para o Arquivo Nacional, pois, como o órgão foi considerado extinto em 1990, não teve um sucessor. Apesar de a lei ser da década de 1990, em 1984 já estava sendo discutido o projeto de Lei 4.895/84, com o objetivo de definir arquivos públicos e privados e suas formas de tratamento e que culminou na lei de arquivos de 1991. Nesse sentido, a volta do regime democrático trouxe a possibilidade de discussão de inúmeros assuntos que convergiam, seja em forma de leis complementares ou constitucionais sobre as informações, dados e seus acessos, sendo de grande interesse para a comunidade de informações.

Após Eduardo Bonfim discursar, o relator Bernardo Cabral fez uma breve fala sobre sua rejeição à emenda. Os argumentos utilizados pelo relator consistiram em apontar que a nova Constituição “por si” acabaria por revogar a Lei de Segurança Nacional e o *habeas data*

²²⁰BRASIL. *Ata da 296ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte*, em 28 de junho de 1988. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Brasília, DF, 1988. p.11682

²²¹RODRIGUES, 2020. p. 283.

lidaria com a questão do acesso às informações. Lucas Figueiredo (2005), refere-se às estratégias utilizadas pelo general Ivan Mendes, com os peemedebistas Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, com o intuito de barrar propostas indesejadas para o SNI. Segundo ele, as estratégias foram bem sucedidas, pois Bernardo Cabral foi escolhido para ser relator da proposta. Ainda, segundo o autor, no “Projeto SNI”, de 1989, os agentes avaliaram “a posição dos parlamentares quanto à possível extinção do SNI”.²²²

Aspecto destacado por Pilatti (2020) diz sobre a formação das lideranças partidárias e como isso orientava os partidos e os parlamentares a votarem, o que acontece até os dias atuais. A votação da emenda de Eduardo Bonfim ocorreu da seguinte forma: as bancadas do PDS, PL, PTB e PFL orientaram o voto “não”; o PSB, PT, PCdoB, PDT e PCB votaram “sim”; e a questão ficou aberta no PMDB e no PDC. No total foram 328 votos, sendo 121 a favor, 197 contra e 10 abstenções que contaram como votos contra. Nas palavras de Lucas Figueiredo (2005), o projeto foi “esmagado”. Mas, é questionável dizer se o número de votos representa realmente uma “esmagadora maioria”, já que o total de votos “não”, somado às abstenções, contabiliza aproximadamente 63% dos votos. Como vimos com Pilatti (2020), na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, os progressistas não conseguiram lugares estratégicos. É notório, entretanto, que apesar da derrota sofrida, os progressistas apresentaram suas ideias referentes aos assuntos relacionados à segurança, às Forças Armadas e à área de informações, temas esses que foram considerados como “pontos fracos” de discussão dentro dos núcleos das esquerdas, como mencionou o cientista político Miguel:

As organizações de esquerda deram, como regra, menor atenção a essas questões, adotando um discurso abstrato de vinculação da criminalidade e desigualdade social [...] sobre a questão da tortura [...] símbolo máximo da barbárie do regime que se encerrava, que aplicou como política de Estado contra seus opositores à esquerda, ela foi rapidamente reduzida a uma questão menor da agenda pública [...] Já a questão militar propriamente dita pareceu se resolver por mágica, sem que tenha havido empenho real das novas autoridades civis.²²³

De acordo com Priscila Antunes (2002), nos anos 1990, existiu pouco interesse do Legislativo em debater os serviços de inteligência. Entretanto, ela apresenta proposições de parlamentares sobre o tema, como projetos de José Dirceu (PT-SP) em 1991, do deputado José Fortunati (PT-RS) em 1992 e do deputado Jair Messias Bolsonaro (PDC-SP) que propôs a criação de uma secretaria de inteligência e assuntos estratégicos. Sobre a década de 1980,

²²²FIGUEIREDO, 2005. p. 412.

²²³MIGUEL, 2022. p.128-129.

essa visão não apresenta diferenças significativas nos trabalhos citados, posto que além de Luis Felipe Miguel (2022), outros autores com estudos sobre a relação das Forças Armadas e a transição política desenvolveram a mesma argumentação, como o historiador Eliezer Oliveira (1999) e o cientista político Samuel Alves Soares (2006).

Em um artigo intitulado “As esquerdas pensam a caserna: as sugestões das esquerdas para uma nova função constitucional militar nos primórdios da Nova República (1985-1986)”, Tiago Monteiro (2009) expõe que as ideias defendidas pelos autores citados convergem ao tratar da falta de instrução das esquerdas em relação às questões militares. Contudo, Monteiro (2006) mostra que diversos projetos sobre a função constitucional das Forças Armadas foram apresentados na ANC, projetos elaborados por partidos do campo progressista, como o PT, PDT, PCB e PCdoB e Associações Populares, como a Assembleia Nacional Pró-Constituinte de Vila Velha (ES) e a Diocese de Joinville (SC). Assim também foram apresentadas sugestões em relação às questões das informações e o aparato de vigilância nas discussões parlamentares.

Entretanto, cabe ressaltar que o tema sobre serviços de inteligência é de difícil debate público por uma série de fatores que são elencados por Marco Cepik (2003). O autor entende segurança e inteligência como componentes mais sofisticados de atuação em serviços de inteligência. Segundo Cepik (2003), existem impasses em relação ao tema que atravessam as discussões no cenário público. Nas eleições, por exemplo, segurança e inteligência só aparecem se estiverem ocorrendo conflitos internacionais ou escândalos políticos graves e são tratadas como caso de polícia. Falando sobre eleições presidenciais, a extinção do SNI era promessa de campanha dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor em 1989, como menciona Figueiredo (2005). Mas, de fato, era um momento político ainda muito próximo da ditadura militar, contribuindo para que esse tema fosse um ponto a ser levantado na disputa eleitoral, o que reforça a argumentação de Cepik.

Outro impasse elencado pelo autor aparece nas mídias. Para ele, elas desempenham papel importante de chamar atenção do público a temáticas polêmicas. Nas áreas de inteligência e segurança, existe uma abordagem construída através de imaginários sobre espionagem, o que deixa o texto jornalístico mais atrativo, mas que compromete um aprofundamento do assunto. Somado a isso, a isenção dos jornais apresenta limites e existe a problemática de divulgação de um segredo governamental. Na década de 1980, o SNI apareceu bastante nos jornais, principalmente, pela liberdade de expressão, para apresentação de denúncias relacionadas à atuação do órgão na ditadura militar e no processo constituinte. Como foi visto, os jornais e as revistas foram utilizados pelos parlamentares para

denunciarem crimes cometidos pelos agentes. A cobrança de uma maior transparência também surgiu nas entrevistas concedidas pelo ministro-chefe do SNI.

Uma matéria da *Folha de São Paulo*, de 25 de julho de 1985, com o título “O velho SNI na Nova República” trazia:

O SNI, que na Nova República iria enfim se enquadrar no seu papel constitucional de órgão de informações interna do governo, na verdade não abdicou dos poderes que o transformaram em laboratório de textos legais, mais alto poder decisório das iniciativas ministeriais e mentor das atitudes do Presidente da República.²²⁴

Entretanto, ao mesmo tempo, como a maior parte dos jornais de grande circulação era liberal, reproduzia-se um discurso contra a atuação de movimentos populares, como as greves dos trabalhadores da época, reforçando ideias propagadas pelo SNI. Isso demonstra as complexidades que envolveram as disputas em torno desse tema, mas também indica o aprofundamento do exercício democrático no debate da questão.

Em certa medida, a visão que indica o pouco interesse e instrução dos núcleos progressistas em discutir tais assuntos apareceu em trabalhos relacionados aos serviços de informações. De fato, as emendas elaboradas por parlamentares não resultaram em mudanças significativas na estrutura do aparelho repressivo, até porque foram derrotadas. As mudanças mais tímidas apareceram na possibilidade de cobrar por mais transparência na atuação do órgão. As continuidades estiveram presentes, sobretudo nas práticas das atividades. Contudo, as emendas propostas e as discussões em torno dos pontos que envolveram o SNI, demonstram a promoção do debate pelos núcleos progressistas, ou por parcela deles, sobre os assuntos considerados de seu pouco interesse e entendimento. Essas discussões ocorreram em todas as etapas, desde o início das discussões nas subcomissões, nas emendas para Comissão de Sistematização e na discussão no plenário em primeiro turno. Foram denúncias sobre os crimes, propostas para extinção do SNI e de outros organismos que faziam parte da sua estrutura, como as DSIs e as ASIs e a suspensão do seu aparato legal, como a LSN e as modificações no direito constitucional, além do pedido de divulgação das informações sobre a repressão política. Onze projetos pensados para a extinção foram elaborados, o que não significou pouca coisa e um deles chegou a ser votado. E, por conta disso, os agentes não ignoraram esses atores considerados como seus “inimigos internos”.

3.2 O Congresso no SNI: a Constituinte na mira da vigilância

²²⁴FREITAS, Jânio. O velho SNI na Nova República. *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 1985.

De acordo com Carlos Fico (2012), a abertura política foi tratada pela comunidade de informações como uma ameaça comunista. Como apontam estudiosos do tema, o anticomunismo se tornou o norte da produção das informações, sobretudo no regime militar. O historiador Rodrigo Motta retrata:

O anticomunismo surgiu como resposta ao desafio real implicado na existência do projeto comunista; porém, ao mesmo tempo, as representações contra o comunismo divulgadas na sociedade contribuíram para ampliar a percepção da presença do “perigo”, gerando, por vezes, uma relação desproporcional entre a força efetiva dos revolucionários e o medo neles inspirado.²²⁵

Para os agentes, o “marxismo” iria se infiltrar no cotidiano dos brasileiros e brasileiras, ocasionado pelo retorno da democracia e, principalmente, pela política com a volta dos partidos comunistas. Sobre a Constituição não pensavam diferente:

Por esses motivos, a nova Carta do País tem fundamental importância, tendo em vista que o seu texto poderá emergir a abertura para atuação comunista, alijando as forças que obstaculizam suas pretensões e facilitando a conscientização das massas populares na defesa de suas bandeiras marxistas.²²⁶

Os agentes buscaram agir de forma a estabelecer maneiras de continuar a exercer um certo tipo de controle na abertura política vigiando os “subversivos”. Além disso, eles continuaram a operar baseados na DSN.

Sobre a documentação da vigilância, também é preciso levar em consideração o seu contexto de produção, “sua intencionalidade, seus produtores e os respectivos circuitos de uso ao longo do tempo. Mais do que isso, verifica-se a inserção dos indivíduos num campo de vigilância permanente [...]”.²²⁷ Pensando nisso, a historiadora Carla Longhi (2015) analisou que a documentação produzida no período da ditadura militar, dividida em dois momentos, 1964 a 1969 e 1969 a 1974, foi constituída “pelo binômio vigilância/visibilidade”.²²⁸ Isso significa dizer que existiu uma grande preocupação envolvida na comunidade de informações em circular as informações produzidas internamente. Essa circulação serviria como uma forma de tornar aquele discurso verdadeiro e, conseqüentemente, legitimar a ação promovida pela vigilância. “[...] A comunidade de informações produzia documentos e fazia circular num

²²⁵MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1, 2010. p. 17-27. p. 20.

²²⁶ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86058392.

²²⁷THIESEN, Icléia. Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SISNI) e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. *Inf & Soc.: Est., João Pessoa*, v.30, n.4, 2020. p.1-18. p.1.

²²⁸LONGHI, Carla Reis. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem, 2015. p.92-113. p. 96.

sistema de informação de valor jurídico e de inteligência, integrado por 16 órgãos especializados cujas malhas tinham seu fio centralizado no SNI.”²²⁹

Para estruturar as informações, uma prática desenvolvida pelos agentes consistiu na coleta de matérias jornalísticas. Como analisa Longhi (2015), os jornais fizeram parte de todo o processo, porque funcionavam como “uma forma de controle, de reverberar ações, mas também, [...] uma forma de agilizar a circulação da informação [...]”.²³⁰ Ademais, o uso dos jornais pelos agentes mostrava a sua preocupação com a repercussão da imagem e atuação das atividades do órgão na imprensa, afirma Grinberg essa prática:

Nos dossiês, há reproduções dos debates parlamentares e de notícias publicadas na grande imprensa, os assessores parlamentares e os agentes de informação se dedicaram ao acompanhamento da repercussão do episódio [...].²³¹

Encontra-se no relatório da CNV a confirmação de que três anos após a criação do SNI:

[...] O órgão foi modificado em busca de modernização administrativa e eficiência operacional no campo das informações, com o objetivo de fortalecer e aprimorar os instrumentos de controle, coordenação e planejamento da administração pública.²³²

Essa prática continuou sendo exercida no período democrático e, como foi demonstrado no primeiro capítulo, os jornais foram recolhidos pelos agentes com o intuito de analisarem pontos relevantes para as reformulações do aparelho. Contudo, os jornais também permaneceram como parte dos anexos nos dossiês daqueles que foram considerados como perigosos na transição política, compondo as análises de vigilância sobre esses sujeitos.

3.2.1 “Acompanhamento das Organizações Comunistas”

Em 19 de fevereiro de 1987, um documento intitulado “Acompanhamento das Organizações Comunistas (OC) durante a Assembleia Nacional Constituinte” foi totalmente estruturado a partir de uma matéria do jornal *Gazeta* de Vitória, no Espírito Santo.²³³ Uma parlamentar concedeu entrevista ao jornal descrevendo o funcionamento da ANC e teve parte da sua entrevista transcrita no documento da vigilância. A parlamentar, em questão, foi indicada pelos agentes como pertencente ao MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), grupo guerrilheiro composto por militantes que foram considerados como terroristas

²²⁹THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.24, nº especial. 2019. p.6-22. p.14.

²³⁰LONGHI, 2015. p. 105.

²³¹GRINBERG, 2022. p. 15.

²³²BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*, v1. 2014 p.117.

²³³ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87061039.

na ditadura militar. Assim, já se evidencia a continuidade do discurso anticomunista na produção de informações e a vigilância aos mesmos sujeitos.

Longhi (2015) orienta sobre o percurso das informações, indicando que no início eram os DEOPS que processavam essas informações e o SNI funcionava apenas para coleta, o que ocorreu mais ou menos até a década de 1970. Depois disso, houve uma inversão e, “a informação passou a ser produzida por um único órgão, sendo produzido um discurso único”²³⁴ nesse caso, dos agentes do SNI. No documento citado, a primeira página consiste na “Capa de ACE”, a sigla “ACE” significa Acesso Cronológico de Entrada, segundo consta no Manual SARDI (Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação), utilizado por Thiesen (2020). A capa aparece em vários outros documentos utilizados como fonte no presente trabalho e segue na figura abaixo:

Figura 1 - Capa de ACE de documentos do SNI

Agência		Nº ACE/Ano		Total FIs	Sigilo
BLC		061039 87		005	W
Fluxo do processo	Entrada na SE/SS Pesq Arq	Remessa ao DI	ACE Processado	Validade inicial	
Data	25 MAR 1987	31-MAR-87	08.04.87	03 (Três) Anos	
Fração Responsável					
DUAT					
ACESSO INICIAL					
BLC					
DOCUMENTOS COMPONENTES	Nº Ord.	Tipo/Nº/Órgão/Ano			NRE/NRS/Ano
	01	RR1/00029/120/B75/87			3104/87
	02				
	03				
	04				
	05				
	06				
	07				
	08				
	09				
	10				
	11				
12					
OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS					

Fonte: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87061039.

²³⁴LONGHI, 2015. p. 106.

Indica-se que essa capa começou a ser utilizada no período democrático para padronização dos documentos feitos pelos agentes, necessitando de uma análise mais aprofundada para dizer ao certo em que ano específico. Como podemos ver na imagem, a sigla que consta no campo Agência está como “B1C”, o que gerou questionamentos quanto à origem do documento. O argumento proposto por Longhi (2015), sobre a difusão da documentação, também trouxe dúvidas em relação às mudanças que poderiam ter ocorrido por conta do novo contexto político, posto que não foi possível identificar as agências ou órgãos em que o documento poderia ter circulado. Nesse sentido, busquei no manual citado anteriormente as siglas escritas na capa e não obtive resultado. A partir disso, foi pesquisado com a entrada, “Manual de Informações”, no Fundo do SNI, nova documentação que pudesse auxiliar nesse sentido. Dessa forma, localizei um documento de 14 de dezembro de 1988, chamado “Instrução Normativa nº 003/410/AC/88”, com carimbo de secreto e assinado pelo vice-chefe da Agência Central, Manoel de Jesus e Silva, com a seguinte introdução:

A fim de atender a necessidade de outros elementos conhecerem o documento remetido, informo-vos que sua reprodução poderá ser executada por esse órgão, cabendo, no entanto, o estabelecimento de medidas que permitam o controle da sua distribuição interna. Outrossim, informo-vos que a presente Instrução Normativa entrará em vigor na data do seu recebimento, devendo, a que foi revogada, ser destruída por esse órgão.²³⁵

Posteriormente, foi redigido o conteúdo da instrução normativa intitulado “Normas para a composição, autenticação, expedição e identificação de documentos e informações”.²³⁶ O seu objetivo é extremamente importante e tem a seguinte descrição: “descaracterizar os documentos de informações, sempre que possível, a fim de que não sejam identificados ou comprovada a sua origem, em caso de comprometimento.”²³⁷ Eles instruíram os agentes sobre a circulação e estruturação da documentação da vigilância da seguinte maneira:

[...]1) A difusão, codificada, especificando o(s) órgão(s) de destino do documento; 2) a identificação, também codificada e constituída por: uma letra indicativa do grau de sigilo; três caracteres representativos do tipo de documento; cinco caracteres do número do documento; até dezoito caracteres indicativos da repartição que elaborou o documento, podendo conter divisões e subdivisões, de acordo com as normas vigentes; seis caracteres numéricos da data do documento e dois algarismos (01, 02 ou 03) referentes à avaliação, no caso do documento informe.²³⁸

No final do documento, consta como anexo uma tabela das siglas “codificadas” e as siglas ou nomenclaturas a que elas se referem originalmente. No exemplo citado, a sigla da agência

²³⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.82.

²³⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.82.

²³⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.82.

²³⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.82.

“B1C” significa AC, ou seja, Agência Central; para o tipo do documento é “RR1”, o que significa informe; no campo sigilo é a “W”, o que significa confidencial. O anexo em questão, nomeado “Tabela de Códigos”, apresenta as siglas de tipos de documento; órgãos que estão operando na sistemática da IN nº 003/410/AC/88; órgãos que não estão operando na sistemática da IN nº 003/410/AC/88; graus de sigilo; códigos para referência; outros códigos para referência e demais códigos. Assim como existem códigos para referências sobre as agências, o tipo de documentação produzida e as divisões internas, foram inventadas siglas para organismos do estado, como os ministérios, as secretarias e os três poderes. Todas elas com objetivo de ocultar as informações e descaracterizar os documentos que circulavam no órgão durante o período.

O contexto político pareceu estremecer as bases dessa estrutura, visto que essa codificação foi feita pelos agentes para esconder origem, circulação e o tipo da informação produzida por eles. Nesse sentido, conclui-se que os agentes tentaram manter o silêncio da documentação que pudesse comprometê-los, justamente, porque o regime democrático colocava essa possibilidade em curso e desconfiavam da segurança na circulação interna, com os novos atores em exercício no campo político. Esse silêncio é entendido por Lucas Figueiredo (2005) como estratégico.

O documento evidencia que os agentes sabiam que as suas ações violavam os direitos conquistados com a democracia e que os seus atos poderiam sofrer consequências, já que escreveram sobre o conteúdo documental ser comprometedor. A promulgação da Constituição colocaria ainda mais em risco a continuidade de suas práticas, onde a legislação operaria no sentido de limitar as ações dos agentes. O governo e a população poderiam, também, cobrar a punição para os envolvidos. Ana Maria Camargo discorre:

Trata-se de um elemento importante em nossa caracterização do documento de arquivo: sua natureza instrumental, totalmente atrelada à lógica da entidade produtora, assegura-lhe a condição de refletir sempre a ação de que se originou. Por isso, podemos afirmar que o valor referencial ou probatório do documento de arquivo não é mera contingência, nem depende do olhar comprometido e cambiante de seus eventuais usuários secundários. Tal condição só pode ser entendida como resultado da naturalidade com que os arquivos são formados, graças a seu caráter instrumental [...] Ambos os quesitos, que fazem dos arquivos “testemunhos espontâneos de seu tempo” - explicam perfeitamente a razão por que as pessoas e organizações, mesmo agindo na clandestinidade ou à margem da lei, produzem e conservam arquivos que lhes podem incriminar, isto é, servir de prova de suas atividades.²³⁹

²³⁹CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (org). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschilds Editores, 2009, 2v (304,272p.) p. 426.

No mesmo documento, na “Folha de Trabalho”, foi feito um tipo de padronização com um título: “Acompanhamento dos pronunciamentos sobre a constituinte” com a sigla da “Organização Comunista” ao lado, nesse caso o MR-8. Em uma estrutura de tabela aparecem entradas para data, autor, pronunciamento e local de origem. A mesma forma consta no documento de 6 de março de 1987, com o título “Assembleia Nacional Constituinte - Pronunciamentos de Parlamentares”.²⁴⁰ Dessa vez a “Organização Comunista” analisada era o PCB. Foram colocados a data do pronunciamento, o nome do parlamentar, trecho do pronunciamento feito e a origem da informação, novamente retirada de jornais. Nesse documento constam seis pronunciamentos de parlamentares diferentes e os jornais utilizados foram o *Jornal Diário de Pernambuco* e o *Jornal de Alagoas*.

Longhi (2015) analisa que a estrutura da documentação produzida pela vigilância tinha similaridade com o texto informativo do jornal. Era importante ser objetivo e verossímil.

Ao observarmos a estruturação do texto informativo, continuamos identificando semelhanças com os documentos institucionais, pois ao retomarmos os aspectos básicos da composição temática de uma informação jornalística (o que/quem/quando/onde/como/por que) [...] ²⁴¹

A estrutura desse quadro elaborado para padronização aparece também no documento “Acompanhamento das OC durante a Assembleia Nacional Constituinte”, nomeado de forma similar ao primeiro, de 11 de fevereiro de 1987. Os agentes desenvolveram um resumo sobre o que aconteceria, para eles, a partir da infiltração comunista na ANC:

Dentre esses parlamentares estão militantes de Organizações Comunistas (OC), alguns deles eleitos pelo, PMDB, PT, PSB, entre outros. Prevê-se que, tanto os comunistas eleitos para a Constituinte, quanto as lideranças das diversas OC façam pronunciamentos sobre as questões discutidas na Assembléia Constituinte. Espera-se, ainda, a articulação de manifestações e movimentos de pressão, no sentido de influenciar as discussões na referida Assembléia.²⁴²

De acordo com Mariana Joffily (2008), os agentes aprenderam a conhecer seus inimigos e a seguir seus passos. Eles sabiam diferenciar ações de grupos “comuns” e de grupos “comunistas”. Ainda, segundo a autora, “a repressão política, movida por uma doutrina militar anticomunista e reativa, justificava suas ações a partir do que considerava iniciativa do inimigo [...]”.²⁴³ Da mesma maneira fizeram no processo constituinte, onde apresentaram os próximos passos a serem dados para o levantamento da documentação e na vigilância desses grupos:

²⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III. 87007648.

²⁴¹ LONGHI, 2015. p. 108.

²⁴² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BRT DFANBSB V8 MIC.GNC.KKK. 87006015.

²⁴³ JOFFILY, 2008.p. 175.

1) Acompanhar e anotar diariamente, na folha de trabalho por OC, (Z7), os pronunciamentos dos parlamentares das OC, infiltrados ou não em outros partidos, transcritos em qualquer documento (doc de informações, jornais, revistas, etc...). Enviar a referida folha, quinzenalmente, a este B1C. No caso de nada haver, remeter TG3 informando. 2. Observando-se o princípio da oportunidade, informar toda a manifestação ou movimento de pressão que envolve a OC.²⁴⁴

São perceptíveis as similaridades na produção das informações conforme os trabalhos que apresentaram o *modus operandi* da vigilância. Como aponta Icléia Thiesen (2020), as instituições militares padronizaram as informações com seus manuais para sistematizar arquivamentos e recuperar informações. Esse sistema, segundo a autora, foi sendo montado desde 1969 e aperfeiçoado ao longo do tempo. Thiesen (2020) analisou o manual SARDI descrevendo as mudanças na sistematização documental dos arquivos após o período de 1978:

Foram elaborados guias para a padronização de assuntos: “O Arquivo geral da agência central do SNI acaba por elaborar uma norma para padronização de assuntos nos documentos de informação [...] visando facilitar os procedimentos de acesso e recuperação [...]”.²⁴⁵

Os agentes também estruturaram as formas de padronização com códigos secretos com a finalidade de descaracterizar seus documentos. Diante das informações obtidas pela instrução normativa, a tradução da sigla B1C citada no trecho fica como Agência Central e a sigla TG3 como pedida de busca.

O documento de 15 de setembro de 1986, chamado “Teses do PCdoB para a Assembleia Nacional Constituinte”, reforça a argumentação sobre a utilização de jornais como base para retirada de informações. Nesse documento, consta como anexo o jornal *Classe Operária nº 10*, de julho de 1986, que foi utilizado para as análises feitas em relação às propostas do PCdoB na Constituinte. A partir dele, os agentes retiraram as ideias propagadas pelo partido que deveriam ser discutidas e que incluíam não apenas a extinção do SNI, mas também questões sobre as Forças Armadas:

As Forças Armadas têm por função a defesa militar da Pátria contra a agressão externa; As nomeações de Almirante-da-Esquadra, de General-do-Exército e de Brigadeiro-do-Ar deverão ser previamente aprovadas pelo Congresso Nacional, que poderá vetar um ou mais nomes; as Forças Armadas não poderão intervir na vida política do País; é negado às Forças Armadas agir como polícia [...].²⁴⁶

²⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BRT DFANBSB V8 MIC.GNC.KKK.87006015

²⁴⁵ THIESEN, 2020. p.9.

²⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86058392.

Esses pontos sobre as teses do PCdoB foram destacados pelos agentes da vigilância e referem-se ao que eles consideraram importante nos assuntos sobre as Forças Armadas. Com isso, os agentes relataram sua visão sobre a atuação do partido na Constituinte:

Como se pode observar, o PCdoB objetiva alijar as Forças Armadas do processo político nacional, acabar com as informações, estatizar diversos setores de atividades, dar prerrogativas ilimitadas aos líderes sindicais, acabar com a grande propriedade e estimular a coletivização no campo, entre outras. [...] O que se depreende do conjunto de teses do PCdoB, acima explanadas, é a intenção do partido em se aproveitar do princípio democrático da liberdade, para inverter o quadro político-institucional do País, de forma a enfraquecer o poder do Estado Burguês, fortalecendo, consequentemente, o poder do operariado como meta para alcançar seu desiderato.²⁴⁷

Apesar de o contexto político ser diferente, a marcação do discurso anticomunista ainda se encontrava presente e servia como bússola orientadora da produção de informações. Discurso este que, como bem apontou Motta (2010), foi exacerbado pelos militares e agentes da comunidade de informações em relação à realidade de atuação desses grupos, com o objetivo de legitimar suas ações para permanecerem vigilantes. Justamente por ser um período de mudanças, eles enxergavam esse espaço democrático como perigoso, pois essas transformações sociais e políticas poderiam abalar suas posições no aparato repressivo e nas Forças Armadas. Joffily (2008) argumenta sobre a resistência dos militares com a abertura política, onde utilizaram medidas repressivas para atenuar seu posicionamento contrário à liberalização do regime militar:

A escalada do terrorismo da direita voltado contra entidades da oposição legal foi o último capítulo, melancólico e brutal da atuação dos DOIs. [...] Foram colocadas bombas no Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAP), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidades que estavam ativamente envolvidas no processo de abertura do regime.²⁴⁸

Guiados por essa lógica, em 17 de julho de 1987, com o documento de título “Grupos de pressão organizados pelas esquerdas tentam influir na elaboração da nova Constituição”, os agentes analisaram a atuação de parlamentares e militantes que supostamente estariam se organizando para interferir no texto constitucional. Eles escreveram:

Grupos de pressões organizados pelas esquerdas desenvolveram um trabalho “corpo-a-corpo”, junto aos constituintes com o objetivo de inserir propostas socializantes na nova Constituição Federal, ora em fase de elaboração no Congresso Constituinte. As esquerdas acreditam que este trabalho tenha surtido efeito tanto nos relatórios das subcomissões como, também, nos relatórios finais dos anteprojetos das comissões temáticas, que agora estão

²⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86058392.

²⁴⁸ JOFFILY, 2008. p. 87.

sendo apreciados pela Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte. Esses grupos de pressões pretendem desenvolver o mesmo trabalho na Comissão de Sistematização, visando assegurar e ampliar suas propostas socializantes, nesta nova fase de trabalho constitucional.²⁴⁹

Em uma democracia, os direitos políticos permitem a participação política dos cidadãos e cidadãs do país, como parte do exercício à sua cidadania, palavra que apelidou a Constituição de 1988. Isso foi incentivado pelos governantes durante a Constituinte, um momento propício para a participação, no qual foram criados diversos dispositivos formais para isso, como o envio de sugestões através de cartas pelos Correios. Os agentes do SNI analisaram o envolvimento político de grupos de esquerda e a atuação de parlamentares como um problema para a segurança do país. No entanto, como demonstrado no capítulo anterior, eles articularam com parlamentares a fim de assegurar questões que fossem de seu interesse na Constituição. Então, por que os agentes poderiam utilizar os artifícios políticos considerados, por eles, como ações subversivas, ao passo que as ações de grupos de esquerda entraram no radar da vigilância como perigosas para a segurança nacional?

Foi mencionado anteriormente que a DSN baseou-se em conceitos, como o de guerra revolucionária. Fabiana de Oliveira Andrade (2012) observa que o conceito de segurança elaborado pela ESG com a DSN é implícito, “a noção de Segurança é mais abrangente que a de Defesa, esta entendida como um ato diretamente ligado a determinado tipo de ameaça, caracterizada e medida.”²⁵⁰ Longhi trata alguns desses conceitos:

Óbices são obstáculos de toda ordem [...] que dificultam ou impedem o atingimento ou a manutenção dos Objetivos Nacionais [...]. Antagonismos são óbices de modalidade peculiar, por manifestarem atividade deliberada, intencional, contestatória à consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais. Pressões são óbices de grau extremo em que a vontade contestatória se manifesta com capacidade de se contrapor ao poder Nacional.²⁵¹

A partir disso, podemos analisar como os agentes enxergaram os setores de esquerda atuantes na Constituinte, tratando-os como ameaças ao poder nacional, apesar de afirmarem utilizar das mesmas estratégias.

3.2.2 Vigilância aos parlamentares

Adriano Pilatti (2020) demonstrou que as conquistas dos setores progressistas nas Subcomissões e Comissões temáticas fizeram os conservadores atuarem para alterar essa

²⁴⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA. 87062652.

²⁵⁰ Manual Básico da ESG, 1975: 95 *apud* ANDRADE, Fabiana Oliveira de. A Doutrina de Segurança Nacional e sua influência sobre os cursos de formação de agentes do Serviço Nacional de Informações, 1972-1978. *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP* - Campinas, setembro, 2012. p.3.

²⁵¹ ALVES, 1984, p. 51 *apud* LONGHI, 2015. p.95.

dinâmica. Isso significou mudanças no regimento interno da constituinte, durante a etapa da Comissão de Sistematização, o que favoreceu os conservadores. Esse mecanismo que se desenvolveu na Constituinte, pelo visto, não passou despercebido pelos olhos da vigilância, fazendo os agentes apontarem sobre essas conquistas em suas análises e, talvez por isso mesmo, se movimentarem para articular politicamente, a fim de assegurar seus interesses, contrários aos dos progressistas. Como vimos, os agentes vigiaram esse processo analisando as teses dos partidos, os políticos progressistas da Constituinte e as propostas de parlamentares conservadores que poderiam ser convergentes aos seus interesses e ajudá-los, bem como as contrárias, que poderiam desestabilizar suas estruturas.

Para o SNI, “a vigilância é um processo de observação de pessoas, objetos e locais, com a finalidade de se obter informe. Pode ser: ostensiva, sigilosa, fixa e móvel - com elementos disfarçados e executada a pé ou motorizada”.²⁵² Os comunistas são os “inimigos internos” mais conhecidos da ditadura militar, entretanto, qualquer um poderia ser considerado comunista ao aparentar estar envolvido em atividades “subversivas”, o que levaria os agentes a colocarem esses indivíduos no radar da vigilância. Esses grupos que entraram na mira da vigilância foram, por exemplo, estudantes, como analisou Fagundes (2005) na invasão do Congresso da UNE, professores universitários, que foram vigiados pelas ASIs, os trabalhadores, como com o envolvimento do SNI nas greves dos anos 1980, e também os parlamentares, não só os de esquerda. Lucia Grinberg (2022) demonstra que os militares cassaram mandatos de políticos da Arena, que representam um terço das cassações entre 1968 e 1969, acusando-os de “[...] ‘traição’, ‘desobediência’ e ‘indisciplina partidária’ [...]”.²⁵³ Apesar disso, “houve restrições à aplicação do AI-5 no campo das direitas, o que mostra a escolha política deliberada por preservar a Arena.”²⁵⁴

São diversas as nomenclaturas utilizadas pela comunidade de informações para designar aqueles que eram considerados os seus “inimigos internos”: esquerdistas, elementos, comunistas, subversivos e terroristas. A partir das análises anteriores, foi possível mapear quais foram os parlamentares que promoveram debates sobre a extinção do SNI e assuntos referentes à atividade de informações na Constituinte. Nota-se uma atuação mais presente do PCdoB, mas também do PMDB e do PT. Esses foram alguns dos “elementos” considerados

²⁵²BAFFA, 1989. p. 26.

²⁵³GRINBERG, Lucia. “Traição”, “Desobediência”, “Indisciplina Partidária”: cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos de parlamentares da Arena (1968-1969). *História (São Paulo)*, v.41, 2022. p.1-28. p.22.

²⁵⁴GRINBERG, 2022. p. 8.

como os “inimigos internos” durante a Assembleia Nacional Constituinte e que entraram no radar da vigilância.

Os documentos apresentados a seguir foram feitos pelos agentes em relação à vigilância promovida aos parlamentares constituintes. Os nomes dos parlamentares José Genoíno (PT-SP), Aldo Arantes (PCdoB-GO), Haroldo Lima (PCdoB-BA), Lídice da Mata (PCdoB-BA) e Eduardo Bonfim (PCdoB-AL), já apareceram em documentos utilizados no capítulo anterior. Para os outros parlamentares citados, pensando em aprofundar as análises, sobretudo a essa vigilância parlamentar, a entrada com os nomes dos respectivos políticos citados foi utilizada na ferramenta de busca. As biografias apresentadas foram feitas a partir dos verbetes biográficos produzidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, do CPDOC/FGV e do Portal da Câmara dos Deputados.

José Genoíno (PT-SP)

O parlamentar José Genoíno Neto era uma figura conhecida no SNI. Ele nasceu no município de Quixeramobim, no estado do Ceará, em 3 de maio de 1946. Seu irmão, José Guimarães, também foi político profissional e continuou sua carreira como deputado federal até o presente momento. Seus pais eram agricultores. Em 1964, ano do golpe militar, José Genoíno estava no colégio e entrou para o movimento secundarista, posteriormente, ingressou nas faculdades de filosofia e direito, nas universidades públicas do Ceará e trabalhou na multinacional IBM. Em 1967, entrou no PCdoB, partido que atuou na ilegalidade por conta do regime militar. Na universidade, foi presidente do Centro Acadêmico e do Diretório Acadêmico atuando em oposição à ditadura, foi preso no XXX Congresso da UNE em 1968 e, por conta da prisão, perdeu a matrícula e não concluiu os cursos citados. Em 1969, passou a integrar a diretoria da UNE e, em julho do mesmo ano, foi para a região do rio Araguaia combater a ditadura com o movimento guerrilheiro. Viveu assim entre os anos 1970 e 1972 quando foi preso pelo Exército e na prisão passou cinco anos sofrendo torturas. Em 1977, foi liberado e deu aulas de história em pré-vestibulares de São Paulo. Participou do movimento pela Anistia e pelas Diretas Já! Em 1981, deixou o PCdoB e filiou-se ao PT e em 1982, foi eleito deputado federal, participou da CCJ e manteve seu trabalho parlamentar ligado às questões trabalhistas. Em 1985, por conta da Constituinte, o seu partido o indicou como representante da comissão interpartidária pela remoção dos chamados “entulhos autoritários”.

Na organização da ANC, foi titular da Subcomissão de Defesa, que tratava dos assuntos relacionados às Forças Armadas. Enquanto parlamentar, denunciou crimes políticos na Câmara, apresentando 251 nomes dos envolvidos nesses crimes que, segundo consta no

verbetes do CPDOC, não foram incluídos nos anais da ANC. Sua vida política não se esgota na Constituinte, tendo muitas outras ações políticas ao longo dos anos posteriores ao processo.²⁵⁵

Essa breve trajetória demonstra o envolvimento do parlamentar com a política institucional desde jovem, sendo militante do movimento estudantil, o que foi motivo para colocá-lo no radar dos agentes da vigilância. Por exemplo, em um documento da vigilância produzido em relação ao 32º Congresso da UNE em Piracicaba, São Paulo, no ano de 1980, seu nome aparece ao lado de nomes de políticos famosos no cenário nacional, como José Serra e Luís Inácio Lula da Silva.²⁵⁶ O nome do parlamentar José Genoíno é citado pelos agentes porque o parlamentar havia escrito um texto sobre a história da UNE e seu processo de reconstrução a partir de 1979.

Na Constituinte, em 29 de junho de 1987, os agentes observaram o parlamentar e elaboraram um documento com o nome “Atividades de José Genoíno”:

Em 9 Mai 87, das 15:15 as 18:30 horas, JOSÉ GENOINO NETO (B0055062), deputado federal pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), deu uma palestra sobre a Constituinte na sede do partido em CAMPINAS/SP, onde compareceram cerca de 50 pessoas, sendo a grande maioria estudantes. O objetivo principal da palestra foi esclarecer, aos militantes do partido, sobre o andamento dos trabalhos e como o PT está se saindo.²⁵⁷

O documento apresenta a duração da palestra, com horário de início e término, desenvolvendo uma descrição detalhada sobre os passos dados pelo parlamentar. Segundo Joffily (2008), nos interrogatórios feito pelos agentes, “a minúcia constitui, igualmente, uma característica constante”.²⁵⁸ Essa característica também marcava os documentos da vigilância. Posteriormente, os agentes escreveram assuntos tratados na palestra que consideraram importantes a destacar, como o papel constitucional das Forças Armadas, leis trabalhistas, direito a manifestação contra o governo e legalização do aborto. Pode-se perceber também que o deputado possuía um “código de cadastro” relacionado entre parênteses após o seu nome, o que significava uma organização da documentação sobre as ações do parlamentar que poderiam ser acessadas rapidamente.

O período da Constituinte foi atravessado pelas greves dos trabalhadores, principalmente no ABC paulista. Segundo Lucas Figueiredo (2005), esse foi um problema

²⁵⁵Essas informações foram retiradas do verbete biográfico José Genoíno Neto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, assim como de outros parlamentares. MONTEIRO, Carmina *et al.* José Genoíno Neto. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: José Genoíno Neto | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

²⁵⁶ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004820.

²⁵⁷ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.87019280

²⁵⁸JOFFILY, 2008. p. 113.

para Sarney, pois o presidente teve que lidar com os sindicatos em um momento de grande mobilização nacional. Assim, Sarney chamou o chefe do SNI para negociar com os trabalhadores. Os agentes do SNI sempre mostraram, pela documentação, a sua oposição às greves, e logo, trataram de observar o parlamentar ligado aos assuntos trabalhistas na Constituinte, com um histórico de militância em grupos de oposição à ditadura e que tinha também como pautas o SNI e as Forças Armadas. É interessante a questão do aborto aparecer em destaque, mostrando como aspectos morais invadiram esse espaço.

Datado em 1 de julho de 1987, um documento com o título “Trabalho do deputado federal José Genoíno por uma Constituição Reformista e Progressista”, tinha como conteúdo:

Segundo declarações do deputado federal Humberto Guimarães Souto (PFL/MG), o deputado federal José Genoíno Neto lidera um grupo de parlamentares que pretende lutar, no Congresso Nacional, em favor de uma Constituição reformista e progressista. Tal pretensão, segundo Humberto Souto, visa, principalmente, inibir o trabalho de inúmeros constituintes que querem uma Constituição conservadora.²⁵⁹

Os agentes fizeram documentos observando a atuação e a presença do parlamentar em espaços de esquerda. A vigilância ao ex-guerrilheiro continuava a ser exercida mesmo em um contexto democrático e as informações obtidas poderiam se dar também através das declarações de outros parlamentares. Além disso, eles estavam vigilantes em como a ação de grupos progressistas incidiram nos grupos conservadores durante os trabalhos da Constituinte. Como apontou Pilatti (2020), existia um certo equilíbrio na correlação de forças no momento da Comissão de Sistematização, o que poderia estremecer as bases dos projetos políticos conservadores.

Em 10 de agosto de 1987, os agentes reproduziram a fala do deputado sobre a extinção do SNI, pela revogação da LSN e sobre o papel das Forças Armadas, que segundo eles, foram feitas na “Sessão Extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte”.²⁶⁰ Essa documentação confirma a permanência da prática da vigilância feita pelos agentes na ANC com diversos assuntos, não só sobre o SNI e sobre as Forças Armadas.

Em um documento datado em 4 de março de 1988, com o nome “Tumulto no Plenário da Constituinte”, evento que teria ocorrido no dia 3 de dezembro de 1987, os agentes relataram que os parlamentares “esquerdistas”, José Genoíno e Aldo Arantes:

Dirigiram-se ao auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, onde se realizava o ‘Encontro Nacional de Entidades Democráticas, Populares e Sindicais’ e convidaram os participantes [...] a ocuparem as galerias [...].²⁶¹

²⁵⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87062387.

²⁶⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87063138.

²⁶¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil) BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88065119.

Segundo eles, nesse dia aconteceu a votação da Emenda do Centrão que alterou o regimento interno. Nesse documento, além da descrição do tumulto, constam duas fotos das galerias do Congresso, que possuem identificação das pessoas com números e nomes.

Nos mesmos documentos citados acima, aparecem os nomes de alguns dos constituintes trabalhados ao longo do capítulo, como Eduardo Bonfim, Aldo Arantes e Haroldo Lima. Além disso, constam nomes de outros parlamentares com seus códigos listados em uma “relação de cadastro”. O deputado José Genoino é um ator importante pelo seu envolvimento na temática sobre os serviços de informações, mas os agentes produziram uma ampla documentação sobre a Constituinte que envolve outros temas e parlamentares.

Eduardo Bonfim (PCdoB-AL)

Eduardo Bonfim Gomes Ribeiro nasceu na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, em 1949. Foi militante do movimento estudantil e secretário-geral do seu diretório acadêmico, na Universidade Federal de Alagoas, onde fez o curso de direito na década de 1970. No final da década, “tornou-se membro da Comissão Nacional de Anistia e Direitos Humanos e presidente fundador da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos.”²⁶² Atuou na Secretaria de Planejamento de seu estado e em 1982, foi eleito deputado estadual pelo PMDB. Já eleito deputado federal na Constituinte, migrou para o PCdoB, onde ficou como vice-líder da bancada do partido. Foi titular da Subcomissão do Poder Executivo, que era parte da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Parlamentarista declarado, votou a favor de todas as propostas relativas às reivindicações populares e sindicais. Defendeu a unicidade sindical e votou contra a pena de morte, a descriminalização do aborto, o mandato de cinco anos para o Presidente da República e a legalização do jogo do bicho. Seguindo a orientação do seu partido, de linha estatizante e nacionalista, pleiteou uma auditoria da dívida externa brasileira e uma reforma agrária radical.²⁶³

Ademais, como foi exposto por Lucas Figueiredo (2005), o parlamentar foi autor da emenda pela extinção do SNI que foi votada durante os trabalhos da ANC.

No radar da vigilância, o deputado aparece no documento com o título “Dep. Eduardo Bonfim - PMDB/AL”, de 9 de fevereiro de 1987. Os agentes analisaram um discurso feito pelo parlamentar no dia 6 de fevereiro de 1987, no Congresso, onde o deputado teria feito “diversas críticas ao atual papel constitucional das Forças Armadas, inclusive sua atual intervenção na vida política do País, e cuja atuação tem complacência do Governo do Pres.

²⁶²CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

²⁶³Ibid.

José Sarney”.²⁶⁴ Após essa pequena análise, os agentes transcreveram o discurso proferido pelo parlamentar e acrescentaram uma observação sobre sua migração do PMDB para o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O deputado também é um dos parlamentares citados no documento “Assembleia Nacional Constituinte - Pronunciamentos de Parlamentares”.²⁶⁵ A entrevista do parlamentar foi retirada do *Jornal de Alagoas*, em 8 de janeiro de 1987, e os trechos destacados pelos agentes foram:

Penso que o BRASIL necessita de um tipo de governo co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo, e não como o atual, onde o Presidente tem mais poderes que muitos monarcas, um governo centralizador, autoritário e atrasado. Existem ministérios militares demais e isso expõe o País ao perigo de golpes militares; Sua proposta é que ao invés de três ministérios - Exército, Marinha e Aeronáutica, as Forças Armadas sejam concentradas em apenas um, o Ministério da Defesa e que ‘poderia até mesmo ser ocupado por um civil, como ocorre em muitos países do ocidente.’ Propõe também a introdução, na futura Constituição, de uma disposição transitória suspendendo o pagamento da dívida externa pelo prazo necessário à realização de uma rigorosa auditoria ‘para investigar a procedência dessa dívida, sua legitimidade ou não’.²⁶⁶

Além de os agentes destacarem os trechos onde colocaram a opinião do parlamentar sobre as Forças Armadas, eles tocaram em pontos referentes ao orçamento. Como foi mencionado com Stepan (1986), os militares reclamaram da baixa no orçamento em relação a corporação e suas atividades, o mesmo aconteceria se o governo enxugasse os ministérios das Forças Armadas em um só.

Lídice da Mata (PCdoB-BA) e Ana Maria Rattes (PMDB-RJ)

A deputada Lídice da Mata (PCdoB-BA) nasceu em Cachoeira, no estado da Bahia, em 12 de março de 1956. Ingressou no curso de economia da UFBA em 1983, onde foi militante do movimento estudantil, filiando-se ao PCdoB, que se encontrava na ilegalidade durante a ditadura. Foi vereadora de Salvador em 1982 pelo PMDB, mas depois retornou ao seu antigo partido, sendo eleita em 1986 como deputada federal na Constituinte, onde atuou na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos.

Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), nasceu em 1939, no Rio de Janeiro, e foi casada com Paulo Rattes, um político profissional com uma considerável trajetória como vice-prefeito e prefeito da cidade de Petrópolis e também deputado estadual. Era servidora pública na Secretaria Regional do Trabalho em um cargo de diretoria, entrando para a política somente

²⁶⁴ ARQUIVO NACIONAL. (Brasil.) BR DFANBSB V8 MIC, GNC.AAA. 87061323.

²⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III. 87007648.

²⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III. 87007648.

em 1986, quando foi eleita pelo PMDB deputada federal na Constituinte. Coursou direito na faculdade de Direito de Valença e foi titular da Subcomissão dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias Individuais.

As duas deputadas citadas são as únicas mulheres presentes no trabalho e estão envolvidas com emendas em relação à extinção do SNI e com os assuntos da atividade de informações. Apesar disso, o nome de Ana Maria Rattes não apareceu na documentação trabalhada até então na pesquisa, diferente de Lídice da Matta. Entretanto, seu nome é citado em um documento intitulado “Comício pelas eleições Diretas - Brasília/DF - 07 jul 87”. A deputada foi identificada pelos agentes da vigilância como sendo pertencente à “Frente Suprapartidária Progressista”.²⁶⁷

O nome da parlamentar Lídice da Mata é encontrado no documento “ANC - Emendas de interesse deste órgão”, já mencionado anteriormente no capítulo dois, onde os agentes analisaram o direito do *habeas data*. Segundo os agentes:

A Constituinte LÍDICE DA MATA (PCdoB/BA) - 2T00981 - solicita a supressão de apenas o termo ‘e do Estado’. Ambas as supressões são nocivas a este órgão, pois ampliam o Direito do Habeas-Data, comentado a seguir: Artigo 59 - Inciso LXXIII: ‘conceder-sé-á 'habeas-data' a brasileiro: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, em não se preferindo fazê-lo por processo, judicial ou administrativo.’²⁶⁸

Da mesma maneira que o deputado José Genoino, o nome da deputada aparece acompanhado de um código de identificação. Os agentes analisaram as propostas que envolviam o nome da parlamentar em relação ao *habeas data*, entendendo-a como articuladora política que iria contra os interesses do órgão.

Diferentemente dos parlamentares citados como articuladores do SNI, no documento analisado no capítulo dois, é visto aqui a presença de mulheres. Afirma Bourdieu:

Por um lado, qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem *separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo* que [...] afeta negativamente tudo que elas são e fazem [...] Por outro lado, [...] as mulheres continuam *separadas umas das outras* por diferenças econômicas e culturais, que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina - sem com isso anular tudo que está ligado a diminuição do capital simbólico trazido pela feminilidade.²⁶⁹

²⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8 GNC, MIC.AAA.87063125.

²⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil).BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA. 90073765.

²⁶⁹ BOURDIEU, 2020. p.153-154.

A bancada feminina da Constituinte “contou com a participação de 26 deputadas e nenhuma senadora”.²⁷⁰ Apesar de serem minoria, dessas vinte e seis, duas mulheres apresentaram emendas cobrando a extinção do SNI e se envolveram com os assuntos militares e da comunidade de informações. Os militares consideravam esses assuntos como externos ao mundo civil e ao mundo das mulheres e impediram até 1992 a entrada feminina na corporação.

Haroldo Lima (PCdoB-BA) e Aldo Arantes (PCdoB-GO)

Os nomes dos parlamentares Haroldo Lima e Aldo Arantes apareceram nos documentos trabalhados anteriormente e em outros adquiridos a partir do levantamento documental, apresentados a seguir.

Os dois parlamentares eram membros do PCdoB. Haroldo Lima nasceu em 7 de outubro de 1939, na cidade de Caetité, na Bahia. Formou-se engenheiro elétrico pela UFBA, onde atuou no movimento estudantil. “Foi diretor do jornal da União Nacional dos Estudantes (UNE) da Bahia, membro da Juventude Universitária Católica (JUC) e militante da Ação Popular (AP) [...]”.²⁷¹ Entrou no partido na clandestinidade durante a ditadura militar, onde participou de movimentos guerrilheiros no Araguaia e foi preso em São Paulo, no ano de 1976. Em 1982, foi eleito deputado pelo PMDB e voltou ao antigo partido em 1985, sendo deputado federal na constituinte, compondo a Comissão de Sistematização e Redação.

De acordo com reportagem publicada no *Jornal do Brasil* em 15 de junho de 1987, Haroldo Lima dividiu o comando dos grupos da esquerda mais radical da Constituinte com o deputado e também antigo guerrilheiro José Genoíno, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, atribuindo ao presidente da Assembléia, o deputado Ulisses Guimarães [sic], e ao deputado Mário Covas a responsabilidade pela “direitização” dos trabalhos.²⁷²

Essa citação sugere a articulação do parlamentar com o deputado José Genoíno, que também entrou na mira da vigilância por suas opiniões políticas e pelos debates organizados em torno dos temas militares e da comunidade de informações. As articulações políticas são próprias das práticas do campo e dos políticos profissionais, sendo utilizadas tanto no campo conservador, como no campo progressista. Mesmo assim, serviram de justificativas para colocarem os parlamentares na mira da vigilância.

²⁷⁰PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bancada Feminina, Brasília, DF, [s.a]. Disponível em: [Bancada Feminina — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://BancadaFeminina—PortaldaCâmaradosDeputados(camara.leg.br))

²⁷¹CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

²⁷²Ibid.

Em 17 de fevereiro de 1987, os agentes elaboraram um documento com título “Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte - dep Haroldo Lima (PCdoB/BA)”. Nas primeiras páginas do documento, constam as análises promovidas pela vigilância em relação ao discurso feito pelo parlamentar:

Falando, na segunda sessão de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), no dia 04 Fev 87, o Dep HAROLDO LIMA (PC do B/DA) afirmou estar aguardando o momento oportuno da discussão em plenário, para levar ao conhecimento da Casa o pensamento do seu Partido sobre um novo papel para as Forças Armadas, na Constituição a ser elaborada. Garantiu o aludido Deputado que as Forças Armadas, de 1934 para cá, passaram a estabelecer, no BRASIL, um verdadeiro sistema militarista, através do qual, e a qualquer instante, podem intervir ‘nos rumos internos e na sociedade civil’ a pretexto da defesa da ordem e da lei. Esclareceu que, em decorrência de tal situação, é urgente que, na nova Carta Magna, seja consagrado o princípio de que às Forças Armadas cabe, tão-só, a defesa da soberania nacional perante ameaças do exterior. Disse o Deputado HAROLDO LIMA que não é possível que o nosso País prossiga sendo o único do mundo a ter (seis) Ministros Militares: o do Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado Maior das Forças Armadas, Casa Militar e Chefe do SNI, este com status não só de Ministro, mas com status também de Ministro Supremo da República. O Deputado em causa fez críticas, ainda, ao Ministro do Exército, por declaração que teria feito à imprensa, de que o mandato do Presidente da República deveria ser de (seis) anos. Afirmou o parlamentar que é necessário advertir a qualquer autoridades abster-se de tratar de qualquer assunto constitucional em seus pronunciamentos; a seguir fez a seguinte declaração: ‘Quem deu autoridade ao Sr. Ministro do Exército para opinar sobre uma matéria constitucional, especialmente na hora em que existe um Poder Constituinte em exercício?’ [...] ²⁷³

Joffily (2008) aponta que “[...] a repressão dedicou-se com zelo a perseguir e a conhecer as organizações de esquerda”. ²⁷⁴ Nesse caso, a citação da autora esboça uma das características centrais da produção de informações e sua base doutrinária na DSN, a do discurso anticomunista. Esse atributo da produção de informações continuou a ordenar as análises promovidas pela vigilância. Somado a isso, os “elementos” considerados “subversivos” pelos agentes estavam discutindo sobre os militares, seu papel constitucional e sobre os próprios agentes do SNI e denunciavam os militares interferindo na política nacional.

O nome do parlamentar apareceu no documento “Alteração do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) - Aprovado o substitutivo da mesa com aumento da votação das emendas”. Assim como ele, outros parlamentares são citados. Em certo ponto, os agentes escreveram:

Quando se processava a votação de requerimento apresentado pelos Deputados JOSÉ LOURENÇO (PFL/BA) e CARDOSO ALVES (PMDB/SP), que pedia que a apreciação das outras cinco emendas fosse feita

²⁷³ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87063690.

²⁷⁴ JOFFILY, 2008. p. 175.

em bloco, o Sen MÁRIO COVAS e o Dep JOSÉ LOURENÇO solicitaram, em “questão de ordem”, fosse a chamada suspensa e marcada uma outra sessão para hoje à tarde, com o fim de possibilitar negociações, em busca do consenso. Aqueles líderes interpretavam também o pensamento de outros líderes, tais como FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP), ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ), HAROLDO LIMA (PCdoB/BA), CARDOSO ALVES (PMDB/SP) e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT/SP), entre outros.²⁷⁵

O nome do deputado também é citado em uma observação no mesmo documento do parlamentar Eduardo Bonfim (PCdoB-AL), tratado anteriormente. Os agentes utilizaram as declarações feitas por Haroldo Lima para afirmar que Eduardo Bonfim estaria migrando de partido, indo do PMDB para o PCdoB. Na citação, é visto também o nome de outros parlamentares conhecidos na política nacional, como Mário Covas, FHC e Lula.

O parlamentar Aldo Arantes foi citado no documento explorado na sessão sobre José Genoíno. Além desse documento, um outro, datado de 17 de agosto de 1987, cita o nome de Aldo Arantes com título “Atividades do PCdoB em Goiás referente à Constituinte”. Os agentes apontaram que o partido havia organizado em Anápolis e Goiânia, no estado de Goiás, caminhadas para “coletar assinaturas para emendas populares”²⁷⁶ e que o movimento foi coordenado pelo deputado federal.²⁷⁷ Segundo os agentes, Aldo Arantes realizou pronunciamentos no evento:

Disse que a ‘tendência conservadora observada na maioria das propostas contidas no projeto de Constituição, em poder da Comissão de Sistematização, poderá ser revertida na medida em que houver forte pressão popular.’²⁷⁸

Desde antes da ditadura, os agentes de vigilância observavam o parlamentar Aldo Arantes. O nome do deputado é citado no mesmo documento sobre o 32º Congresso da UNE, em que o parlamentar José Genoíno Neto aparece. Na citação acima, os agentes destacaram a declaração do deputado porque ele supostamente estaria estimulando a pressão popular. A pressão popular foi um dos elementos importantes para que direitos fossem conquistados na ANC. Para os agentes e para os militares, a mobilização, manifestação ou protesto sempre foram considerados problemas para a segurança nacional. Logo, um deputado que, segundo eles, incentivava ações nesse sentido deveria estar sendo vigiado.

Aldo Arantes é natural de Goiás, nasceu na cidade de Anápolis, em 1938. Participou do movimento estudantil secundarista e a partir de uma bolsa de estudos ingressou no curso

²⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88065591.

²⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.87011454.

²⁷⁷ Ibid.

²⁷⁸ Ibid.

de direito na PUC-Rio. Além disso, Aldo Arantes foi presidente da UNE, em 1961, com uma extensa atuação na entidade. Devido à repressão política da ditadura, foi preso em 1968 e novamente em 1976. Nas eleições de 1982, foi candidato a deputado pelo PMDB, sendo eleito somente em 1986, ano em que mudou de partido e migrou para o PCdoB. Na ANC, foi titular da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Declarou no plenário da Câmara dos Deputados ter sido torturado no DOI-Codi por elementos do I e do II Exército, denunciou a convivência dos órgãos de repressão e propôs o fim da Lei de Segurança Nacional.²⁷⁹

A documentação analisada permitiu esboçar a continuidade da atuação dos agentes em relação à vigilância promovida no período democrático. Com a permanência da Doutrina de Segurança Nacional como base ideológica para a produção de informações, eles vigiaram a Constituinte e os constituintes, observando grupos e pessoas consideradas como seus inimigos internos. Essas análises colaboram com as perspectivas da bibliografia que apontavam nessa direção. Apesar disso, deve-se considerar a Constituinte como um espaço que possibilitou mudanças. Mesmo os setores de esquerda tendo posições desfavoráveis nas etapas do processo, houve discussão do tema das informações e a denúncia em relação à atuação dos agentes do SNI, demonstrando o caráter incompatível da democracia com a forma que os militares conduziram o órgão e enxergavam sua atuação nele.

Os militares não mudaram, também, a forma como enxergavam a atuação dos políticos e da sociedade civil. Toda e qualquer manifestação ficava sendo vista como ameaça à segurança nacional e as instabilidades foram apresentadas, por eles, como justificativas para permanecerem vigilantes. Apesar de o discurso anticomunista perder força por conta do contexto político internacional e nacional, ele nunca deixou de estar presente e os agentes miraram nos atores políticos com histórico de militância em grupos de esquerda, considerando-os como perigosos para o país. Assim, a vigilância e interferência nos trabalhos parlamentares demonstraram como a mobilização social no processo constituinte promoveu mudanças nas estruturas e desestabilizaram as posições estratégicas dos militares em espaços de poder e em órgãos da administração pública. Principalmente, em um lugar extremamente importante, como uma instituição que detém informações privilegiadas de diversos assuntos. Como apontou Cepik (2003) esse tema é pouco visitado no debate público, mas de certa forma ele conseguiu se incorporar às pautas parlamentares e da sociedade civil nesse início da

²⁷⁹VELOSO, Verônica *et al.* CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: Aldo da Silva Arantes. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

Nova República. No entanto, a articulação entre políticos conservadores, em maior número na Constituinte, com os militares, impediu certas mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os questionamentos que motivaram a realização da pesquisa foram sobre a presença e a atuação dos militares na Nova República, na busca de compreender as suas relações com a democracia brasileira. Especificamente, a partir da vigilância promovida pelos agentes da comunidade de informações durante o processo constituinte. A vasta documentação do SNI, em relação a vigilância do processo, possibilitou evidenciar como foi dada a atuação dos agentes no momento democrático e confirmar a violação de direitos, que já havia sido indicada em trabalhos sem o acesso a essas fontes.

A ditadura militar, como passado recente, trouxe elementos particulares em relação ao entrelaçamento dos militares com a política institucional. Durante seu governo, os militares conseguiram criar artifícios legais para construir e manter os aparelhos do Estado em suas mãos. Com isso, o SNI se transformou em uma grande máquina de vigilância que auxiliou na perseguição política e na repressão. Diante disso, eles não estariam dispostos a ceder esses espaços com tanta facilidade. Nesse sentido, para eles, era preciso preservar o SNI, continuar com a atividade de informações e manter a legislação feita anteriormente, no período militar. Esses mecanismos seriam essenciais para dar continuidade ao controle e influência nos órgãos públicos e para permanecerem atuantes no cenário político do país.

A presença de agentes militares no aparato de vigilância era essencial para esse controle, pois estar no comando do SNI e conseguir mantê-lo ativo era necessário para evitar o acesso aos documentos da ditadura. A manutenção do silêncio era fundamental e a interferência na formulação do texto constitucional era uma maneira de assegurar que isso ocorresse. Apesar disso, nem tudo que os agentes ambicionaram foi conquistado, o que demonstra que suas ações na Constituinte enfrentaram resistências de grupos democráticos. Assim, o discurso político feito pelos militares sobre suas vitórias é utilizado como uma forma de construir uma certa memória sobre a transição pactuada.

Mesmo antes do fim da ditadura, os agentes e os chefes-generais do aparelho estavam vendo seu destino como incerto, tal como aconteceu no início da Nova República. O contexto de volta da democracia foi entendido como uma ameaça para os agentes que, desde 1985, dedicaram-se a analisar informações para estruturar novas formas de preservar o funcionamento do órgão. Contudo, eles pretendiam continuar a usar a Doutrina de Segurança Nacional e manter os seus preceitos vigentes.

Para o início da democracia, a maior preocupação dos agentes foi encontrar formas de continuar com suas práticas em um ambiente democrático. Para isso, eles elaboraram

documentos com a finalidade de avaliar a repercussão de suas atividades na imprensa e, com isso, mudar sua imagem. Eles também decidiram reformular seus regulamentos, também na tentativa de se adequarem ao novo regime. Entretanto, essas decisões não foram tomadas por um apreço pela democracia, mas sim pelo contexto político e pela atuação daqueles que defendiam um sistema democrático.

Os militares viam o contexto político como uma ameaça, enxergando as mudanças em forma de instabilidades e riscos que desestabilizariam a democracia. Na realidade, esses eventos poderiam ocasionar a diminuição ou perda do seu poder de influência no campo político, em específico, em relação ao Poder Executivo. Então, apesar de enxergarem o mundo político com desconfiança, foi na política institucional que os militares procuraram manter o seu poder de influência, na tentativa de institucionalizar seus autoritarismos.

A redemocratização dos anos 1980 possibilitou um amplo espaço de atuação política de atores da sociedade civil dos mais diversos segmentos sociais. Por isso mesmo, a volta da normalidade democrática fez com que diversos desses atores exigissem mudanças em relação à administração pública e ao ordenamento jurídico, em busca de um país mais justo e igualitário. Isso significou para os órgãos federais, como o SNI, que as suas atividades estariam submetidas às regras do jogo político da democracia. Logo, a produção de informações deveria ser regulamentada por outras instâncias e a população não aceitaria que os agentes atuassem sem prestar contas de suas ações.

A volta do governo de civis aparecia como um obstáculo para os agentes interferirem nesse processo porque o poder decisório estava em mãos do Legislativo. Por isso, para garantir os interesses do órgão, eles precisaram articular com os parlamentares constituintes. O direito do *habeas data*, conquistado logo no início do período democrático, foi considerado uma derrota para eles. No presente trabalho, foi possível verificar que os próprios agentes reconheceram suas derrotas em determinados assuntos da Constituição. A manutenção de dispositivos legais, elaborados pelos parlamentares, foi encarada como um problema para permanecerem com suas atividades em exercício. Por outro lado, eles conseguiram suprimir dispositivos constitucionais e alteraram outros, priorizando aqueles que estavam diretamente ligados aos direitos humanos.

Ademais, a articulação política costurada demonstra como a interferência dos políticos profissionais no processo foi necessária para garantirem seus interesses. O que contribui para o entendimento sobre o momento ser de intensa visibilidade do campo político, com os políticos e com a participação social e de menor expressão dos militares. A reflexão gerada consiste em pensar naqueles que tinham o poder decisório para as questões políticas durante o

processo constituinte. Se os militares, durante a ditadura, tornaram-se os chefes do Executivo e restringiram a atuação do Legislativo e do Judiciário, esses lugares estavam, agora, sendo ocupados por civis, que atuavam com liberdades democráticas. O que significou para os militares menor influência na capacidade decisória, pois passaram a responder a outras instâncias de poder. As leis da Constituição foram elaboradas com diversas perspectivas sobre jurisdição, inclusive daqueles que defendiam outros modelos de sociedade, evidenciando as disputas pelo espaço político. Ao lado disso, as propostas de emendas feitas por parlamentares progressistas pediram não só a extinção do SNI, como também a entrega da documentação ao Ministério da Justiça e a divulgação dos decretos secretos e reservados. Sendo assim, as conquistas de direitos afetariam as atividades de informações e a atuação dos agentes.

Os dispositivos constitucionais escolhidos pelos agentes para a apresentação de emendas evidenciam aspectos de extrema importância para a comunidade de informações. De um lado, a atividade desenvolvida deveria se adequar a democracia e a legislação constitucional seria um ponto limitante para sua atuação. Por isso, práticas como o levantamento de dados biográficos e a vigilância aos cidadãos brasileiros deveriam ser banidas. Na Constituição, o Título II, sobre as garantias individuais, trouxe o direito à privacidade dos cidadãos e cidadãs e o direito à informação como obstáculos para os militares, principalmente daqueles que produziram documentação que pudesse contribuir para provar os crimes cometidos na ditadura. De outro lado, a articulação promovida por esses dispositivos demonstra a escolha consciente dos agentes em garantir a permanência da violação de direitos humanos.

As práticas para elaboração de documentos de vigilância parecem não ter sofrido modificações significativas no início da Nova República. Os parlamentares continuaram a ser vigiados, a DSN continuou como o parâmetro e o discurso anticomunista permaneceu. Apesar disso, a democracia trouxe a possibilidade de parlamentares e pessoas da sociedade civil denunciarem essas práticas, como ocorreu durante os trabalhos da ANC e por meio de jornais. A transparência, fundamental para a democracia, fez com que o chefe do SNI precisasse conceder entrevistas para falar mais sobre o órgão. Além disso, os agentes promoveram uma espécie de codificação para documentação, na tentativa de esconder informações importantes que poderiam afetá-los, provando estarem atentos às possíveis punições que poderiam sofrer com suas práticas em exercício.

A permanência de militares no aparato foi possível porque o Presidente da República, José Sarney, indicou o general Ivan para o cargo de chefe, já que era poder do Executivo indicar ministros. Como Figueiredo (2005) demonstrou no arquivo do “Projeto SNI”, com a

nova eleição em 1989, os agentes se prepararam para a troca de governantes e em como isso poderia afetá-los. Por conseguinte, com a eleição de Fernando Collor, o órgão foi extinto. As interpretações sobre a extinção do SNI dizem respeito ao fato de os agentes elaborarem um dossiê sobre o presidente. Apesar desse caráter pessoal, o órgão foi extinto a partir da execução de uma antiga prática, demonstrando os limites impostos para a sua atuação. Por ser um órgão da administração pública, em operação na democracia, suas ações estavam submetidas ao poder do Presidente da República. Nesse sentido, apesar de articularem politicamente com parlamentares e manterem ligações com os políticos, os agentes tinham conhecimento que suas ações poderiam reverberar no campo. Dessa forma, ao continuar exercitando práticas de espionagem como fizeram na ditadura, estavam arriscando a própria existência do órgão e de seus cargos.

Como alertou Cepik (2003), os órgãos de inteligência podem ser usados como uma força paralela. Por isso, em uma democracia, é preciso que outras instâncias de poder controlem essa atividade. No início da Nova República ainda estavam sendo construídas formas de lidar com essas questões na democracia, como a segurança pública e a atuação de aparelhos coercitivos. Mas, pode-se dizer que essas discussões apareceram nos debates parlamentares e nos jornais. No caso divulgado “Abin paralela”²⁸⁰, em 2024, a militarização da política institucional colocou em evidência o debate sobre os usos da administração pública em contextos de autoritarismos, com menor transparência das ações e o desvio de finalidade da instituição. Esses acontecimentos demonstram continuidades sobre a atuação dos militares nas instituições públicas, contribuindo para as reflexões do desenvolvimento das relações desses sujeitos com a política e os órgãos federais, em um contexto liberal-democrático.

A intenção da pesquisa foi explorar as continuidades e as mudanças da atuação dos militares, através da permanência do SNI na transição política. As continuidades e mudanças estão presentes em todos os processos históricos e são essenciais para entendermos o tempo presente. Em relação aos militares, as intervenções na democracia apareceram, ainda, como marcas deixadas na história republicana. A atividade de informações, historicamente formulada pelos militares, foi um espaço para manter a base doutrinária da corporação inalterada, com a vigilância motivada pela segurança nacional. Os agentes mantiveram-se vigilantes aos assuntos políticos internos e continuaram com tentativas de interferências na arena política.

²⁸⁰GARCIA, Gustavo; TUROLLO JR, Reynaldo. Veja Casos em que Abin é suspeita de espionar autoridades e desafetos de Bolsonaro, e outras ações ilegais. *G1*, 25 jan 2024. [Veja casos em que Abin é suspeita de espionar autoridades e desafetos de Bolsonaro, e outras ações ilegais | Política | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/politica/veja-casos-em-que-abin-e-suspeita-de-espionar-autoridades-e-desafetos-de-bolsonaro-e-outras-acoes-ilegais/g1-2024-01-25)

Por outro lado, mudanças ocasionadas pelo novo contexto político ocorreram impulsionadas pelos atores sociais que defenderam projetos democráticos para o país. A transparência e a regulação das atividades públicas são elementos essenciais para o funcionamento do sistema democrático. Com os novos direitos conquistados, a possibilidade das informações serem vistas era existente. Mesmo o contexto sendo de início desse novo ordenamento, as demandas atingiram esses pontos, levando os agentes a esconderem as informações comprometedoras, pois sabiam que elas poderiam ser usadas para incriminá-los. Apesar disso, as mudanças são menos significativas do que as continuidades.

A documentação feita pelos agentes durante a ditadura militar é vasta, assim como a produção desse início da Nova República. Entretanto, a segunda ainda é menos explorada. Então, é necessário mais análises sobre esse grande volume documental de vigilância ao cenário de construção de uma Nova República, para refletirmos sobre as relações militares com a democracia, a vigilância promovida pelos seus órgãos e sobre o nosso tempo presente.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). BR DFANBSB V8. *Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI)*.

BRASIL. [Constituição de (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. DF: Brasília. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br).

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Diários da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, DF, 1987-1988.

Bibliografia

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. Mulheres nas forças armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras. *Cadernos ASLEGIS*, n.51, jan-abr, 2014. p.92-134.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDRADE, Fabiana Oliveira de. A Doutrina de Segurança Nacional e sua influência sobre os cursos de formação de agentes do Serviço Nacional de Informações, 1972-1978. *Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP* - Campinas, setembro, 2012.

ARAÚJO, M. Verbete do CPDOC/FGV. Visões; *Correio Braziliense* (5/11/69) (19/02/10); CORRESP. GOV.DF; MIN. GUERRA; Almanaque; INF. BIOG. perfil.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.

BRASIL. *Assembléia Nacional Constituinte, 1987: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987*. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987, 796p. - (Fontes de referência: Assembléia Nacional Constituinte, 1987; 1).

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, v.1 2014. 976 p.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 163-207.

_____. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 18 ed, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2a ed., 2006.

CARPENTIERI, José Rafael. A Agência Brasileira de Inteligência e a Constituinte - o problema da democratização das forças coercitivas no Brasil. *Revista Direito Mackenzie*, v. 10, n. 1, 2016. p. 139-163.

CASTRO, C; D'ARAÚJO, M. C. SOARES, G. *OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Militares e a Política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. Os Serviços de Inteligência no Brasil. *Ciência Hoje*, v. 45, p. 28-33, 2009.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHRISPINIANO, José *et al.* Filha bastarda da USP, AESI desempenhou diferentes papéis na repressão interna. *Revista Adusp*, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico. BIB - *Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, n.19, 1985. p. 5–19.

COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *O lobby militar e as relações civis-militares durante a Assembleia Nacional Constituinte*. 1998. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

COSTA, Marcus Vinícius. A Assembleia Nacional Constituinte sob a Espada de Dâmocles: as reivindicações militares em 1985-1987. *Anpuh - Brasil, XXX Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Ainda em busca de identidade: desafios das Forças Armadas na Nova República. *Textos CPDOC*, n. 36, 2000. p.2-20.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na Nova República*. São Paulo: Vozes, 1989.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Operação Ibiúna: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica. *1968 em Movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p.101-116.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica. *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p.25-38.

_____. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, v.9, n.17, 2021. p.8-55.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

GAMBIER, Diego Ribeiro de Oliveira. *A visão social de mundo dos militares no Momento Constituinte (1985-1988)*. 2022. 79p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. “Traição”, “Desobediência”, “Indisciplina Partidária”: cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos de parlamentares da Arena (1968-1969). *História (São Paulo)*, v.41, 2022. p.1-28.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. 2008. 349f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

LAGÔA, Ana. *SNI como nasceu, como funciona*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LONGHI, C. R. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. *Cadernos De História*, 2015. p.92-113.

LOPES, Gustavo. Jorge Arbage. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: JORGE WILSON ARBAGE | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, 2008. p. 39–50.

_____. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O arranjo de 1988 e seus limites. In: _____. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p.107-153.

MONTEIRO, Carmina *et al.* José Genoíno Neto. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: José Genoíno Neto | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

MONTALVÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Cláudia. Nilson Gibson. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1, 2010. p. 17-27.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org). *História do Tempo Presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

PERLATTO, Fernando. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. *LER HISTÓRIA*, v. 1, 2019. p.89-109.

PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, Brasília - DF , 2023. Disponível em: [Apresentação — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://camara.leg.br/apresentacao)

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan/jun 2012. p.19-4.

_____. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: Letras, 2014.

_____. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 241-272.

RODRIGUES, Vicente A. C. Queima de arquivo: apontamentos sobre acesso à informação e a destruição de parte da memória da ditadura de 1964-1985 no Brasil. In: STAMPA, Inez; ASSUMPÇÃO, Sam Romanelli; HOLLANDA, Cristina Buarque de. (org) *Arquivos, democracia e ditadura: reflexões a partir dos 10 anos do Centro de Referência Memórias reveladas do Arquivo Nacional*. Curitiba: Appris, 2020. p.27-45

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, editora, 2016.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, n. 5, jun 2013. p.83-102.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (org). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschilds Editores, 2009. 2o.v. (340, 272p).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura política” e bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2020. (n.p)

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

SOUSA, Luís Otávio de; COSTA, Marcelo. Jorge Maluly Netto. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

STAMPA, Inez; ASSUMPÇÃO, Sam Romanelli; HOLLANDA, Cristina Buarque de. (org) *Arquivos, democracia e ditadura: reflexões a partir dos 10 anos do Centro de Referência Memórias reveladas do Arquivo Nacional*. Curitiba: Appris, 2020. p. 109-145.

STEPAN, Alfred C. *Militares: da abertura a Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

THIESEN, Icléia. Inteligência informacional: dialogando com a informação, a memória e a história. In: _____. *Imagens da clausura na ditadura militar de 1964: informação, memória e história* (org). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

_____. Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SISNI) e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. *Inf & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.30. n-4, 2020. p.1-18.

_____. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.24, nº especial, 2019. p.6-22.

VELOSO, Verônica; GOMES, Vitor. Ottomar Pinto. Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n.60, 2010. p. 233-252.

_____. Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988. VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, set. 2013. p.1-10.

_____. Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988. 2013.284f. Tese (Doutorado em História). Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

ZYLBERBERG, Sônia; ARAGÃO, Miriam. Eraldo Tinoco. Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico*

Brasileiro. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br), 2009.